

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

JAIR KOTZ

**APRENDIZAGEM SOCIAL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE
ECOCULTURAL EM LARGA ESCALA: O CASO DO CENTRO DE SABERES E
CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA (CSCS)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2023**

JAIR KOTZ

**APRENDIZAGEM SOCIAL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE
ECOCULTURAL EM LARGA ESCALA: O CASO DO CENTRO DE SABERES E
CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA (CSCS)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural

Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ - BRASIL

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Kotz, Jair
APRENDIZAGEM SOCIAL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE
ECOCULTURAL EM LARGA ESCALA: O CASO DO CENTRO DE SABERES E
CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA (CSCS) / Jair
Kotz; orientador WILSON ZONIN. -- Marechal Cândido Rondon,
2023.
125 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável, 2023.

1. APRENDIZAGEM SOCIAL. 2. GOVERNANÇA TERRITORIAL. 3.
EDUCAÇÃO AMBIENTAL. 4. BACIA DO PRATA. I. ZONIN, WILSON,
orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

JAIR KOTZ

**“APRENDIZAGEM SOCIAL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE
ECOCULTURAL EM LARGA ESCALA. O CASO DO CENTRO DE SABERES E
CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA (CSCS)”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Ordem de Serviço nº 01/2023 – GRE, artigo 1º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOCTOR** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADO** pela seguinte banca examinadora:

Wilson João Zonin - Orientador

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marcos Sorrentino - Membro

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

João Bosco Senra - Membro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ana Maria Valentina Castillo Clerici - Membro

Universidade Nacional de Asunción (UNA)

Irene Carniatto de Oliveira - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marechal Cândido Rondon, PR, 03 de março de 2023.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela saúde, pela possibilidade de estar bem em tempo tão difícil para a humanidade, no momento pandêmico que ocorrera no transcurso do doutoramento e que apresentou novos desafios para executar boa parte da pesquisa. Assim, fica uma deferência em especial ao programa pela oportunidade, igualmente, pela metodologia interdisciplinar, multidisciplinar, isto inclui o corpo docente e os discentes do programa.

Fica meus agradecimentos especiais a família, a minha esposa, meus filhos, meus colegas de trabalho que tiveram em diversos momentos que modificar suas agendas para atender as demandas do programa e das nossas pesquisas. Agradecimento especial ao professor/orientador Wilson João Zonin, não apenas pelo fato de ser o coordenador do programa e meu orientador, mas, também por ser um grande amigo de longas jornadas não só acadêmico, porém em projetos paralelos, discussões que envolvem tema como a sustentabilidade, desenvolvimento rural.

Finalmente, agradeço a todos os colegas, que estiveram conosco nesta caminhada, aos que já concluíram ou estão no processo de conclusão. Eu agradeço aos professores do programa, também a toda a comunidade de VIDA pela importância e chance de discutir essa temática no centro de saberes, aos entrevistados nos cinco países, membros dos Círculos de Aprendizagem Permanente (CAP's) que disponibilizaram o seu tempo, seu conhecimento e sua leitura, seus sentimentos e suas experiências realmente ímpar do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, ao senhor *Paweł Wiechetek* por colaborar nas investigações e na pesquisa.

RESUMO GERAL

KOTZ, Jair, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2022. **APRENDIZAGEM SOCIAL NAS TRANSIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE ECOCULTURAL EM LARGA ESCALA: O CASO DO CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA (CSCS)**. Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin.

A Tese enfoca a aprendizagem social e sua relevância como estratégia de ação coletiva em larga escala no contexto de transições para a “sustentabilidade ecocultural”. Assim, o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) pode ser considerado como iniciativa inédita de aprendizagem social de caráter biorregional (Bacia do Prata, cinco países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). Embora no papel há muitos projetos como este, raramente são transferidos para o “mundo real”. Por esta razão, a experiência do CSCS desenvolvida por cinco países ao longo de sete anos (2006-2012) constitui um importante laboratório de referência para a aprendizagem social. A Tese contrasta a teoria com os insights empíricos dos stakeholders para fazer um balanço das “lições aprendidas” e vislumbrar uma nova arquitetura de aprendizagem social que facilite a ação coletiva em larga escala em busca da sustentabilidade regional. A investigação divide-se em três artigos, o primeiro artigo aborda a aprendizagem social na governança policêntrica: o olhar latino-americano apresenta uma série de pressupostos teóricos sobre a possível aplicação de aprendizagem social a uma ação coletiva de grande escala no contexto de transições para a “sustentabilidade ecocultural”. O segundo artigo, procura entender a crise e a oportunidade na perspectiva do Centro de Saberes da Bacia do Prata na janela do novo paradigma: desenvolve uma linha do tempo multinível para analisar o impacto dos mecanismos contextuais nos altos e baixos do CSCS. O terceiro artigo, foca nas sintetizações dos insights empíricos dos stakeholders do CSCS para fazer um balanço das “lições aprendidas” (em termos de pontos fortes e fracos) durante a tradução de modelo teórico de aprendizagem social para os arranjos institucionais do mundo real na Bacia do Prata. Na Tese optou-se pela abordagem metodológica da pesquisa-ação colaborativa, e conclui-se, que o CSCS como plataforma de metagovernança biorregional requer de alguma forma “poder equilibrar os graves dilemas e contradições que afetam sua resiliência”. Se seguir a metáfora do CSCS como um “*software* social” para um senso de pertencimento e responsabilidade para ação coletiva em larga escala, existem “falhas” consideráveis que precisam ser resolvidas para evitar “travamentos do sistema operacional” no futuro. Pode-se inferir que falhas como: fonte de financiamento única, tem o potencial para travar o sistema operacional.

Palavras-chave: Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais, Bacia do Prata, Aprendizagem social, Sustentabilidade, Governança policêntrica.

ABSTRACT

KOTZ, Jair, Western Paraná State University – UNIOESTE – 2022. **SOCIAL LEARNING IN TRANSITIONS TO LARGE SCALE ECOCULTURAL SUSTAINABILITY: THE CASE OF THE CENTER OF KNOWLEDGE AND SOCIO-ENVIRONMENTAL CARE OF THE PLATA BASIN (CSCS)**. Advisor: Prof. Dr. Wilson João Zonin

The Thesis focuses on social learning and its relevance as a strategy for large-scale collective action in the context of transitions toward “eco-cultural sustainability”. Thus, the case of the Center for Knowledge and Socio-Environmental Care of the La Plata Basin (CSCS) can be considered as an unprecedented social learning initiative of a bioregional nature (La Plata Basin, five countries); multisectoral (government, civil society, academia, media); and multilevel (global-local). Although on paper there are many projects like this, they are rarely transferred to the “real world”. For this reason, the CSCS experience developed by five countries over seven years (2006-2012) constitutes an important reference laboratory for social learning. The thesis contrasts theory with empirical insights from stakeholders to take stock of “lessons learned” and envision a new social learning architecture that facilitates large-scale collective action in pursuit of regional sustainability. The investigation is divided into three articles. The first article addresses social learning in polycentric governance (the Latin American perspective) and presents a series of theoretical assumptions about the possible application of social learning to large-scale collective action in the context of transitions to “eco-cultural sustainability”. The second article seeks to understand the crisis and opportunity from the perspective of the Center for Socio-Environmental Knowledge and Care of the La Plata Basin in the window of the new paradigm: it develops a multilevel timeline to analyze the impact of contextual mechanisms on the ups and downs of the CSCS. The third article focuses on synthesizing empirical insights from the CSCS stakeholders to take stock of “lessons learned” (in terms of strengths and weaknesses) during the translation of a theoretical social learning model into real-world institutional arrangements in the La Plata Basin. The Thesis opted for the methodological approach of collaborative action research, and it is concluded that the CSCS as a bioregional meta-governance platform requires in some way “to be able to balance the serious dilemmas and contradictions that affect its resilience”. If we follow the metaphor of CSCS as “social software” for a sense of belonging and responsibility for large-scale collective action, there are considerable “failures” that need to be resolved to avoid “operating system crashes” in the future. It can be inferred that flaws such as single funding sources have the potential to crash the operating system..

Keywords: Center for Socio-environmental Knowledge and Care, La Plata Basin, social learning, sustainability, polycentric governance.

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 01: Montagens de fotos feitas no decorrer da pesquisa da tese.....	13
Figura 02: Montagens de fotos feitas no decorrer da pesquisa da tese.....	13
Figura 03: Montagens de fotos feitas no decorrer da pesquisa da tese.....	14
Figura 04: Montagens de fotos feitas no decorrer da pesquisa da tese	14
Figura 05: Montagens de fotos feitas no decorrer da pesquisa da tese	15

ARTIGO 1

Figura 01: Mapa da Bacia do Prata.	27
Figura 02: Capilaridade do processo formativo	36

ARTIGO 2

Figura 01: O modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon.....	44
Figura 02: Dimensão global cronológica para compreender a linha do tempo 1	45
Figura 03: Linha do tempo 2, marcadores azuis (Argentina), violeta (Bolívia), verde (Brasil), vermelho (Paraguai), amarelo (Uruguai).	48
Figura 04: Linha do tempo 3, iniciado com “2001 IV Diálogo Interamericano (Gestão da Água)” e termina com “2012-2013 Crise no Mercosul”	53

ARTIGO 3

Gráfico 01: Em que grau o CSCS facilitou a articulação entre atores de diferentes setores e níveis?	62
Gráfico 02: A proposta do CSCS teve forte apoio dos principais atores políticos no período 2007-2012?.....	62
Gráfico 03: Você acha que o processo do CSCS deve ser retomado?	63
Gráfico 04: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os atores governamentais convidados.....	67
Gráfico 05: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os representantes da "sociedade civil" convidados.	68
Gráfico 06: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre	

os representantes da "academia" convidados.	69
Gráfico 07: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os representantes convidados dos "meios de comunicação"	70
Gráfico 08: O CSCS tinha a base de recursos logísticos, humanos e financeiros necessários para operacionalizar a plataforma?	71
Gráfico 09: A plataforma do CSCS ajudou a "quebrar o gelo" e criar um ambiente de confiança e engajamento entre participantes de campos heterogêneos?	75
Gráfico 10: O grau de contribuição do CSCS para o desenvolvimento de uma visão compartilhada (em termos de convergência de objetivos e narrativas) do futuro sustentável da Bacia do Prata.	78
Gráfico 11: No processo de implantação do CSCS os recursos intangíveis (culturais e simbólicos) foram adequadamente considerados?.....	78
Gráfico 12: CSCS foi uma experiência transformadora em nível pessoal?	81
Gráfico 13: CSCS foi uma experiência transformadora em nível organizacional?	82
Gráfico 14: CSCS foi uma experiência transformadora em nível interorganizacional?.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
REFERÊNCIAS:	18
APRENDIZAGEM SOCIAL NA GOVERNANÇA POLICÊNTRICA: O OLHAR LATINO-AMERICANO	20
RESUMO	20
INTRODUÇÃO	20
1 DEBATE TEÓRICO PARTE 1 - APRENDIZAGEM SOCIAL E GOVERNANÇA POLICÊNTRICA	21
1.1 A aprendizagem social: “despertar o que há de melhor nos seres humanos”	21
1.2. Aprendizagem para a transição	22
1.3. Homem e máquina: aprendendo para a sustentabilidade	23
1.4. O governo aprendiz (<i>learning government</i>)	25
1.5. Territórios de aprendizagem	26
2 DEBATE TEÓRICO PARTE 2. A BACIA DO PRATA COMO SISTEMA DE APRENDIZAGEM BIORREGIONAL	27
2.1 Pilares conceituais da estratégia CSCS	28
3 A ARQUITETURA DO CSCS NA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM SOCIAL	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5 REFERÊNCIAS	38
A CRISE E A OPORTUNIDADE: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA.....	43
RESUMO	43
INTRODUÇÃO.....	44
1. PARTE 1. LINHA DO TEMPO 1 (CONTEXTO GLOBAL)	45
2. PARTE 2. LINHA DO TEMPO 2 (CONTEXTO NACIONAL: CINCO PAÍSES.....	48
3. PARTE 3. LINHA DO TEMPO 3 (CONTEXTO BIORREGIONAL).....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS	57

CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA: LIÇÕES APRENDIDAS.....	58
RESUMO	58
INTRODUÇÃO.....	59
1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	59
1.1. Metodologia relacional.....	60
2. PARTE 1. "ESTRATÉGIA". RELEVÂNCIA DO CSCS EM TERMOS DE ARRANJO INSTITUCIONAL PARA GOVERNANÇA POLICÊNTRICA.....	61
2.1. Relevância de arranjo institucional do CSCS na perspectiva holística	61
2.2 Os três principais dilemas.....	64
2.3. Relevância de arranjo institucional do CSCS na perspectiva setorial.....	66
3. PARTE 2. "MEIOS": CSCS COMO PLATAFORMA DE CONVERGÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS, SÓCIO-ORGANIZACIONAIS E SIMBÓLICOS.....	71
3.1. Recursos logísticos, humanos e financeiros.....	71
3.2. Recursos sócio-organizacionais	75
3.3. Recursos simbólicos.....	77
4. PARTE 3. "IMPACTOS": CSCS COMO PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM SOCIAL (INDIVIDUAL, ORGANIZACIONAL E INTERORGANIZACIONAL)	81
4.1. Aprendizagem interorganizacional e biorregional	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS	87
CONCLUSÃO GERAL.....	87
REFERÊNCIAS	89
APÉNDICE 1	91
APÉNDICE 2	95
APÉNDICE 3	107
ANEXO DOCUMENTOS DO CSCS	117

INTRODUÇÃO

O que acontece quando se abre as portas da casa e do coração e se une a outras pessoas em busca do bem-comum? Começa-se a mostrar a nós mesmos e a todas as outras pessoas, que de verdade há um outro Mundo possível e viável. Começa-se a aprender, que entre nós e através de nossas realizações, a Vida que vivemos é nossa e é boa de se viver, não porque ela nos é dada como um direito natural, mas porque a tomamos em nossas mãos. Somos os gestores de nossas próprias vidas pessoais e coletivas. E entre nós, ensinamos uns aos outros e aprendemos uns com os outros a conduzir o nosso destino: a jornada humana. **Pensamento elaborado pelo autor a partir das falas dos entrevistad@s.**

A epígrafe aponta que criar a vida que se vive e recriar o mundo de Vida e os seus caminhos, forma os elementos basilares da aprendizagem social. Pode-se aprender e ensinar com o nosso exemplo e testemunho, que quando uma rua ou um bairro se mobilizam, várias outras ruas podem seguir o mesmo caminho. Uma ação participativa em favor da qualidade de vida e do meio ambiente pode começar por um grupo de jovens, pode “contaminar” uma ou duas associações de moradores, pode multiplicar-se em algumas organizações ambientalistas e espalhar-se por toda uma cidade. Por todo um município e para além dele.

Assim, nunca se deve duvidar de nós mesmos e do que pode de fato realizar um pequeno grupo de mulheres e de homens que começam a se reunir para fazerem juntos alguma coisa em favor do mundo em que vivem. Na verdade, todas as grandes transformações da humanidade começaram assim. Por isto, esta Tese busca esclarecer fatos importantes em função dos objetivos que pretende alcançar. A pesquisa toma como objeto de compreensão a aprendizagem social e sua relevância como estratégia de ação coletiva em larga escala no contexto das transições para a “sustentabilidade ecocultural”, (WOODHILL, 2002; GLASSER, 2009).

Nesse sentido, o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) pode ser considerado como uma inédita iniciativa de aprendizagem social de caráter biorregional (Bacia do Prata, cinco países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). Embora no papel há muitos projetos como este, raramente são transferidos para o “mundo real” e transformados em práxis.

Por esta razão, a experiência do CSCS desenvolvida por cinco países ao longo de sete anos (2006-2012) constitui um importante laboratório de referência para este tipo de

abordagem. O projeto contrasta a teoria com os insights empíricos dos stakeholders do CSCS para fazer um balanço das “lições aprendidas” e vislumbrar uma nova arquitetura de aprendizagem social que facilite a ação coletiva em larga escala em busca da sustentabilidade regional. Faz sentido na perspectiva pessoal do autor da Tese, trazer sua experiência de vida, por ser um agente desenvolvimentista regional e internacional.

O tema desta investigação está implicado e interligado com o autor da Tese, estabelecendo diálogo profundo com as crenças e os trabalhos dedicados durante sua vida profissional e pessoal. Faz-se justo de ser docente da UNIOESTE há 33 anos, com papel importante e excepcional na implementação do Programa Cultivando Água Boa da Itaipú Binacional. Assim, todos os caminhos levaram a coordenar o primeiro diálogo da Bacia do Prata, na sequência o estabelecimento de todos os debates e abordagens da Educação Ambiental, da sustentabilidade na conjuntura da Educação Ambiental que levou a coordenar o primeiro encontro entre especialistas da Bacia do Prata. Esse encontro teve por objetivo a formatação, a condução de todas as iniciativas do centro de saberes para uma cooperação entre Itaipú Binacional, Fundação – parque internacional, tecnologia da Itaipú, PNUMA e CIC - PLATA. Nesse sentido, o tema que fez e continuará fazendo parte de uma jornada longa, rica de belíssimas experiências desde 2006 até 2012, estudada e analisada longitudinalmente contribuiu para a oportunidade de construir essa Tese de doutorado.

A partir das experiências do CSCS, montou-se uma equipe de entrevistados (inter)nacional com conhecimentos específicos sobre o tema em tela. Desta forma, apresenta-se o arquivo de fotos (Montagens de fotos/figuras 1 a 5) dos participantes para melhor conhecê-los visualmente.

Figura 01: Montagem de fotos produzidas durante a pesquisa da Tese



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Figura 02: Montagem de fotos produzidas durante a pesquisa da Tese



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Figura 03: Montagem de fotos produzidas durante a pesquisa da Tese



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Figura 04: Montagem de fotos produzidas durante a pesquisa da Tese



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

Figura 05: Montagem de fotos produzidas durante a pesquisa da Tese



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2023.

As cinco figuras precedentes representam, *a priori*, o envolvimento dos partícipes nesta Tese de doutorado, em função das suas contribuições como sujeitos da pesquisa (entrevistad@s), das reuniões, dos debates e dos conhecimentos compartilhados. Dessa comunhão, segue-se o caminho metodológico da Tese.

A premissa de partida da pesquisa é que, se o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) produziu implicações positivas verificáveis em sua fase inicial (2006-2012), e se o CSCS também poderia oferecer contribuição relevante e servir de inspiração para novas iniciativas de governança policêntrica em macro escala.

Portanto, o objetivo geral da Tese é analisar as contribuições teóricas e metodológicas da experiência do CSCS para uma nova arquitetura de aprendizagem social que facilite a ação coletiva em larga escala em busca da sustentabilidade regional.

Seus objetivos específicos são os seguintes:

- a) analisar a abordagem ontológica, epistemológica e metodológica do CSCS na perspectiva da aprendizagem social para uma ação coletiva em larga escala;
- b) desenvolver uma linha do tempo multinível para analisar as implicações dos mecanismos contextuais na trajetória institucional do CSCS;
- c) analisar os resultados (lições aprendidas) e a relevância atual do projeto CSCS em termos de estratégia para promover a transição para a “sustentabilidade

ecocultural” na biorregião da Bacia do Prata.

Com base nesses objetivos, optou-se pela abordagem metodológica da pesquisa-colaborativa, indissociável da visão dialógica e construtivista do próprio projeto do CSCS, objeto desta pesquisa. Indicam-se que as chaves metodológicas freirianas do CSCS, como a aprendizagem relacional, “Círculo de Cultura”, transdisciplinaridade, “Pedagogia da Esperança” e “inédito viável” inspiraram a forma como se deu o desenvolvimento desta investigação.

Com o objetivo de construir o conhecimento de forma contextualizada e multinível, formou-se um grupo colaborativo de pesquisa-ação, composto por dois facilitadores e vários ex-membros do Conselho Coordenador do CSCS (total de 20 pessoas de cinco países).

Pode-se dizer que o desenho da pesquisa-ação colaborativa cria as condições para que os integrantes entendam “de dentro” (“*insider knowledge*”) a arquitetura da prática (os arranjos discursivos, econômicos e sócio-políticos) que os informa e os orienta. Os participantes (embora em diferentes intensidades e velocidades) também atuam como sujeitos ativos da pesquisa (não como meras fontes de informação) para transformar a própria arquitetura da prática onde quer que ela seja “irracional, insustentável ou injusta” (KEMMIS; MCTAGGART; NIXON, 2014).

Desta forma, o grupo da pesquisa-ação reconstrói a estratégia do CSCS por meio do entendimento de autores como Shore e Wright (2003), de que as tessituras e as relações entre atores, instituições e discursos através do tempo e do espaço tem a imanência para produzir uma nova compreensão de como todo o processo realmente ocorre.

O objeto da pesquisa é social. Diz respeito à convivência humana e às formas que a coexistência com os outros pode e deve assumir, com um olhar atento às consequências de como eles organizam e reorganizam seus assuntos coletivos. Em particular, [...] “é direcionada para estudar, reenquadrar e reconstruir práticas sociais. Uma vez que as práticas são constituídas na interação social entre as pessoas, segue-se que a mudança de práticas é um processo social” e dialógico (KEMMIS; MCTAGGART; NIXON, 2014, p. 19). Nessa lógica, a pesquisa-ação colaborativa se opõe à noção de que a distância experiencial é necessária para a objetividade na pesquisa científica. O grupo busca ativamente transformar o mundo, em vez de simplesmente observar e estudar o comportamento humano e as visões das pessoas sobre a realidade, na esperança de que mudanças significativas acabem surgindo.

As principais técnicas utilizadas nesta pesquisa foram:

- a) entrevistas exploratórias em profundidade com os pontos focais dos cinco países

- e os principais “intelectuais orgânicos” relacionados com o CSCS;
- b) entrevistas semiestruturadas com os membros do Conselho Coordenador do CSCS. Durante as entrevistas, foi aplicado o questionário disponível no ANEXO A;
 - c) as entrevistas formais foram complementadas por consultas iterativas informais (para cruzar e contrastar os dados) no quadro do diálogo contínuo com o grupo de investigação;
 - d) por fim, os resultados obtidos foram submetidos ao processo de validação individual (observações individuais dos integrantes do grupo sobre a redação final da Tese) e coletiva (grupos focais online).

Portanto, a investigação divide-se em três artigos que são apresentados na sequência.

ARTIGO 1: "Aprendizagem social na governança policêntrica: o olhar latino-americano" apresenta uma série de pressupostos teóricos sobre a possível aplicação de aprendizagem social a uma ação coletiva de grande escala no contexto de transições para a "sustentabilidade eco cultural". Também, demonstra como essa abordagem foi adaptada à experiência real de transição territorial na América do Sul: o caso do CSCS. O panorama geral das diversas abordagens e convergências entre os campos de aprendizagem social e desenvolvimento sustentável foi construída com base em dois excelentes trabalhos coletivos: "*Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis*" (WALS, VAN DER LEIJ, 2009) e "*Social Learning Systems and Communities of Practice*" (BLACKMORE, 2010).

Especialmente valiosos foram os artigos de autores como Donald Schön ("*Government as a Learning System*") e Étienne Wenger ("*Our World as a Learning System*") e os livros de Fritjof Capra ("*As Conexões Ocultas*") e Elinor Ostrom ("*Governing the Commons*"). A perspectiva latino-americana foi representada tanto pelo já citado Paulo Freire quanto por outros autores que, aliás, tiveram papel ativo no surgimento e operacionalização da CSCS, como Leonardo Boff ("*Ética da Vida*"), Enrique Leff ("*Racionalidade Ambiental*"), Moema Viezzer e Marcos Sorrentino ("*Encontros e Caminhos*") e Boaventura Sousa dos Santos ("*Epistemologias do Sul*"). Para a análise dos componentes específicos da arquitetura do CSCS, também foi utilizada uma ampla gama de documentos internos do próprio projeto.

ARTIGO 2: "A crise e a oportunidade: o Centro de Saberes da Bacia do Prata na janela do novo paradigma" desenvolve uma linha do tempo multinível para analisar as implicações dos mecanismos contextuais nos altos e baixos do CSCS (ameaças e oportunidades). Os fatos históricos da agenda ambiental, as etapas da implementação do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais e os pontos de inflexão na sua trajetória foram reconstruídos a partir de entrevistas com os integrantes do grupo de pesquisa-ação colaborativa, dos documentos internos do projeto e de fontes secundárias citadas. As linhas do tempo multinível foram construídas a partir de uma adaptação do Modelo dos Múltiplos Fluxos (MSF) de John W. Kingdon (2014).

ARTIGO 3: "Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: lições aprendidas" sintetiza os insights empíricos dos stakeholders do CSCS para fazer um balanço das "lições aprendidas" (em termos de pontos fortes e fracos) durante a tradução de modelo teórico de aprendizagem social para os arranjos institucionais do mundo real na Bacia do Prata.

Em perspectiva, a integração das lições apreendidas neste processo e projeções para o futuro baseou-se na análise qualitativa e quantitativa das respostas dos entrevistados. Os dados primários foram coletados entre os meses de janeiro a julho de 2022, levando em conta, *a priori*, a concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para todos os participantes (sujeitos) da pesquisa de campo. A pesquisa continuará a partir do primeiro artigo logo depois das referências.

REFERÊNCIAS:

BLACKMORE, C. **Social Learning Systems and Communities of Practice**. New York: The Open University, 2010.

GLASSER, H. **Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies**. Em: A. E. J. Wals , T. van der Leij (eds). *Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis*, 35-62. Wageningen: WUR, 2009.

KEMMIS, S., MCTAGGART, R., NIXON, R. **The Action Research Planner Doing Critical Participatory Action Research**. Singapore: Springer Science+Business Media, 2014.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Essex: Pearson Education Ltd., 2014.

SHORE, C., WRIGHT, S. **Anthropology of policy: Perspectives on governance and power**. London: Routledge, 2003.

WALS A. E. J., VAN DER LEIJ, T. **Social learning towards a sustainable world**.

Principles, perspectives, and praxis. Wageningen: WUR, 2009.

WOODHILL, J. **Sustainability, Social Learning, and the Democratic Imperative: Lessons from the Australian Landcare Movement.** Em: C. Leeuwis, R. Pyburn (eds), *Wheelbarrows Full of Frogs: Social Learning in Rural Resource Management*, 317-331. Assen: Koninklijke van Gorcum, 2002.

APRENDIZAGEM SOCIAL NA GOVERNANÇA POLICÊNTRICA: O OLHAR LATINO-AMERICANO

RESUMO

O presente artigo enfoca a aprendizagem social e sua relevância como estratégia de ação coletiva em larga escala no contexto das transições para a “sustentabilidade eco cultural”. Também demonstra como essa abordagem foi adaptada à experiência real de transição territorial na América do Sul: o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS). Nesse sentido, o CSCS pode ser considerado como uma inédita iniciativa de aprendizagem social de caráter biorregional (Bacia do Prata, cinco países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). Apresenta-se o estado da arte sobre o CSCS, explicitando as concepções teóricas e metodológicas que embasaram o processo coletivo, que teve a água como tema integrador, o pensamento latino-americano como marco conceitual, e a educação ambiental como mobilizador social e a construção coletiva de conhecimentos como tática organizacional. Conclui-se que a abordagem proposta pelo CSCS tem o potencial de mobilizar os recursos intangíveis dos territórios de forma eficaz, contribuindo para a construção de uma nova “racionalidade ambiental” territorial.

Palavras-chave: Saberes Socioambientais; Ética do Cuidado; Bacia do Prata, aprendizagem social, governança policêntrica.

SOCIAL LEARNING IN POLYCENTRIC GOVERNANCE: A LATIN AMERICAN PERSPECTIVE

ABSTRACT

This article focuses on social learning and its relevance as a strategy for large-scale collective action in the context of transitions towards "eco-cultural sustainability". It also shows how this approach has been adapted to a real experience of territorial transition in South America: the case of the Centre for Socio-Environmental Knowledge and Care in the River Plate Basin (CSCS). In this sense, the CSCS can be considered an unprecedented social learning initiative that is bioregional (La Plata Basin, five countries); multisectoral (government, civil society, academia, media); and multilevel (global-local). The state of the art on the CSCS is presented, explaining the theoretical and methodological conceptions that underpinned the collective process, which had water as its integrating theme, Latin American thought as its conceptual framework, and environmental education as a social mobiliser and the collective construction of knowledge as an organizational tactic. The conclusion is that the approach proposed by CSCS has the potential to mobilize the intangible resources of territories effectively, contributing to the construction of a new territorial "environmental rationality".

Keywords: Socio-environmental Knowledge; Ethics of Care; River Plate Basin, social learning, polycentric governance.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui a primeira parte do tríptico: “**Aprendizagem social no processo de transição para a sustentabilidade eco cultural em larga escala: o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS)**”. Neste artigo os autores abordam os pressupostos teóricos da possibilidade de aplicação de aprendizagem

social a uma ação coletiva de grande escala no contexto do processo de transição para a sustentabilidade eco cultural.

A primeira parte do artigo apresenta os principais eixos do debate sobre os mecanismos alternativos de coordenação que “despertariam o que há de melhor nos seres humanos” e compensariam a falha dos mercados em cuidar dos bens públicos globais facilitando a transição da governança linear e centralizada à “reflexiva” e policêntrica. A segunda parte demonstra como essa abordagem teórica foi adaptada ao contexto latino-americano no caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS), uma plataforma com a missão de transformar a Bacia do Prata em um vasto sistema de aprendizagem biorregional.

Neste contexto, ampliam-se as discussões teóricas em função de três partes (1, 2 e 3). A primeira consiste em cinco subpartes, a segunda em uma subparte e a terceira solitária que antecede as considerações finais.

1 DEBATE TEÓRICO PARTE 1 - APRENDIZAGEM SOCIAL E GOVERNANÇA POLICÊNTRICA

Nesta seção apresentam os principais conceitos de aprendizagem social e governança policêntrica.

1.1 A aprendizagem social: “despertar o que há de melhor nos seres humanos”

Em outubro de 2009, a Real Academia Sueca concedeu o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas a Elinor Ostrom por sua análise da governança econômica, especialmente os bens comuns (OSTROM, 2009). Como pano de fundo para a Palestra do Prêmio Nobel de Ostrom, a crise financeira global destruiu a credibilidade do “consenso” neoliberal e seus arranjos institucionais centrados no mercado interligado a políticas públicas.

A lição mais importante para a análise de políticas públicas derivada da jornada intelectual que delinee aqui é que os humanos têm uma estrutura motivacional mais complexa e mais capacidade de resolver dilemas sociais do que a teoria de escolha racional anterior. Projetar instituições para forçar (ou dar um empurrão) indivíduos inteiramente interessados em si mesmos a alcançar melhores resultados tem sido a principal meta colocada pelos analistas de políticas públicas para os governos realizarem durante grande parte do último meio século. (OSTROM, 2009, p. 435, tradução nossa¹).

¹ Texto original: the most important lesson for public policy analysis derived from the intellectual journey i have outlined here is that humans have a more complex motivational structure and more capability to solve social dilemmas than posited in earlier rational-choice theory. Designing institutions to force (or nudge) entirely self-interested individuals to achieve better outcomes has been the major goal posited by policy analysts for governments to accomplish for much of the past half century. (OSTROM, 2009, p. 435)

Implica-se no debate sobre os mecanismos alternativos de coordenação que “despertariam o que há de melhor nos seres humanos” e compensariam a falha dos mercados em cuidar dos bens públicos globais (agora aprofundada pela pandemia) ainda continua a partir de duas soluções (A e B):

- a) **Solução A:** “Traga o governo de volta”. O estado empreendedor é amplamente pensado em termos de algum tipo de *New Deal*, uma utopia de design neorooseveltiana. O poder hierárquico do Estado enfatiza a racionalidade instrumental, a direcionalidade e a vontade política como as condições mais importantes para fazer as coisas no contexto da ação coletiva em larga escala.
- b) **Solução B:** “Traga as pessoas de volta”. Nem poder nem competição entre indivíduos auto interessados, mas a “terceira via” de cooperação: ação concertada baseada em aprendizado compartilhado, negociação e “coprodução distribuída” de políticas públicas.

A própria Ostrom (2009) insistiu em ir além das hierarquias e dos mercados, segundo a referida autora, precisamos perguntar como as diversas instituições policêntricas ajudam ou dificultam a inovação, aprendizado, adaptação, confiabilidade, níveis de cooperação dos participantes e a obtenção de resultados mais eficazes, equitativos e sustentáveis em várias escalas. Estas podem contribuir em propostas para solucionar, principalmente os desafios do mercado, mas que precisa de uma abordagem institucional.

1.2. Aprendizagem para a transição

Tais arranjos institucionais policêntricos em sistemas sociais complexos não são criados por decreto. Eles exigem transições multiníveis e multifásicas, conforme pensam os autores (GRIN, et al., 2010; KÖHLER, 2019):

- a) da governança linear à “reflexiva” baseada na “flexibilidade” (capturando os benefícios de “aprender fazendo”) e “variabilidade” (diferentes variantes de desenho em diferentes locais) (LOWNDES; ROBERTS, 2013).
- b) do “homem paradigma” (que “formula uma visão, e a comunica com paixão e carisma”) (CAPRA, 2002) ao “*bricoleur*” (que facilita “uma recombinação inovadora de elementos que constitui uma nova forma de configurar organizações, movimentos sociais, instituições e outras formas de atividade social”) (CAMPBELL, 2005).

Assim, o principal objetivo é facilitar o surgimento de novas estruturas, incorporar o melhor delas no desenho da (meta) governança, e conectá-las em várias escalas (CAPRA, 2002). Neste contexto pensa Goodin (1996, p. 28).

Normalmente, não há um único projeto ou designer. Há apenas muitas tentativas localizadas de projeto parcial, e qualquer esquema sensato de projeto institucional tem que considerar esse fato. Assim, mesmo dentro do âmbito de nossas intervenções intencionais, o que devemos visar não é o projeto de instituições diretamente. Ao invés disso, devemos ter como objetivo a concepção de esquemas para a concepção de instituições - esquemas que levarão em devida consideração a multiplicidade de projetistas e a natureza inevitavelmente transversal de suas intervenções intencionais no processo de concepção. (GOODIN, 1996, p. 28, tradução nossa²).

Nesse processo, a racionalidade instrumental de “comando e controle” deve ser substituída pela racionalidade comunicativa, valorativa (orientada para a compreensão mútua de situações que envolvem interação) entre os atores sociais (HABERMAS, 1984). Para Dryzek (1996; 2005), na perspectiva dessa “virada argumentativa”, o sucesso do desenho institucional depende tanto do “software institucional” de argumentos persuasivos e discursos convincentes, quanto do “hardware” das regras, e procedimentos operacionais. A interação participativa entre os interessados (*stakeholders*) é uma base necessária para desenvolver o apoio às políticas e engajar de forma significativa os atores na reformulação de problemas e soluções por meio da aprendizagem social.

Entre os principais teóricos envolvidos na construção do paradigma de aprendizagem social, que inspiraram este artigo, pode-se citar:

- a) Paulo Freire (“Pedagogia do Oprimido”, 1987; “Pedagogia da Esperança”, 2000);
- b) Gregory Bateson (“Steps to an Ecology of Mind”, 1972);
- c) Donald Schön e Chris Argyris (“Organizational learning”, 1978);
- d) Fritjof Capra (“The Web of Life”, 1996, “The Hidden Connections”, 2002);
- e) Etienne Wenger (“Cultivating communities of practice”, 2002, “World as a learning system”, 2010).

Portanto, as obras apresentadas pelos autores representam a importância do tema que transborda da necessidade de uma pesquisa desta dimensão, sem dúvidas cada autor buscou trazer a luz a importância da aprendizagem no contexto nacional e internacional.

1.3. Homem e máquina: aprendendo para a sustentabilidade

Os relatórios científicos, desde “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS, *et al.*, 1972), passando por “Avaliação Ecológica do Milênio” (2005) até o “O Sexto Relatório de Avaliação” do IPCC (2021), nos alertaram que a capacidade dos ecossistemas do

² Texto original: Typically, there is no single design or designer. There are just lots of localized attempts at partial design cutting across one another, and any sensible scheme for institutional design has to take account of that fact. Thus, even within the realm of our intentional interventions, what we should be aiming at is not the design of institutions directly. Rather, we should be aiming at designing schemes for designing institutions - schemes which will pay due regard to the multiplicity of designers and to the inevitably cross-cutting nature of their intentional interventions in the design process. (GOODIN, 1996, p. 28).

planeta de sustentar nossas economias extrativistas não pode mais ser dada como certa.

Ao mesmo tempo, os atuais arranjos institucionais têm forte viés contra a sustentabilidade e favorecem poderosos interesses econômicos em detrimento do bem-estar da maioria e do meio ambiente (WOODHILL, 2002, GLASSER, 2009). Enquanto nossas instituições modernas evoluíram para permitir um crescimento econômico sem limites, os limites impostos pela abordagem da sustentabilidade exigem, nos termos de Dryzek (2005), um novo “*software* institucional”.

Esses novos limites institucionais podem ser estabelecidos, de acordo com (STERLING, 2009):

- a) “de afuera”, via “ecossistemas inteligentes” tecnologicamente saturados e suportados por algoritmos de *machine learning* (solução tecnológica);
- b) “de dentro”, por meio de uma densa rede colaborativa de comunidades e organizações de aprendizagem que permitiriam uma ação transformadora em larga escala (transformação social).

No segundo caso, a sustentabilidade não é mais reduzida a um especialista, ou produto transferível pré-determinado por algoritmo (definido por uma política, código de comportamento ou padrão), mas é vista como um processo de aprendizagem social em que emergiria a nova institucionalidade (WALS, VAN DER LEIJ, 2009).

A aprendizagem social para a sustentabilidade no contexto da ação coletiva em larga escala é mais bem definida por Woodhill (2002), como o processo pelo qual a sociedade adapta democraticamente suas instituições-chave para lidar com as mudanças sociais e ecológicas de forma a otimizar o bem-estar coletivo das gerações atuais e futuras.

“O que torna o processo de aprendizagem um processo social é o esforço deliberado para facilitar a ação concertada entre os interessados (*stakeholders*)” (JIGGINS; ROLING; VAN SLOBBE, 2009, p. 426). Contudo, segundo Wenger (2010), para a transformação do “mundo” em um “sistema de aprendizagem”. (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002), as seguintes especificações teriam que ser atendidas:

- a) capacidade de aprender fazendo para resolver problemas enquanto a gente reflete continuamente sobre quais abordagens estão funcionando e por que - e, em seguida, usa esses *insights* para orientar ações futuras;
- b) representação que inclui participantes de todos os setores - privado, público e sociedade civil - para corresponder à complexidade dos fatores e atores relacionados ao problema;
- c) arranjos multiníveis que conectam as atividades do sistema de aprendizagem

nos níveis local, nacional e global - onde quer que surjam problemas e oportunidades.

1.4. O governo aprendiz (*learning government*)

No contexto do debate sobre os conceitos de “Estado verde” e de “democracia ecológica”, os cientistas políticos australianos Robyn Eckersley e John Dryzek afirmam que não se deve buscar nem “Estado benevolente, presidindo uma ecotopia”, nem “Estado autoritário, presidindo um regime estrito de controles e racionamento de recursos”. Deve-se, sim, focar em como a abordagem do “governo aprendiz” poderia compensar os “déficits democráticos” do Estado liberal na “esfera pública verde” (ECKERSLEY, 2004; DRYZEK, 2005).

Isso não significa que o “esverdeamento” da sociedade, do Estado e da economia ocorreria de forma autopoietica, descentralizada e de baixo para cima. Segundo Jiggins; Roling; Van Slobbe (2009), a ação concertada não é provocada apenas por pessoas conversando, por esforço idealista para desenvolver visões comuns - requer facilitação. Ao mesmo tempo, não se deve esperar que o governo, conforme Schön (2010), desempenhe o papel de experimentador da nação, procurando primeiro identificar a solução correta, depois treinar a sociedade para sua adoção, segundo ele, se trata de projetar e concretizar os processos através dos quais novos problemas podem ser continuamente confrontados e velhas estruturas continuamente descartadas. A estrutura da “esfera pública verde” exige trazer de volta tanto o Estado como as pessoas para uma ação sinérgica (WENGER, 2010), permitir a abordagem de dois tipos de governanças.

- a) Governança “dirigida” (ação instrumental governamental, responsabilização vertical) que deriva de um esforço conjunto para mover um sistema social em uma determinada direção;
- b) Governança “emergente” (ação comunicativa da sociedade civil, responsabilização horizontal) que brota de interações entre atores locais em rede engajados em um processo de aprendizagem coletiva.

O “governo” entendido como um “sistema de aprendizagem” deve combinar estruturas de governança vertical e horizontal em algum tipo de governança transversal (MEULEMAN, 2013): A central pode fornecer as primeiras instâncias ou temas que são pontos de partida para as cadeias de transformação nas localidades. Pode ajudar os atores locais a aprenderem com as experiências uns dos outros. Pode influenciar com seu peso institucional as mudanças na estrutura de poder e aprendizagem social no nível local. Além

disso, as transformações dos sistemas locais influenciam umas às outras e podem ser apoiadas nisso. Um sistema capaz de se comportar dessa maneira é um sistema de aprendizagem. Dentro dele, o papel da central é o de iniciador, facilitador e incentivador da aprendizagem local (SCHÖN, 2010), que podem ser distintos em cada território na perspectiva da aprendizagem.

1.5. Territórios de aprendizagem

O “território” é cada vez mais reconhecido como um nexo: uma interseção entre o “mundo da vida” e a dimensão sistêmica da “esfera pública verde” (SANTOS, 2005; SACHS, 2007; BARCA, 2009; GRIN, et al., 2010; MEULEMAN, 2013):

- a) É o território onde as políticas setoriais nacionais de água, alimentos e energia “tocam o chão”;
- b) É o território onde se materializam os fluxos econômicos globais (“mundo dos fluxos”);
- c) É o território (o lugar) onde as pessoas vivem (“mundo dos lugares”).

Essa transversalidade “todo global é local” converte território na interface, e “ponto de alavancagem” para acessar todo o sistema de aprendizagem, e visa (WENGER, 2010):

- a) facilitar *feedbacks* eficazes entre o conhecimento local (tácito, informal) e especializado (explícito, formal);
- b) orientar o desenho político-institucional pelas realidades ambientais e/ou ecológicas.

Kirkpatrick Sale em seu livro “Dwellers in the Land” (1985, p. 56) propôs um “paradigma biorregional”:

Devemos conhecer a terra ao nosso redor, aprender sua tradição e seu potencial, e viver com ela e não contra ela. Viver com a terra significa viver dentro e de acordo com os modos e ritmos de suas regiões naturais – as biorregiões. (Tradução nossa³)

Elinor Ostrom em “*Governing the Commons*” (1990) propôs um conjunto de regras para superar o dilema dos “limites” (“tragédia dos comuns”):

- a) autoridades de nível superior reconhecem o direito das comunidades territoriais de se autogovernarem;
- b) decisões e regras são tomadas por meio de arranjos participativos;
- c) as violações são punidas com sanções graduais;

³ Texto original: We must get to know the land around us, learn its lore and its potential, and live with it and not against it. We must see that living with the land means living in, and according to the ways and rhythms of, its natural regions – its bioregions. (SALE, 1985, p. 56).

- d) monitoramento e conflitos são tratados com mecanismos de baixo custo e de fácil acesso;
- e) no caso de territórios maiores, as regras são organizadas e aplicadas por meio de várias camadas de atores aninhados.

2 DEBATE TEÓRICO PARTE 2. A BACIA DO PRATA COMO SISTEMA DE APRENDIZAGEM BIORREGIONAL

A Bacia do Prata (Cuenca Del Plata) é a área de 3.100.000 km² na América do Sul que drena para o rio La Plata. É uma das maiores bacias de drenagem do mundo que abrange o sudeste da Bolívia, sul e centro do Brasil, todo o território do Paraguai, a maior parte do Uruguai e norte da Argentina. Com mais de 130 milhões de habitantes, grandes cidades como São Paulo, Brasília, Buenos Aires, Assunção e Montevideú e uma economia que representa 70% do PIB per capita dos cinco países, é de grande importância econômica e social. (MMA, 2009; FORTES ZENI, 2018), apresenta-se na Figura 1 a seguir o mapa desse território.

Figura 01: Mapa da Bacia do Prata.



Fonte: <https://transboundarywaters.science.oregonstate.edu>

No início dos anos 2000, no seguimento das Cúpulas da Terra (Rio 92 e Rio+10), o governo brasileiro, o CIC-Plata e o PNUMA debateram com ONGs e movimentos sociais sobre possíveis estratégias para reverter a rápida degradação dos ecossistemas. Desses

“Diálogos do Prata” emergiu uma proposta biorregional que ultrapassou os silos setoriais das burocracias hidráulicas e a lógica adversarial dos movimentos sociais, que propôs incorporar as comunidades territoriais e o conhecimento local na gestão da transição para a sustentabilidade.

Destes diálogos, a proposta contemplou um novo mecanismo de governança policêntrica, conhecido como Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS), com a missão de transformar a macrorregião do Prata em um vasto sistema de aprendizagem biorregional (MMA, 2005, 2009; PNUMA, 2007; FORTES ZENI, 2018). Além disso, o papel social que contribui para o respeito do meio ambiente e seu entorno está interligado com esta missão.

2.1 Pilares conceituais da estratégia CSCS

Sobre a perspectiva do cuidado, se estende a configuração da Bacia do Prata como elemento central do tema, que implica no desenvolvimento territorial inserida neste contexto, desta forma, apresenta-se a seguir três pilares sobre a Ontologia relacional, a Epistemologia do Sul e a Metodologia relacional.

Pilar 1. Ontologia relacional: água e território

A Água como tema integrador e a bacia hidrográfica como território operacional.

Segundo Arturo Escobar (2014, p. 59-60):

É comum pensar que o comunal e o relacional só são aplicáveis a povos que tenham mantido uma base territorial para sua existência, ou que ainda exibam práticas culturais que não são inteiramente modernas. Entretanto, se adotarmos a posição de que a realidade é radicalmente relacional (como a ecologia, budismo, teoria de sistemas etc. assumem, de maneiras diferentes), e que o chamado indivíduo não existe separadamente de outros humanos e não-humanos, estes princípios se aplicam a todos os grupos humanos, por mais diferentes que sejam. É importante, portanto, começar a pensar seriamente em como reconstituir a relacionalidade e a comunalidade nos ambientes urbanos e nos espaços mais marcados pela modernidade, inclusive entre aqueles grupos cujo regime cultural do indivíduo e do mercado penetrou mais profundamente no nível dos imaginários e das práticas.⁴

Essa “reconversão” ou transição para uma “racionalidade ambiental” passa pela “reapropriação ontológica” do território, e pela reativação de suas relacionalidades. Nesse

⁴ Texto original: Es usual pensar que lo comunal y lo relacional son solo aplicables a pueblos que han mantenido una base territorial en su existencia, o que aun exhiben prácticas culturales no completamente modernas. Sin embargo, si adoptamos la posición de que la realidad es radicalmente relacional (como la ecología, el Budismo, la teoría de sistemas, etc. lo asumen, de distinta forma), y que el llamado individuo no existe separado de otros humanos y no-humanos, estos principios aplican a todo grupo humano, así sea de diferente manera. Es importante, por esto, empezar a pensar seriamente en cómo reconstituimos la relacionalidad y la comunalidad en ambientes urbanos y en los espacios más marcados por la modernidad, inclusive entre aquellos grupos donde el régimen cultural del individuo y el mercado han calado más profundamente a nivel de los imaginarios y las prácticas (p. 59-60).

processo, a água, como elemento relacional por excelência, desempenha um papel crucial da metáfora organizadora da realidade. A água, portanto, transcende o pensamento setorial, e as dicotomias: une o racional ao emocional; o sagrado (céu) e o terreno (território); engenharia material e poesia imaterial (LEFF, 2004; ESCOBAR, 2014).

Assim, a água deixou de ser vista como um “recurso” e domínio exclusivo das burocracias hidráulicas. É um elemento organizador do território e a metáfora subjacente à rede de comunidades de aprendizagem (VARGAS, PIÑEYRO, 2005; VARGAS, 2006; MMA, 2009; ARROJO, 2010; DAHLEM, 2011). A estrutura transfronteiriça da Bacia do Prata, composta por sub-bacias de grandes rios latino-americanos como Paraná, Paraguai e Uruguai, com suas respectivas microbacias, conecta simbolicamente povos de diferentes países e culturas. Tal metáfora da rede hidrográfica se traduz em diferentes níveis de sentido e ação, desde comunidades indígenas e camponesas locais, passando por centros de pesquisa acadêmica, governos locais e nacionais, até plataformas internacionais como o PNUMA e o CIC-Plata. A água também desempenha um papel de “tema gerador” que envolve horizontalmente toda a gama de subsistemas de políticas setoriais, como o nexos água-energia-alimento-resíduos.

Ramon Vargas (2006, p. 38), um dos facilitadores dos "Diálogos do Prata", considera a “cultura da água” como um pilar central desse processo de aprendizagem biorregional:

Chamamos de Cultura da Água o conjunto de formas e meios utilizados para satisfazer necessidades fundamentais relacionadas com a água e tudo o que dela depende. Inclui o que é feito com a água, na água e pela água para ajudar a resolver a satisfação de algumas dessas necessidades. Ela se manifesta na linguagem, nas crenças (visão de mundo, conhecimento), nos valores; nas regras e formas organizacionais; nas práticas tecnológicas e na elaboração de objetos materiais; nas criações simbólicas (artísticas e não artísticas); nas relações dos homens entre si e destes com a natureza, e na forma de resolver os conflitos gerados pela água. A cultura da água é, portanto, um aspecto específico da cultura de um grupo que compartilha, entre outras coisas, uma série de crenças, valores e práticas relacionadas à água. (tradução nossa⁵)

Portanto, qualquer proposta de “gestão” dos recursos hídricos exige uma mudança cultural, que expresse na construção de um planejamento capaz de contribuir de forma motora para os demais fatores da gestão a partir de um programa em função da realização de ações concretas e de forma coletiva no âmbito institucional e individual da sociedade.

⁵ Texto original: Llamamos ‘cultura del agua’ al conjunto de modos y medios utilizados para la satisfacción de necesidades fundamentales relacionadas con el agua y con todo lo que dependa de ella. Incluye lo que se hace con el agua, en el agua y por el agua para ayudar a resolver la satisfacción de algunas de estas necesidades fundamentales. Se manifiesta en la lengua, en las creencias (cosmovisión, conocimientos), en los valores; en las normas y formas organizativas; en las prácticas tecnológicas y en la elaboración de objetos materiales; en las creaciones simbólicas (artísticas y no artísticas); en las relaciones de los hombres entre sí y de éstos con la naturaleza y en la forma de resolver los conflictos generados por el agua. La cultura del agua es por lo tanto, un aspecto específico de la cultura de un colectivo que comparte, entre otras cosas, una serie de creencias, de valores y de prácticas respecto de ella. (VARGAS, 2006, p. 38).

(VARGAS, 2006). Nesse sentido, Alejandro Meitin, integrante do CSCS afirma em uma entrevista:

A Bacia do Prata denota, desde a conquista, a consolidação dos rios como meios de extrair material do sistema. Hoje a visão de desenvolvimento da Bacia continua sendo extrativista, cada vez mais aprimorada por novas redes de infraestrutura para o transporte de recursos extraídos do território. Hoje poderíamos chamá-la a Bacia da Soja, a lógica é a mesma [...] interessa-nos ver a integração outra, a partir de uma perspectiva biorregional, temos aquela visão da Bacia, como uma rede de vida um tanto invisível, mas que no fundo mantém o sistema em homeostase. São muitos elos sensíveis entre a paisagem da Bacia e os seres que a habitam, convivem, e geram essa rede que é uma rede de saúde do ecossistema. Temos que fortalecer cada vez mais essa visão ecossistêmica diante da visão extrativista. Essa descolonização do olhar vai nos levar muito tempo. E esta é a missão do Centro de Saberes, que busca integrar o que já existe ou está se formando, gerando alianças políticas, tecendo estratégias biorregionais.

O excerto aponta e deixa esclarecido a importância da Bacia com características biorregionais no que se deve principalmente aos aspectos do desenvolvimento presente nas redes de infraestruturas e dos demais recursos territoriais envolvidos. Na sequência apresenta-se o pilar 2.

Pilar 2. Epistemologia do Sul: a descolonização do “poder-saber-ser”

O ciclo de aprendizagem: pode-se traçar o surgimento e o desenvolvimento da iniciativa do CSCS seguindo o que Donald Schön (2010, p. 64) chamou de um modelo projetivo de ciclo de “aprendizagem social (*social learning*)”:

- a) Em meados da década de 1960, a matriz discursivo-praxeológica, tecnológica e conceitualmente baseada nas ideias de “progresso linear” e “crescimento ilimitado” passou a ser questionada.
- b) Ideias alternativas desenvolvidas na “periferia” do sistema, em áreas livres ou marginais da sociedade, germinaram sem encontrar defesas massivas: os movimentos antissistêmicos de contracultura e ambientalistas, assim como camponeses e indígenas, outrora condenados a desaparecer como “reliquias do passado”.
- c) Essas “vanguardas periféricas” fornecem novas interpretações da realidade (novo vocabulário e um novo conjunto de teorias) com “a energia necessária para elevá-las acima do limiar da consciência pública” (SCHÖN, 2010).
- d) A matriz discursivo-praxeológica dominante, porém, demorou a desaparecer: “a defasagem entre a percepção dos fenômenos disruptivos e a reorganização da teoria vigente” pode ser contada em décadas. Em 1972, foi publicado o livro “Limites do Crescimento”, mas só em 1992, a questão dos limites ambientais foi formalmente assumida na agenda intergovernamental (Rio 92); e só em 2008, o

“crescimento ilimitado” começou a ser seriamente questionado.

- e) Em termos do modelo de Schön, apenas a crise de 2008 que afetou os mercados e os sistemas financeiros internacionais, causada pela bolha imobiliária iniciada nos Estados Unidos, além disso, representou um “evento disruptivo” e “conjuntura crítica” que precipitou uma grande mudança na matriz e configurou uma demanda generalizada por novos arranjos institucionais: regras, práticas e narrativas subjacentes (SCHÖN, 2010).

O ponto chave aqui foi a convergência temporária entre os efeitos disruptivos da crise de 2008 e a chamada “virada continental à esquerda” (2002-2015): uma nova onda de governos “progressistas” que incorporaram aqueles discursos anteriormente periféricos nas suas plataformas políticas (com enormes implicações simbólicas, embora nem sempre práticas) (SANTOS, 2010; 2018).

Na América Latina, a erosão percebida do chamado paradigma “modernidade-colonialidade” forneceu uma “janela” para que as ideias da descolonização do “poder-saber-ser” (MIGNOLO, 2003; QUIJANO 2005) entrassem no *mainstream*:

- a) refundar os Estados e territórios a partir da “Epistemologia do Sul” (SOUZA SANTOS, Boaventura, 2005; 2010; 2018), “transmodernidade” (DUSSEL, Enrique, 2015; ESCOBAR, Arturo, 2014; 2016), “racionalidade ambiental” (LEFF, Enrique, 2004), “ecofeminismo” (VIEZZER, Moema) e a “ética do cuidado” (BOFF, Leonardo, 2009);
- b) repensar a abordagem das políticas públicas (“democratizar a democracia”) a partir da perspectiva dialógica e participativa da aprendizagem social (FREIRE, Paulo, 1972; 2003; SOUZA SANTOS, Boaventura, 2005; FALS BORDA, Orlando, 2009), e do paradigma da complexidade (MATURANA, Humberto; VARELA, 1980; CAPRA, Fritjof, 2002);
- c) repensar como os bens comuns são administrados em “macroescala”: “biocivilizações tropicais”, “O Bem Viver” (Ignacy SACHS, 2007, Fernando HUANACUNI, 2010, Alberto ACOSTA, 2013), e na dimensão “micro” (“desprivatização de serviços públicos essenciais”);
- d) promover a integração regional entre “povos”, e não apenas entre “mercados”; reviver o imaginário político e o pensamento utópico (“o outro mundo possível”), como proposto pelo Fórum Social Mundial (CORRÊA LEITE, 2003; SANTOS, 2005; ALTHAUS-REID; PETRELLA; SUSIN, 2007).

Em todos os cinco países da Bacia do Prata, as comunidades epistêmicas por trás

dessas ideias alternativas ocuparam posições em diferentes espaços de seus respectivos governos (desde os “burocratas de nível de rua” até os Chefes de Estado) tentando traduzir o discurso emergente em políticas públicas. O alto nível de sinergia discursiva entre os líderes regionais, particularmente durante o período 2008-2012, abriu a “janela de oportunidade” para os acordos multilaterais além do “*business as usual*” (No segundo artigo, a conjuntura em que o projeto CSCS foi desenvolvido será analisada com mais detalhes). Assim, apresenta-se o terceiro pilar.

Pilar 3. Metodologia relacional: a construção coletiva de conhecimentos, ações, organização e mobilização

Embora o CSCS seja uma plataforma de aprendizagem social bastante heterogênea, a influência do legado de Paulo Freire é visível e transversal a todo o projeto. De certa forma pode-se afirmar que o CSCS busca adequar os Círculos de Cultura a uma estratégia de ação coletiva em grande escala (no sentido proposto por Schön (2010) e Wenger (2010).

Dentre os eixos freirianos que mais alimentam a proposta metodológica do CSCS pode-se citar:

- a) **Aprendizagem relacional:** “Ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 46).
- b) **Aprendizagem emergente (maiêutica):** “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47);
- c) **Diálogo de saberes** (“todos somos aprendizes”): “No Círculo (de Cultura), pesquisadores e pesquisandos são sujeitos da pesquisa que, enquanto pesquisam, são pesquisados, e, enquanto são investigados, investigam” (ROMÃO, 2006);
- d) **Cultura relacional construída no diálogo:** “(A pessoa no Círculo de Cultura) Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo que ele mesmo é fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura” (FREIRE, 2003, p51).
- e) **Cardápio de Conteúdos construídos em um ecossistema colaborativo** (o grupo, a organização, o território); a aprendizagem não é centrada em um objeto; objeto (o tema gerador) é apenas um ponto de partida para visualizar suas ramificações no ecossistema analisado. “A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando sobre o mundo. ‘Seu’ mundo, em última análise, é a primeira e inevitável face do próprio mundo”

(FREIRE, 1997, p. 44);

- f) **Transdisciplinaridade (“conectividade radical”)** Tudo está relacionado (filosofia, linguística, economia, história, filologia, sociologia, psicologia, estética etc.) (FERREIRA MAFRA, 2007; RODRIGUES BARBOSA, 2009).
- g) **Aprendizagem transformadora:** “Em favor de que estudo? Em favor de quem estudo? Contra que estudo? Contra quem estudo?” (FREIRE, 2011, p. 75); “Não há educação neutra. Toda educação é um ato político. Portanto, precisamos construir conhecimentos tendo como horizonte um projeto político de sociedade” (FREIRE, 1997, p. 23);
- h) **Pedagogia da Esperança** (transição para “outro mundo possível”). A imaginação política do “inédito viável” implica mediar entre o que é e o que poderia vir a ser, olhando simultaneamente para o presente e para o futuro (JACOBS, 2005). A meta é gerar a libertação do potencial criativo e promover a mobilização no sentido de enfrentar e resolver os problemas (RODRIGUES BARBOSA, 2009).

3 A ARQUITETURA DO CSCS NA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM SOCIAL

A estratégia geral do CSCS pode ser definida como **a implementação de uma rede biorregional de aprendizagem social**: o processo pelo qual a sociedade adapta democraticamente suas principais instituições para promover a transição socioambiental a partir de um enfoque territorial. Segundo Schön (2010), um dos principais critérios da eficácia dos sistemas de aprendizagem social em larga escala é a sua capacidade de reduzir:

- a) a lacuna entre o discurso e a práxis no mundo real;
- b) a defasagem entre o surgimento e a institucionalização de novas ideias.

No caso da Bacia do Prata, durante o período analisado (2005-2012), foi o complexo hidrelétrico Itaipu Binacional que atuou como um “acelerador de partículas” em um triplo papel de “protótipo” (projeto piloto), “arena de transição” (“*learning hub*”) e um empreendedor institucional (patrocinador/mediador de um processo de aprendizagem regional), (WENGER, 2010).

A Itaipu é a segunda maior empresa hidrelétrica do mundo (administrada conjuntamente por Brasil e Paraguai). Em 2003, esse ente público foi declarado “laboratório” e “ferramenta” da transição sustentável em sua área de influência conhecida como bacia hidrográfica do Paraná III (FGV, 2010; ITAIPU, 2016). Como resultado,

expandiu sua missão setorial original para a complexa estratégia territorial, e a região toda passou a desempenhar o papel de “campo de provas” de políticas públicas não convencionais.

O escopo foi desde a gestão de bacias hidrográficas, Educação para o Desenvolvimento Sustentável - EDS e a conversão agroecológica (no coração do “império da soja”), até o desenvolvimento de condomínios regionais de biogás e veículos elétricos. Esse experimento ousado foi reconhecido pela ONU como uma referência prefigurativa fundamental na localização da agenda 2030, através de um sistema de aprendizagem biorregional (ONU, 2015; 2018; FAO, 2018). Deste modo, a educação ambiental se faz necessária e importante para esta agenda 2030, por isto, considera-se a primeira linha para pensar o desenvolvimento sustentável. Já na perspectiva da governança experimental baseada na aprendizagem social aplicada nos vinte e nove municípios da bacia hidrográfica do Paraná III gradualmente se tornou uma “história de sucesso” regional se espalhando por toda a Bacia do Prata (MMA, 2005; FGV, 2010; ITAIPU, 2016; FAO, 2018).

Itaipu, por sua localização na Região Transfronteiriça do Iguazu, entre Brasil, Paraguai e Argentina, atuou como nexos macro territorial de integração regional (eventos de sustentabilidade, reuniões do Mercosul e da ONU, cúpulas presidenciais etc.). Tornou-se sede e centro físico do diálogo regional entre intelectuais latino-americanos, ativistas e líderes governamentais, uma espécie de “*superhub*” na interseção de múltiplas redes setoriais e territoriais (FGV, 2010; MEULEMAN, 2013; FAO, 2018).

A Itaipu também assumiu o papel de patrocinador e mediador de longo prazo do sistema de aprendizado biorregional em termos de apoio logístico, fluxo de informações, passagens aéreas, eventos etc. Os representantes mais emblemáticos da comunidade epistêmica latino-americana de aprendizagem social foram frequentemente convidados como palestrantes ou mesmo contratados pela Itaipu como consultores para facilitar esse processo (FGV, 2010; ITAIPU, 2016; FAO, 2018).

A implementação dessa rede social de aprendizagem biorregional ocorreu em quatro dimensões parcialmente sobrepostas, análogas ao conceito de ordens de aprendizagem (WENGER, 2010):

1 - Dimensão individual (“lideranças transformacionais” nos “Círculos de Aprendizagem Permanente”, CAP, 1-2-3-4): Líderes individuais nacionais (CAP 1), setoriais (CAP 2), territoriais (CAP 3) e locais (CAP 4), profundamente engajados em processos formativos capilares, e empoderamento mútuo (BRANDÃO, 2005; FERRARO JÚNIOR; SORRENTINO, 2005; VIEZZER, 2007).

2 - Dimensão organizacional (organizações/comunidades de aprendizagem):

Líderes individuais com o desafio de introduzir a “cultura da aprendizagem” na lógica cotidiana de suas respectivas organizações, redes setoriais e territórios: transformando uma hidrelétrica, uma universidade, uma organização religiosa, ou uma comunidade de agricultores em um espaço de aprendizagem social. A transição deveria ocorrer a partir de configurações internas, não de intervenções externas (“intravenções”) (BRANDÃO, 2005; FERRARO JÚNIOR; SORRENTINO, 2005; MMA, 2009; MEULEMAN, 2013).

Segundo Moema Viezzer (discípula de Paulo Freire e uma das facilitadoras desse processo) (entrevista):

Em cada instituição tem uns a favor e outros contra essa nova perspectiva, é difícil uma mudança acontecer sem conflito. Para fazer diferente, trabalhamos com valores. As pessoas têm que se apropriar dessas novas ideias de sustentabilidade, acompanhadas por ações muito concretas com os governos locais, provinciais, nacionais, universidades, em todos os espaços que tenham a ver com o que entendemos como democracia participativa. Logicamente, esses espaços têm que ser ocupados para promover outras formas de ler a realidade e agir no território. Para desafiar a visão tecnocrática e abrir caminho para uma visão emergente.

3 - Dimensão intersetorial (rede de organizações e comunidades de aprendizagem): Nesta dimensão, governos, universidades, ONGs e movimentos sociais buscam estabelecer um terreno comum apesar de diferentes visões de mundo, linguagens, expectativas, senso de oportunidade e medidas de êxito (FADEEVA, 2009). Esse chamado “diálogo de saberes” (mediação/tradução interdiscursiva) vai muito além da articulação de “lutas” ou “harmonização de interesses” para abordar a racionalidade subjacente e atualizar colaborativamente a falha do “software institucional” (BRANDÃO, 2005; FERRARO JÚNIOR; SORRENTINO, 2005; JACOBI, 2005; VIEZZER, 2007; MMA, 2009).

A tradução ocorre de duas maneiras (WENGER, 2010):

- a) entre lógicas setoriais, territoriais, organizacionais (“representação transversal”);
- b) entre lógicas globais, nacionais e locais (“nexo multinível”).

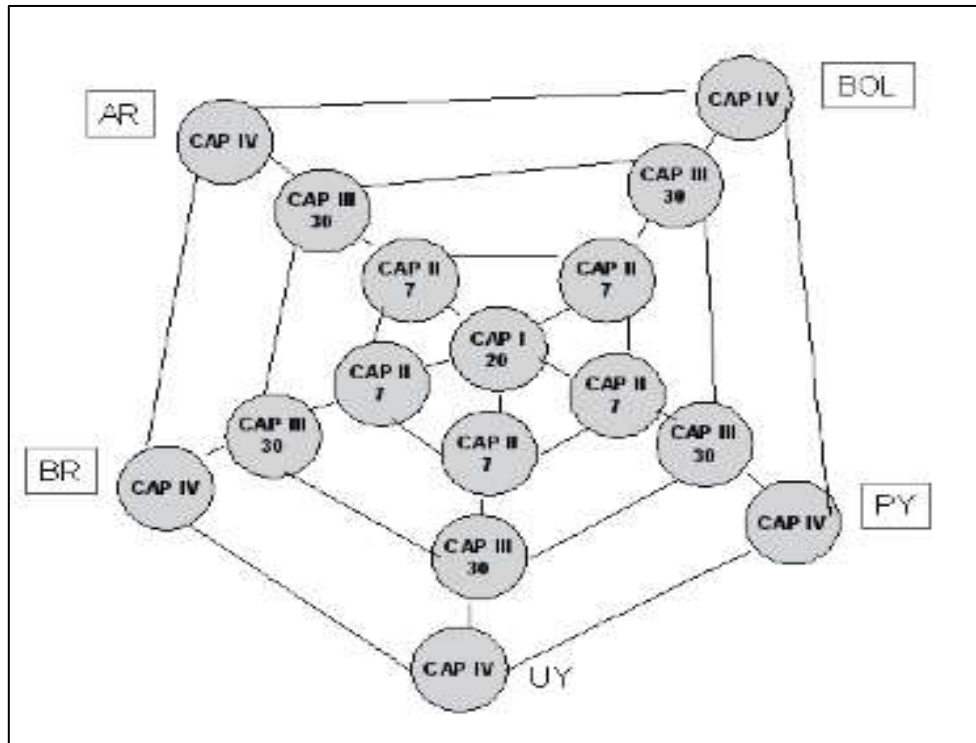
Esta “hermenêutica diatópica” visa uma transição progressiva da lógica instrumental à comunicativa, emergente, para chegar a uma nova síntese: uma integração transversal e complementaridade entre discursos verticais e horizontais (SANTOS, 2018).

4 - Dimensão da expansão capilar (sistema de aprendizagem biorregional da Bacia do Prata): O objetivo final foi desenvolver uma rede capilar multicamada de comunidades de “lugar” e de “prática” atingindo todas as sub-regiões, e no futuro alcançar uma massa crítica da transição para a “eco sustentabilidade cultural” de toda a Bacia do Prata (BRANDÃO, 2005; SANTOS, 2005; MMA, 2005).

Com base nessas quatro dimensões, a plataforma em rede do CSCS procurou “conectar o poder e a acessibilidade do engajamento local, de baixo para cima e o

empoderamento dos agentes” (CAP 3, CAP 4) com “a pressão ativa de cima para baixo para monitoramento, avaliação e divulgação dos resultados da aprendizagem localizada em nível nacional e internacional” (CAP1, CAP 2) (MMA, 2009; MEULEMAN, 2013). A seguir, apresenta-se a Figura 2, com a capilaridade do processo formativo.

Figura 02: Capilaridade do processo formativo



Fonte: CSCS (2009). Processo formativo Brasil.

Neste contexto, a arquitetura institucional do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata, apresenta quatro círculos para ampliar a compreensão do assunto. **O Círculo de Aprendizagem Permanente I (CAP I)** foi composto por pontos focais de alto nível nas esferas governamentais, diplomáticas, acadêmicas e da sociedade civil, representantes das agências da ONU, e um grupo de intelectuais internacionais “Círculo de Amautas”, os chamados de conselheiros teóricos. CAP I facilitou a construção de um quadro geral de cooperação entre cinco países na perspectiva da institucionalização transfronteiriça.

O Círculo de Aprendizagem Permanente II (CAP II) composto por reconhecidos especialistas dos ministérios-chave, ONGs socioambientais, academia e meios de comunicação de massa, foi responsável pelo alinhamento (trans)setorial e pela institucionalização do processo em nível nacional. Na prática, no entanto, não havia uma separação clara entre CAP I e II, que costumavam atuar conjuntamente como o “Conselho do CSCS”.

O Círculo de Aprendizagem Permanente III (CAP III) foi composto por pontos focais territoriais, como educadores, líderes sociais e formadores de opinião (mapeados pelos CAP I e II), com compromisso de longo prazo com esses territórios e alta capacidade de networking. Eles/as seriam responsáveis pela constituição e tutoria de comunidades locais de “lugar” e “prática” (CAP IV) conectando-as em uma rede territorial significativa e transformadora. A primeira fase do projeto estabeleceu a meta de interligar 150 territórios pilotos liderados pelos CAP III (30 por país) (embora na prática os CAP III nem sempre fossem selecionados com critérios territoriais).

O Círculo de Aprendizagem Permanente IV (CAP IV). Cada CAP III fora, por sua vez, responsável pela articulação de uma rede de aproximadamente 30 comunidades locais de aprendizagem (de “lugar” e “prática”) na sua área de atuação. Os CAP IVs seriam projetos transformadores específicos em um determinado território (realizados por governos locais, ONGs, escolas, igrejas, empresas etc.). O objetivo foi o empoderamento desses núcleos de boas práticas locais e sua convergência em uma massa crítica territorial em prol da transição para a sustentabilidade. A primeira fase do projeto estabeleceu a meta de 4.500 CAP IV “liderando a implementação de ações sustentáveis na Bacia do Prata” (com o horizonte futuro de conectar os núcleos em toda a bacia). O processo de formação da rede CAP IV foi abruptamente interrompido em função da crise diplomática regional e da suspensão do Paraguai do Mercosul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arquitetura do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata expande consideravelmente os horizontes conceituais e metodológicos do paradigma de aprendizagem social. A proposta do CSCS pode ser considerada um ensaio avançado de transição para um novo paradigma (“*paradigm Blueprint*”) em termos de vislumbrar coletivamente uma nova abordagem ontológica, epistemológica e metodológica da governança biorregional policêntrica.

O CSCS torna-se um potencial ferramenta da descolonização do “poder-saber-ser” e da refundação dos Estados a partir da abordagem territorial ancorada na “pedagogia da interface” e na “conectividade radical”. A transição para uma “racionalidade ambiental” e a “Ética do Cuidado” passa pela “reapropriação ontológica” do território, e pela reativação de suas relacionalidades. Nesse processo, a água, como elemento relacional por excelência, desempenha um papel crucial da metáfora organizadora da realidade.

O grau de ousadia e imaginação política desta iniciativa foi muito além das propostas

desenvolvidas em outras partes do mundo, incluindo a Diretiva Quadro da Água da União Europeia. “Além”, principalmente no sentido de enriquecer a visão ecossistêmica mais positivista e tecnocrática com uma abordagem transcultural, trans moderna e relacional da “cultura da água”, das “epistemologias do Sul” e do aprendizado social freiriano. Pode-se inferir que a racionalidade ambiental ancorada na cultura da água, nas epistemologias do Sul e no aprendizado social construtivista freiriano permite potencialmente mobilizar os recursos intangíveis dos territórios de forma mais eficaz.

5 REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **El Buen Vivir. Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos.** Barcelona: Icaria, 2013.

ALTHAUS-REID, M., PETRELLA, I., SUSIN, L. C. **Another Possible World.** London: SCM Press, 2007.

ARROJO, P. **Crisis global del agua: valores y derechos en juego.** Barcelona: C i J, 2010.

BARCA, F. **Agenda for a Reformed Cohesion Policy: A Place-based Approach to Meeting European Union Challenges and Expectations.** 2009. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/regi/dv/barca_report_barca_report_en.pdf. Acesso em: 17.07. 2022.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

BOFF, L. **Ética da Vida: A Nova Centralidade.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.

CAMPBELL, J. L. **Where do we stand? Common mechanisms in organizations and social movements.** Em: G. F. Davis, D. McAdam, W. R. Scott (eds), *Social Movements and Organization Theory*, 41–68. New York: Cambridge University Press, 2005.

CAPRA, F. **As Conexões Ocultas - Ciência para uma Vida Sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2002.

CORRÊA LEITE J. **Fórum Social Mundial: A história de uma invenção política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

DAHLEM, R. B. **Educação Ambiental para Gestão de Bacias Hidrográficas: A Atuação da Itaipu Binacional na Bacia Paraná 3.** 2011. Tese: UNESP: Rio Claro.

SANTOS, B. de S. **Foro Social Mundial. Manual de Uso.** Barcelona: Icaria, 2005.

SANTOS, B. de S. **Refundación del estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del sur.** México: Siglo XXI Editores, 2010.

SANTOS, B. de S. **Construindo as Epistemologias do Sul: antologia essencial.** Buenos Aires: CLACSO, v. 1, 2018.

- DRYZEK, J. **The Informal Logic of Institutional Design**. Em: R. Goodin (ed.) *The Theory of Institutional Design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- DRYZEK, J. **The politics of the earth: environmental discourses**. Oxford: OUP, 2005.
- DUSSEL, E. **Filosofías del Sur. Descolonización y Transmodernidad**. México: Akal, 2015.
- ECKERSLEY, R. **The Green State: Rethinking Democracy and Sovereignty**. Cambridge: MIT Press, 2004.
- ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones Unaula, 2014.
- ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia. Lugar, movimientos, vida, redes**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.
- FADEEVA, Z. **From centre of excellence to centre of expertise: regional centres of expertise on education for sustainable development**. Em: A. E. J. Wals, T. van der Leij (eds) *Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis*, 245-264. Wageningen: WUR, 2009.
- FALS BORDA, O. **Una Sociología Sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2009.
- FAO. **Itaipu`s Cultivating Good Water Program: methodologies for the integral and sustainable production of goods and services for the countries of Latin America and the Caribbean**. 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/in-action/capacitacion-politicas-publicas/cursos/ver/es/c/1107059>. Acesso em: 17.07. 2022.
- FERRARO JÚNIOR, L. A., SORRENTINO, M. *Coletivos Educadores*. Em: MMA. *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*, 57-71. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- FERREIRA MAFRA, J. **A conectividade radical como princípio e prática da educação em Paulo Freire**. 2007. Tese: USP, São Paulo.
- FGV. **Programa Cultivando Água Boa: Resultados, Modelo de Gestão e o seu Papel como Referência Mundial**. Curitiba: ISAE, 2010.
- FORTES ZENI, V. L. **Bacia do Prata: O Território das Águas**. 2018. Tese. UFSC, Florianópolis.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GLASSER, H. **Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire**

for a more sustainable world to our everyday actions and policies. Em: A. E. J. Wals , T. van der Leij (eds). Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis, 35-62. Wageningen: WUR, 2009.

GOODIN, R. E. **The Theory of Institutional Design.** Cambridge: CUP, 1996.

GRIN, J., ROTMANS, J., SCHOT, J., GEELS, F. W., LOORBACH, D. **Transitions to Sustainable Development. New Directions in the Study of Long-Term Transformative Change.** London: Routledge, 2010.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action.* Boston: Beacon Press, 1984.

HUANACUNI, F. *Buen Vivir / Vivir Bien. Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas.* Lima: CAOI, 2010.

ITAIPU BINACIONAL. *Relatório de Atividades: Cultivando Água Boa.* Foz do Iguaçu: IB, 2016.

JACOBI, P. *Participação.* Em: MMA. *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores,* 229-237. Brasília. MMA, 2005.

JACOBS, D. *What's Hope Got to Do With It?: Theorizing Hope in Education.* **JAC: A Journal of Composition Theory**, v. 25, n. 4, p. 783-802, 2005.

JIGGINS, J., ROLING, N., VAN SLOBBE, E. *Social learning in situations of competing claims on water use.* Em: A. E. J. Wals, T. van der Leij (eds) *Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis,* 419-434. Wageningen: WUR, 2009.

KÖHLER, J. *An agenda for sustainability transitions research: State of the art and future directions.* **Environmental Innovation and Societal Transitions**, n. 10, online, 2019. Disponível em: doi: 10.1016/j.eist.2019.01.004.

LEFF E. **Racionalidad ambiental. La apropiación social de la naturaleza.** México: Siglo XXI Editores, 2004.

LOWNDES, V., ROBERTS, M. **Why Institutions Matter. The New Institutionalism in Political Science.** New York: Palgrave Macmillan, 2013.

MEADOWS, D. H., MEADOWS, D. L., RANDERS, J., BEHRENS, W. **The Limits to Growth; A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind.** New York: Universe Books, 1972.

MEULEMAN, L. **Transgovernance. Advancing Sustainability Governance.** Dordrecht: Springer Science+Business Media, 2013.

MIGNOLO, W. D. **Historias locais, diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo.** Madrid: Akal, 2003.

MMA. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MMA. **Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: Processo Formativo** Brasil 2009. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

OSTROM, E. **Beyond Markets and States (Nobel Prize Lecture)**. Tempe, AZ: Arizona State University, 2009.

PNUMA. **Perspectivas de la Educación Ambiental en Iberoamérica: Conferencias del V Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental**. Joinville, Brasil. México, D. F.: PNUMA, 2007.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Em: E. Lander (ed.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES BARBOSA MARINHO, A. **Círculo de Cultura: Origem histórica e perspectivas epistemológicas**. 2009. Tese. USP, São Paulo.

ROMÃO, J. E. **Círculo epistemológico: círculo de cultura como metodologia de pesquisa**. *Revista Educação e Linguagem*, v. 9, n. 13, p. 137- 195, 2006.

SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia - teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SALE, K. **Dwellers in the Land: The Bioregional Vision**. San Francisco: Sierra Club Books, 1985.

SCHÖN, D. **Government as a Learning System**. Em: C. Blackmore (ed.). *Social Learning Systems and Communities of Practice*, 5-16. New York: The Open University, 2010.

STERLING, S. **Riding the storm: towards a connective cultural consciousness**. Em: A. E. J. Wals, T. van der Leij (eds). *Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis*, 63-82. Wageningen: WUR, 2009.

UN (United Nations) **"Water for Life" UN-Water Best Practices Award**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/waterforlifedecade/ceremony2015.shtml>. Acesso em: 23.11.2021.

UN (United Nations). **Itaipu Binacional: a new partnership to explore sustainable water and energy solutions**. 2018. Disponível em: <https://www.un.org/en/desa/itaipu-binacional-new-partnership-explore-sustainable-water-and-energy-solutions>. Acesso em: 23.11.2021.

VARGAS, R., PIÑEYRO, N. **El hidroscoopio**. México D.F.: PNUMA, 2005.

VARGAS, R. **La Cultura del Agua. Lecciones de la América Indígena**. Montevideo: UNESCO: PHI-LAC, 2006.

VIEZZER, M. L. **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: Caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu 2005- 2007**. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007.

WALS A. E. J., VAN DER LEIJ, T. **Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis**. Wageningen: WUR, 2009.

WENGER, E., MCDERMOTT, R., SNYDER, W. **Cultivating Communities of Practice**. Boston: Harvard Business Press, 2002.

WENGER, E., SNYDER, W. **Our World as a Learning System: A Communities-of-Practice Approach.** Em: Chris Blackmore (ed.). *Social Learning Systems and Communities of Practice*, 107-124. New York: The Open University, 2010.

WOODHILL, J. **Sustainability, Social Learning, and the Democratic Imperative: Lessons from the Australian Landcare Movement.** Em: C. Leeuwis, R. Pyburn (eds), *Wheelbarrows Full of Frogs: Social Learning in Rural Resource Management*, 317-331. Assen: Koninklijke van Gorcum, 2002.

A CRISE E A OPORTUNIDADE: A TRAJETÓRIA DO CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA

RESUMO

O Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) foi uma inédita iniciativa de aprendizagem social de caráter biorregional (formada pela articulação de cinco países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). A pesquisa enfoca a trajetória institucional do CSCS, contextualizando as linhas do tempo multinível para analisar as implicações dos mecanismos contextuais nos altos e baixos da iniciativa a partir de uma adaptação do Modelo dos Múltiplos Fluxos. O artigo apresenta os fatos históricos da agenda ambiental e as etapas da construção do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais. Conclui-se que a janela de oportunidade surgiu da convergência temporária entre os efeitos disruptivos da crise de 2008 e uma onda regional de governos "progressistas" que incorporaram os discursos anteriormente periféricos nas suas plataformas políticas.

Palavras-chave: Aprendizagem social; Sustentabilidade; Ação coletiva; Governança policêntrica.

THE CRISIS AND THE OPPORTUNITY: THE TRAJECTORY OF THE CENTER FOR SOCIO-ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE AND CARE OF THE LA PLATA BASIN

ABSTRACT

The Center for Knowledge and Socio-environmental Care of the Plata Basin (CSCS) was an unprecedented social learning initiative: bioregional (formed by the articulation of five countries); multisectoral (government, civil society, academia, media); and multilevel (global-local). The present work focuses on the institutional trajectory of CSCS, contextualizing the multilevel timelines to analyze the impact of the contextual mechanisms on the ups and downs of the initiative from the perspective of the Multiple Stream Model. The article presents the historical facts of the environmental agenda and the stages of construction of the Center for Socio-environmental Knowledge and Care. It was concluded that a window of opportunity arose from a temporary convergence between the disruptive effects of the 2008 crisis and a regional wave of "progressive" governments that incorporated previously peripheral discourses into their political platforms.

Keywords: Social learning; Sustainability; Collective action; Polycentric governance.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui a segunda parte do tríptico: “Aprendizagem social” nas transições para a sustentabilidade eco cultural em larga escala: o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS)”. Nele os atores sociais desenvolvem uma linha do tempo multinível para analisar as implicações dos mecanismos contextuais nos altos e baixos da iniciativa do CSCS a partir de uma adaptação do Modelo dos Múltiplos Fluxos (MSF) de John W. Kingdon (2014).

O modelo de Kingdon inclui os seguintes componentes analíticos: (GOTTEMS et al., 2013; KINGDON, 2014).

- a) **Três “fluxos” independentes:** “fluxo de problemas”, “fluxo de soluções”, e “fluxo político”;
- b) **“Janela de oportunidade”:** uma configuração favorável dos três fluxos que abre uma janela de oportunidade para a mudança de políticas;
- c) **“Empreendedor político”:** para aproveitar essa janela, indivíduos ou organizações particularmente influentes (“empreendedores políticos”, “*brokers*”) são necessários para reunir os recursos, informações e o enquadramento apropriado para que certa configuração de problemas/soluções possa influenciar o fluxo político (“agenda setting”). Neste sentido, apresenta-se na Figura 1 o modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon.

Figura 01: O modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon

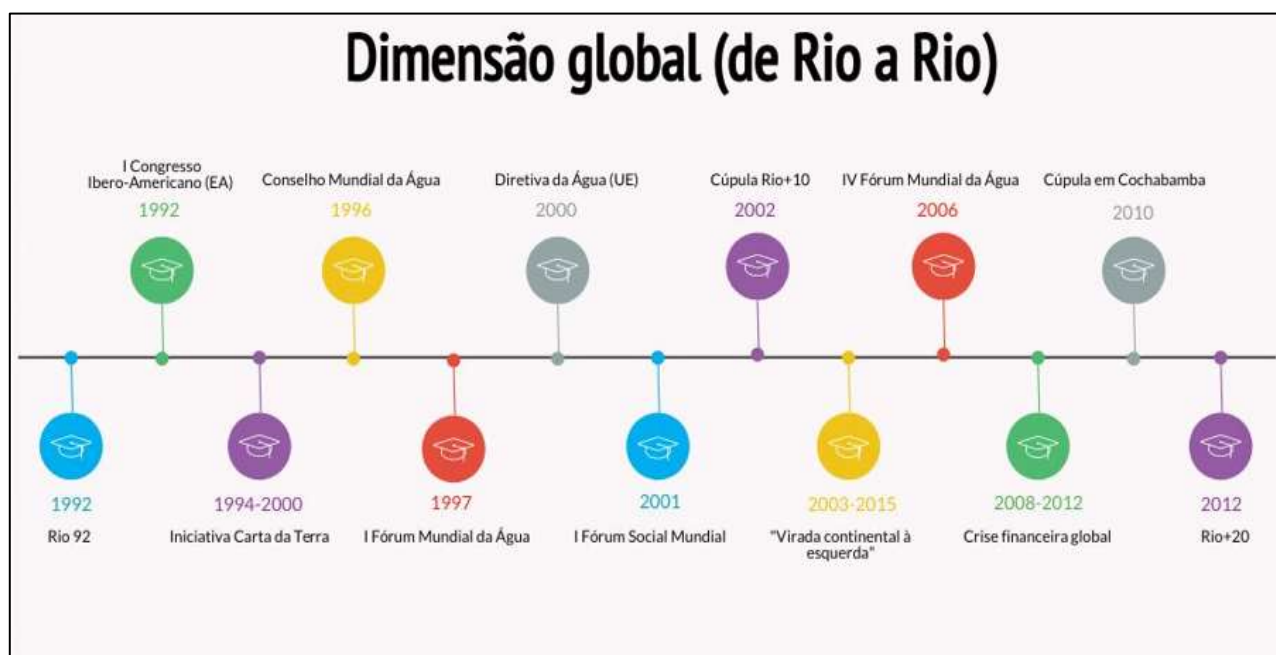


Fonte: Adaptado de Capella (2007, p. 98) e Zahariadis (2007, p. 71).

Usa-se este modelo em função da sua importância para ajudar a explicar principalmente os eventos de ordem cronológicos, podem ser vistos a partir da figura 2. Portanto, o objetivo é desenvolver uma linha do tempo multinível para analisar as implicações dos mecanismos contextuais na trajetória institucional do CSCS. Contudo, a produção desta investigação passa por três partes de discussões. A primeira chama-se: PARTE 1. Linha do tempo 1 (Contexto global), a segunda PARTE 2. Linha do tempo 2 (Contexto nacional: cinco países da Bacia do Prata) e a terceira PARTE 3. Linha do tempo 3 (Contexto biorregional). Logo, cada parte é composta por linha do tempo para contar a história construtiva, além, de expor eventos importantes que pode explicar a necessidade desta investigação.

1. PARTE 1. LINHA DO TEMPO 1 (CONTEXTO GLOBAL)

Figura 12: Dimensão global de forma cronológica para compreender a linha do tempo 1



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

1992 Cúpula "Rio 92"

I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92):

- O momento constitutivo do paradigma do desenvolvimento sustentável (Agenda 21): estabelece um marco de referência (com base nos "Princípios de Dublin") para a gestão integrada e participativa da água (Capítulo 18) e para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, ESD (Capítulo 36).

- b) Convergência entre movimentos sociais e ambientais (*Global Citizen Forum*): elaboração do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (I Jornada Internacional da Educação Ambiental).

1992 I Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental

I Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental em Guadalajara (início do processo de construção da agenda Ibero-Americana da EDS)

1994-2000 Iniciativa da Carta da Terra

A Comissão da Carta da Terra com a participação de Paulo Freire e Leonardo Boff inicia o processo de elaboração da “Carta da Terra”, um processo de consulta mundial de seis anos (1994-2000).

1996 Conselho Mundial da Água

Criação do Conselho Mundial da Água (WWC) e da “*Global Water Partnership*”, com o objetivo de consolidar o novo modelo de governança corporativa dos recursos hídricos.

1997 I Fórum Mundial da Água

1º Fórum Mundial da Água em Marrakesh organizado pelo Conselho Mundial da Água.

2000 Diretiva da Água (UE)

A Diretiva Quadro da Água da União Europeia que estabelece um sistema vinculante de governança da água para todos os países membros.

2001 I Fórum Social Mundial

Organiza-se o primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) como contraponto ideológico ao Fórum Econômico Mundial de Davos (“O Outro Mundo é Possível”) e a plataforma de diálogo e convergência entre as “epistemologias do Sul”.

2002 Cúpula Rio+10 (Yohannesburg)

Cúpula de Yohannesburg (Rio+10) elabora a proposta para a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e a Década Internacional de Ação ‘Água para a Vida’ (2005-2015)

2003-2015 “Virada continental à esquerda”

Consolidação do ciclo político de governos de esquerda (2003-2015) com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Néstor Kirchner na Argentina. O “Consenso de Buenos Aires” propõe uma nova abordagem para a integração regional.

2006 IV Fórum Mundial da Água

IV Fórum Mundial da Água na Cidade do México (primeiro na América Latina); A sociedade civil, denuncia os vieses empresariais deste, e opta por criar um fórum paralelo.

2008-2012 Crise financeira global

A crise financeira global; Na América Latina, a percepção de erosão do chamado paradigma “modernidade-colonialidade” forneceu uma “janela de oportunidade” para que as ideias alternativas radicais entrassem no *mainstream*.

2010 Cúpula em Cochabamba

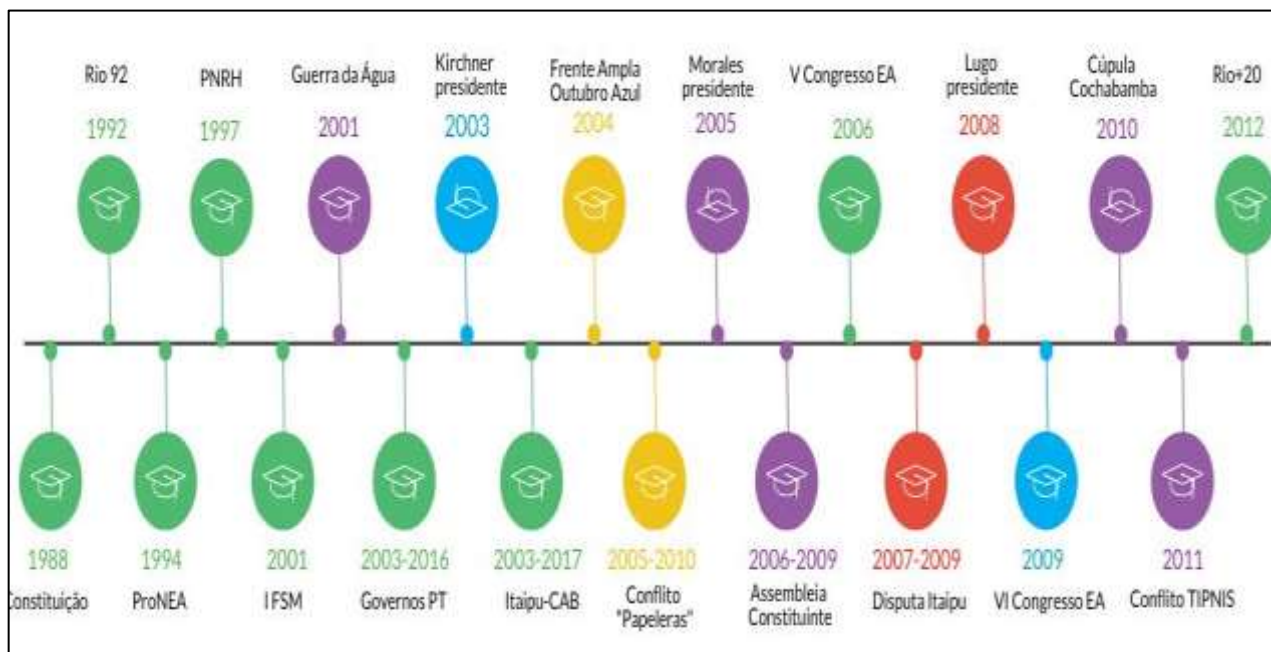
I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas em Cochabamba lança propostas de “descolonização da agenda socioambiental” e de transição para o paradigma do Bem Viver.

2012 Cúpula Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20 e a paralela Cúpula dos Povos discutem a nova estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (ODS). Para a continuação da elaboração das discussões, apresenta-se a parte 2 e logo a figura 3.

2. PARTE 2. LINHA DO TEMPO 2 (CONTEXTO NACIONAL: CINCO PAÍSES DA BACIA DO PRATA)

Figura 03: Linha do tempo 2, marcadores azuis (Argentina), violeta (Bolívia), verde (Brasil), vermelho (Paraguai), amarelo (Uruguai). Elaboração própria



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

1988 Constituição (Brasil)

Aprovação da nova constituição (“Constituição Cidadã”) abre portas para novos arranjos institucionais; a partir de 1989, em cidades-chave como São Paulo ou Porto Alegre, governos experimentais são instalados com a intenção explícita de “reinventar a democracia”; consolida-se a relação entre a comunidade epistêmica freiriana e as políticas públicas de gestão participativa dos territórios; o próprio Paulo Freire assume a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989-1991).

1992 Rio 92 (Brasil)

O Brasil é o país sede da ECO 92; a convergência entre movimentos populares e ambientalistas brasileiros se consolida; as futuras lideranças do Centro de Saberes têm um papel preponderante na articulação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e da subsequente Iniciativa da Carta da Terra.

1994 ProNEA (Brasil)

Aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA⁶) que posteriormente serviu de referência na concepção da arquitetura do Centro de Saberes.

1997 PNRH (Brasil)

Aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei N° 9433) destinada a incorporar princípios de gestão descentralizada, participativa, e biorregional de água e território.

2001 I FSM (Brasil)

O Brasil é o país idealizador e anfitrião do Fórum Social Mundial; as futuras lideranças do Centro de Saberes ajudam a integrar a abordagem freiriana no desenho da arquitetura do Fórum.

2001 Guerra da Água (Bolívia)

Globalmente, a “Guerra da Água” foi considerada a primeira grande vitória dos movimentos sociais contra o modelo corporativo de gestão da água.

2003-2016 Governos do PT (Brasil)

Lula da Silva assume a Presidência; vários membros da comunidade epistêmica freiriana ocupam cargos estratégicos no governo (MMA, MEC, órgãos públicos), e nos conselhos de políticas públicas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) adquire um papel mais político; visa converter a EDS em um processo transversal a outras políticas públicas setoriais; busca-se a convergência entre a EDS (ProNEA) e a implementação da nova política de águas (PNRH); Fortalecimento da interlocução entre o MMA e o MEC (comité gestor de EDS).

2003 Nestor Kirchner presidente (Argentina)

Nestor Kirchner assume a Presidência.

⁶ Trata-se do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, utilizado nesta Tese, por escolha do autor para a padronização e como é atualmente utilizado pela instituição, a referência em todo o texto da investigação deve manter o padrão de: ProNEA.

2003-2017 Itaipu-CAB (Brasil)

Itaipu e sua área de influência na margem esquerda Bacia do Paraná III tornam-se o laboratório avançado para o desenvolvimento territorial sustentável; Leonardo Boff, Moema Viezzer e outros atores “freireanos” atuam como assessores da Itaipu no desenho da arquitetura participativa de governança biorregional que perpassa as políticas públicas de água, EDS, desenvolvimento rural etc. Os eventos “Cultivando Água Boa” organizados pela Itaipu reúnem anualmente as principais lideranças das comunidades epistêmicas da água e EDS da região. Itaipu se consolida como arena de debates sobre o futuro da Bacia.

2004 Frente Ampla/“Outubro Azul” (Uruguai)

A vitória da Frente Ampla nas eleições presidenciais. Paralelamente às eleições, o “Outubro Azul” constitui um marco importante nas lutas contra a privatização da água (após a guerra da água em Cochabamba); O plebiscito colocou a distribuição de água potável e saneamento no Uruguai exclusivamente nas mãos do Estado.

2005-2010 Conflito das “Papeleras” (Uruguai/Argentina)

O prolongado conflito pelas “fábricas de papel” obscurece as relações entre Uruguai e Argentina e coloca o governo uruguaio em posição defensiva na agenda ambiental. Apenas cinco anos depois, sob o novo governo da Frente Ampla liderado por “Pepe” Mujica, o conflito terminou oficialmente após a assinatura de um acordo para a formação de um Comitê Científico dentro da Comissão Administrativa do Rio Uruguai.

2005 Evo Morales presidente (Bolívia)

Evo Morales ganha as eleições presidenciais e torna-se o primeiro presidente latino-americano de origem indígena (e que passou a representar discursivamente as populações indígenas).

2006-2009 Assembleia Constituinte (Bolívia)

A Assembleia Constituinte propõe uma refundação do Estado com base nos princípios da plurinacionalidade e da interculturalidade; os direitos da natureza; e o Bem Viver; A Bolívia é o único dos cinco países da região onde está ocorrendo um profundo debate sobre o sistema político e os arranjos institucionais; O referendo constitucional aprova a nova Constituição Política (2009); As propostas do Bem Viver ganham ampla repercussão internacional. O governo boliviano reivindica em nível internacional o

reconhecimento da Natureza (Mãe Terra) como sujeito de direitos. A Assembleia Geral da ONU declara 22 de abril o Dia Internacional da Mãe Terra.

2006 V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental (Brasil)

O Brasil é sede do V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental (Joinville). O processo preparatório do Congresso desenvolve um amplo compêndio das “Identidades da Educação Ambiental Brasileira”. A sistematização reflete os conceitos-chave do futuro Centro de Saberes: água e território: biorregionalismo, espaços, municípios e territórios educadores; nova racionalidade ambiental, pensamento decolonial, ecoespiritualidade; EDS como base da governança em rede: ecossistemas de educomunicação, coletivos educadores, comunidades e organizações aprendentes, pesquisa-ação participante (PAP 1-2-3-4) por sua vez responde a partir da responsabilidade nos aspectos práticos com pessoas capacitadas para a realização de um trabalho em equipe de qualidade, diálogo de saberes e a “pedagogia da interface” (TRIPP, 2005). Neste sentido, **o Círculo de Aprendizagem Permanente** como processo de formação, indicado no artigo.

2007-2009 Disputa sobre Itaipu (Paraguai)

Conflito pela divisão binacional de energia da Itaipu vira eixo da campanha eleitoral no Paraguai, o que dificulta a articulação binacional das ações socioambientais.

2008 Lugo presidente (Paraguai)

Ex-bispo Fernando Lugo venceu as eleições presidenciais. A comunidade epistêmica freiriana ocupa posições-chave durante seu governo (2008-2012). Oscar Rivas, o membro do Conselho do Centro de Saberes é nomeado Secretário do Meio Ambiente do Paraguai (2009); aumenta o apoio institucional do governo paraguaio à consolidação do projeto; a cúpula do Centro de Saberes encontra-se com o Presidente Lugo.

2009 VI Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental (Argentina)

VI Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental (La Plata); Mais de 3.500 pessoas participaram, incluindo os principais expoentes do pensamento ambiental latino-americano, altos funcionários públicos e ONGs da área; O governo argentino financiou integralmente o evento; O Congresso teve ampla repercussão e colocou a questão da educação ambiental na agenda política.

2010 Conferência em Cochabamba (Bolívia)

O governo boliviano organiza a I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas em Cochabamba; o objetivo é construir uma estratégia alternativa de combate às mudanças climáticas a partir do Sul Global (em face do fracasso das negociações na COP 15 em Copenhague).

2011 Conflito sobre TIPNIS (Bolívia)

O conflito pelo projeto da rodovia no Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (TIPNIS) coloca em xeque o discurso do Bem Viver e provoca fortes tensões na base do governo.

2012 Rio+20 (Brasil)

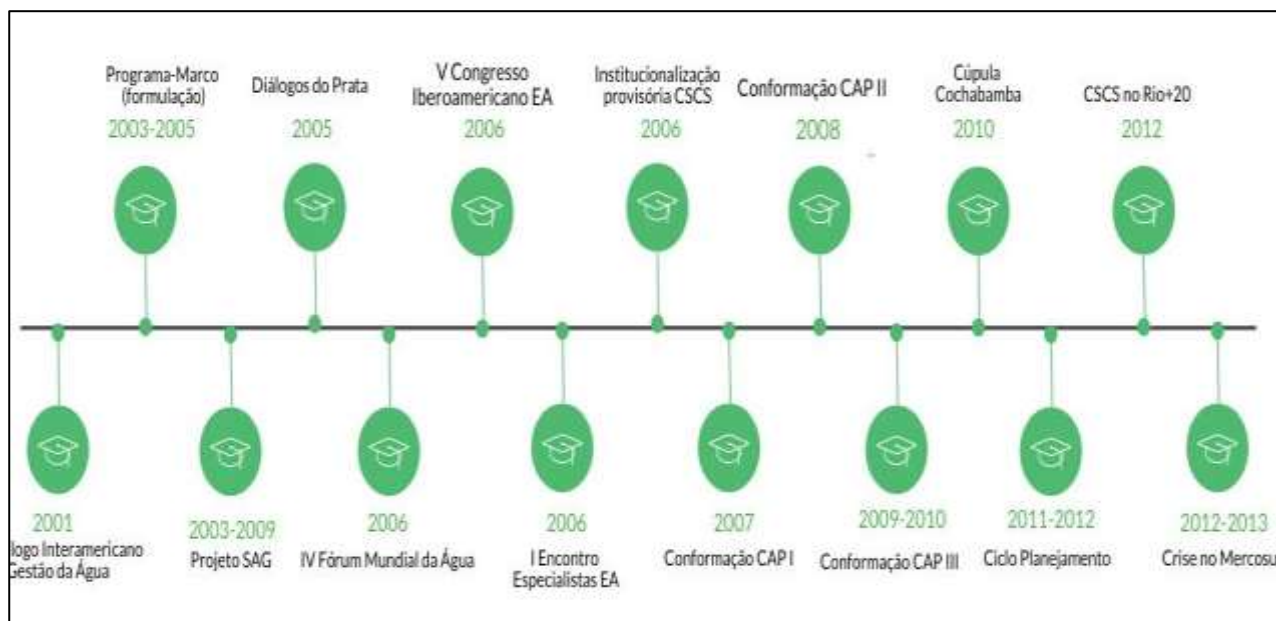
O Brasil é sede da “Rio+20”; Itaipu é parceira estratégica da Cúpula e atua no processo de preparação e mobilização do evento.

2012 Crise no Mercosul (Paraguai)

Impeachment do presidente Fernando Lugo em 22 de junho de 2012, tal situação provocou primeiramente uma crise diplomática com os países sul-americanos e logo sobre os membros do Mercosul. (ALMEIDA; SANTANA, 2014). Sendo assim, na sequência apresenta-se a parte três das discussões e logo a figura 4.

3. PARTE 3. LINHA DO TEMPO 3 (CONTEXTO BIORREGIONAL)

Figura 04: Linha do tempo 3, iniciado com “2001 IV Diálogo Interamericano (Gestão da Água)” e termina com “2012-2013 Crise no Mercosul”



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

2001 IV Diálogo Interamericano (Gestão da Água)

IV Diálogo Interamericano sobre Gestão da Água (Foz do Iguaçu); Proposta de Programa-Quadro para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos na Bacia do Prata (CIC-Prata, GEF, PNUMA).

2003-2005 Programa-Marco (formulação)

A formulação do Programa-Quadro do CIC-Prata.

2003-2009 Projeto SAG

A implementação do “Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani” (coordenado pelas instituições de recursos hídricos, meio ambiente e relações exteriores da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com o Banco Mundial e a OEA).

2005 Diálogos do Prata

I Fórum Internacional “Diálogos do Prata” (Foz do Iguaçu) com o objetivo de desenvolver uma proposta biorregional compartilhada a ser apresentada no Fórum Mundial da Água no México (“Carta dos Diálogos do Prata”). No evento convergem os principais

atores e agendas regionais da água e da EDS; O Fórum pode ser considerado o evento fundador do CSCS.

2006 IV Fórum Mundial da Água

IV Fórum Mundial da Água no México; no marco do diálogo entre Enrique Leff (Coordenador Regional da Rede de Capacitação Ambiental do PNUMA), os representantes da Itaipu e outros atores-chave, surgiu a proposta inicial do projeto.

2006 V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental

V Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental (Joinville). Consolidação da massa crítica em torno do projeto.

2006 I Encontro dos Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata

I Encontro dos Especialistas em Educação Ambiental da Bacia do Prata em Foz do Iguaçu propôs criar o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais, “para que se constitua em exemplo de espaço promotor de vivências, ações e práticas democráticas, autônomas, participativas, sensíveis, criativas, estéticas, éticas e sustentáveis da Bacia do Prata”.

2006 Institucionalização provisória do CSCS

A institucionalização provisória do Centro de Saberes por meio do Convênio de Cooperação Técnica, Científica e Financeira, entre MMA-Brasil, PNUMA, Itaipu e Fundação Parque Tecnológico Itaipu, com o objetivo de “dar suporte à construção coletiva de conhecimento, ações e organização em Bacia do Prata, identificando e estabelecendo mecanismos de articulação, cooperação e sinergia de diferentes atores sociais”.

2007 Conformação do CAP I

A conformação do Primeiro Círculo de Aprendizagem (CAP I) do Centro de Saberes (Encontro em Foz do Iguaçu).

2008 Conformação do CAP II

A conformação do Segundo Círculo de Aprendizagem (CAP II) do Centro de Saberes (Encontros em Foz do Iguaçu e San Bernardino/Paraguai).

2009-2010 Conformação do CAP III

A conformação do Terceiro Círculo de Aprendizagem (CAP III) do Centro de Saberes. Encontros em Argentina (Rosario, La Plata), Brasil (Campinas, Matelândia), Bolívia (Cochabamba), Paraguai (Assunção/San Bernardino; Pilar), Uruguai (Montevidéu).

2010 Cúpula em Cochabamba

I Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas em Cochabamba constitui o ponto alto da trajetória do projeto. Nas atividades do Centro de Saberes participam os principais referentes da “Epistemologia do Sul” como Enrique Leff, Leonardo Boff, Frei Betto, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Boaventura de Sousa Santos, Fernando Huanacuni, David Choquehuanca, entre outros.

2011-2012 Ciclo de Planejamento

Ciclo de Planejamento Participativo; Mapeamento do Quarto Círculo de Aprendizagem (CAP IV) do Centro de Saberes.

2012 CSCS no Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Na Cúpula dos Povos pela Justiça Socioambiental, o CSCS se apresenta como um possível arranjo de governança ambiental biorregional.

2012-2013 Crise no Mercosul

A suspensão do Paraguai no Mercosul interrompe o processo de consolidação do Centro de Saberes, além de colocar em dúvida o papel da organização para lidar com uma crise que por sua vez é sem precedente entre os membros.

Contribuição da investigação

A Cúpula da Terra (Eco 92) formaliza o consenso global em torno do problema dos “limites do crescimento” e introduz o conceito guarda-chuva de “desenvolvimento sustentável”. A Agenda XXI e as Conferências Pós-Rio 92 mapeiam criteriosamente os desafios a serem superados para alcançar o “desenvolvimento sustentável”. O principal desafio é desenvolver uma estrutura de governança multissetorial e multinível.

Embora todas as partes interessadas reconheçam a gravidade do problema, há, no entanto, uma forte divergência quanto às possíveis abordagens. Por um lado, o mundo

corporativo se reúne em torno do Fórum Econômico Mundial e do Fórum Mundial da Água, promovendo “soluções baseadas no mercado”. De outro, os movimentos sociais com seus fóruns alternativos e as lutas em defesa de territórios e bens públicos indicam outras possibilidades indicadas no primeiro artigo.

Ressalta-se que a Bacia do Prata contou com uma forte e numerosa comunidade epistêmica baseada na abordagem de Paulo Freire. A América Latina, desde a década de 1970, tem sido um laboratório de ponta na aplicação massiva do paradigma de Aprendizagem Social às políticas públicas de inclusão social. Após a Cúpula da Terra “Rio 92”, o “método Freire” (FREIRE, 1987; 2003; 2009) começou a ser adaptado aos programas locais de desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 21. Durante os anos 2000, a Bacia do Prata tornou-se destaque mundial, tanto nas lutas pela água quanto no campo das possíveis “soluções”.

A região é o berço do Fórum Social Mundial, do paradigma do “Bem Viver” e de experiências híbridas de interface sócio estatal, como o programa “Cultivando Água Boa” da Itaipu Binacional. No contexto da “virada continental à esquerda” também proliferaram iniciativas governamentais (políticas públicas) e intergovernamentais que buscam aprofundar a integração regional e a governança ambiental transfronteiriça. O Brasil, em particular, como sede de grandes eventos globais, desempenha um papel importante na diplomacia socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os pontos abordados nesta investigação, foi construída uma linha do tempo para de fato explicar a trajetória institucional do CSCS, e do seu objetivo alcançado com êxito, portanto, a indicar contextualmente que a crise financeira global juntamente com o fracasso da COP em Copenhague abre uma “janela de oportunidade” (2008-2012) para arranjos institucionais alternativos como o CSCS. O papel de “empreendedor institucional” desempenhado pela Itaipu (que atuou simultaneamente como ponto focal entre os três “fluxos”), permitiu aproveitar essa articulação e transformar o CSCS em uma alternativa viável de governança ambiental de nova geração. No entanto, a construção de uma agenda biorregional compartilhada é atrasada por múltiplos conflitos binacionais relacionados ao uso de recursos naturais. Os conflitos ambientais também afetam a política interna dos países, como nos casos de *Tipnis* (Bolívia) e do projeto Belo Monte (Brasil).

A janela de oportunidade que havia facilitado uma abordagem tão ampla gradualmente começou a se fechar. Já em 2012, a crise política no Paraguai afetou a harmonia diplomática entre os países membros do Mercosul. A suspensão do Paraguai no

Mercosul tornou-se um obstáculo intransponível para a continuidade do processo. A retomada foi ainda mais complicada com o golpe parlamentar no Brasil e a subsequente chegada ao poder de Jair Bolsonaro. O Brasil, que até então era o principal promotor de políticas públicas baseadas na aprendizagem social, deu uma surpreendente virada para uma perspectiva autoritária. Nesta nova conjuntura, a rede do CSCS sofreu uma implosão virtual e atualmente, o formato potencial futuro da plataforma está sendo rearticulado como parte desta investigação colaborativa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson; SANTANA, Hadassah Laís. Integração e democracia: Os interesses políticos locais que distorcem o direito internacional e a crise política resultante da suspensão do Paraguai do Mercosul. *Revista de Informação Legislativa*, v. 51, n. 203, p. 91-110, 2014.
- CAPELLA, A. C. N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G. et al. (Org.). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. p. 87-121.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GOTTEMS, L. B. D et al. O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 511-520, 2013. Disponível em: doi.org/10.1590/S0104-12902013000200020.
- KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Essex: Pearson Education Ltd., 2014.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 03, p. 443-466, 2005.
- ZAHARIADIS, N. The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. In: SABATIER, P. A. (Ed.). *Theories of the policy process*. Boulder: Westview, 2007. p. 65-92.

CENTRO DE SABERES E CUIDADOS SOCIOAMBIENTAIS DA BACIA DO PRATA: LIÇÕES APRENDIDAS

RESUMO

A pesquisa enfoca a aprendizagem social e sua relevância como estratégia de ação coletiva em larga escala no contexto das transições para a “sustentabilidade eco cultural”. Nesse sentido, o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) pode ser considerado como uma inédita iniciativa de aprendizagem social de caráter biorregional (Bacia do Prata, cinco países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). Embora no papel há muitos projetos como este, raramente são transferidos para o “mundo real”. Por esta razão, a experiência do CSCS desenvolvida por cinco países ao longo de sete anos (2006-2012) constitui um importante laboratório de referência sobre aprendizagem social e racionalidade ambiental. O artigo contrasta a teoria com os insights empíricos dos stakeholders para fazer um balanço das “lições aprendidas” e vislumbrar uma nova arquitetura de aprendizagem social que facilite a ação coletiva em larga escala em busca da sustentabilidade regional.

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais; Bacia do Prata; aprendizagem social; sustentabilidade; ação coletiva; governança policêntrica.

THE CENTER FOR SOCIO-ENVIRONMENTAL KNOWLEDGE AND CARE OF THE LA PLATA BASIN: LESSONS LEARNED

ABSTRACT

The present research focuses on social learning and its relevance as a large-scale collective action strategy in the context of transitions to “ecocultural sustainability”. In this sense, the case of the Center for Socio-environmental Knowledge and Care of the La Plata Basin (CSCS) can be considered as an unprecedented initiative of social learning: bioregional (La Plata Basin, 5 countries), multisectoral (government, civil society, academia, media), and multilevel (global-local). Although there are many projects like this on paper, they are rarely transferred to the “real world”. For this reason, the CSCS experience developed by 5 countries over 7 years (2006-2012) constitutes an important reference laboratory for this type of approach. The project contrasts theory with empirical insights from key stakeholders to take stock of “lessons learned” and envision a new architecture for social learning that facilitates large-scale collective action in pursuit of regional sustainability.

KEYWORDS: Center for Socio-environmental Knowledge and Care; La Plata Basin; social learning; sustainability; collective action; polycentric governance.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa enfoca a aprendizagem social e sua relevância como estratégia de ação coletiva em larga escala no contexto das transições para a “sustentabilidade eco cultural” (WOODHILL, 2002; GLASSER, 2009). Nesse sentido, o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) pode ser considerado como uma inédita iniciativa de aprendizagem social de caráter biorregional (Bacia do Prata, 5 países); multissetorial (governo, sociedade civil, academia, mídia); e multinível (global-local). Embora no papel, existem muitos projetos como este, raramente são transferidos para o “mundo real”. Por esta razão, a experiência do CSCS desenvolvida por 5 países ao longo de 7 anos (2006-2012) constitui um importante laboratório de referência para este tipo de abordagem.

Este artigo constitui a terceira parte do tríptico: **“Aprendizagem social” nas transições para a sustentabilidade eco cultural em larga escala**: o caso do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS). Nele os autores sintetizam os insights empíricos dos stakeholders-chave do CSCS de cinco países para fazer um balanço das “lições aprendidas” durante a tradução de modelo teórico de aprendizagem social para os arranjos institucionais do “mundo real” na Bacia do Prata. Esse grupo de pesquisa-ação formado por dois facilitadores (autores), e pelos ex-membros do Conselho do CSCS reconstrói o processo através das “teias e relações entre atores, instituições e discursos através do tempo e do espaço” (SHORE, WRIGHT, 2003) para produzir uma nova compreensão de como tudo realmente ocorreu, apresenta-se a metodologia.

1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

Desta forma, a integração das lições aprendidas neste processo e projeções para o futuro baseou-se na análise qualitativa e quantitativa das respostas dos entrevistados, (GÜNTHER, 2006). A coleta de dados realizou-se, no decorrer do mês de janeiro até julho de 2022, após a concordância do Termo de Consentimento Livre e o esclarecimento aos participantes das visitas à campo efetuadas antes das datas das entrevistas. O roteiro das entrevistas pautou-se por meio de um questionário semiestruturado composto pelas seguintes características:

- a) em caso de perguntas abertas, solicitou-se um breve comentário personalizado;
- b) no caso de perguntas fechadas, o respondente escolheu a resposta em uma escala de 1 a 3 que melhor reflete seu nível de concordância com a frase

sugerida.

Assim, as entrevistas em profundidade com os membros do grupo e os documentos internos do projeto, ajudaram a responder os objetivos desta investigação. Nesse sentido, cada fala foi registrada como **Entrevistas (1 a 20)** de forma livre de números, chamando a dessa forma, durante todo o trabalho de discussões dos dados, das análises de todas as falas foram respaldadas pelas informações das respondentes.

1.1. Metodologia relacional

Em toda a bacia existe uma extensa comunidade “Freiriana”, o que facilitou uma convergência natural em torno da matriz metodológica dos Círculos de Cultura. De fato, a maioria dos chamados “amautas” do CSCS, como **Leonardo Boff, Carlos Galano, Marcos Sorrentino ou Moema Viezzer**, fazem parte dessa comunidade epistêmica. Vários dos referentes brasileiros do CSCS participaram ativamente nos anos anteriores na concepção das novas políticas de educação para a sustentabilidade baseadas em Freire, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e suas ramificações como FEA. O ProNEA, que teve uma de suas principais experiências na área de Itaipu, ofereceu uma referência metodológica previamente testada nos territórios para a plataforma do CSCS. O ProNEA propôs um processo de formação por meio da reconexão com o território, não para se isolar ali, mas para se reconectar com outros atores e territórios a partir de uma perspectiva diferente.

O desenho da pesquisa-ação colaborativa cria as condições para que os integrantes entendam “de dentro” (“*insider knowledge*”) a arquitetura da prática (os arranjos discursivos, econômicos e sócio-políticos) que os informa e orienta. Os participantes (embora em diferentes intensidades e velocidades) também atuam como sujeitos ativos da pesquisa (não como meras fontes de informação) para transformar a própria arquitetura da prática onde quer que ela seja “irracional, insustentável ou injusta” (KEMMIS, et al., 2014).

As experiências e percepções dos participantes são reunidas e analisadas nos seguintes eixos:

- a) **ESTRATÉGIA** (Relevância do CSCS, tanto em termos de macro arranjo institucional para a governança biorregional, quanto em uma perspectiva setorial);
- b) **MEIOS** (recursos/mecanismos) para implementá-la (CSCS como plataforma de convergência de recursos econômicos, sócio-organizacionais e simbólicos para a ação coletiva);
- c) **IMPACTOS** (da estratégia) (CSCS como plataforma de aprendizagem individual, organizacional e inter organizacional).

A principal preocupação da presente pesquisa, é vislumbrar uma nova arquitetura de aprendizagem social que facilite a ação coletiva em larga escala em busca da sustentabilidade regional.

2. PARTE 1. "ESTRATÉGIA". RELEVÂNCIA DO CSCS EM TERMOS DE ARRANJO INSTITUCIONAL PARA GOVERNANÇA POLICÊNTRICA

Nessa seção expõem-se a relevância política e estratégica do CSCS como constructo institucional e organizacional para o processo de governança policêntrica.

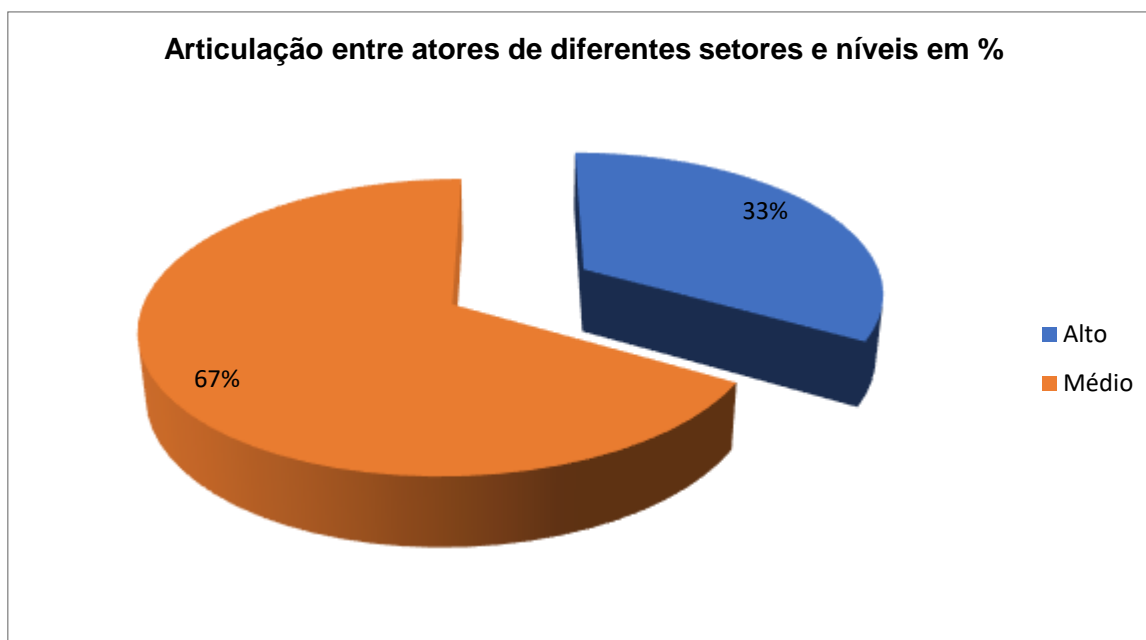
2.1. Relevância de arranjo institucional do CSCS na perspectiva holística

A avaliação do CSCS, em termos de estratégia policêntrica de transição para a sustentabilidade, foram predominantemente positivas.

O CSCS tem sido um verdadeiro laboratório de novos "arranjos institucionais", um espaço extremamente necessário do experimentalismo democrático (em busca de um novo paradigma de governança territorial). (Entrevistad@, 3)

Dialogando com o pensamento da (Entrevistad@, 7), por sua vez, foi um arranjo apto para lidar com a complexidade e a tomada de decisões "com grupo multidisciplinar, envolvendo várias esferas, como governo, sociedade civil, a ONU [...] com muito diálogo, diplomacia e prática da democracia".

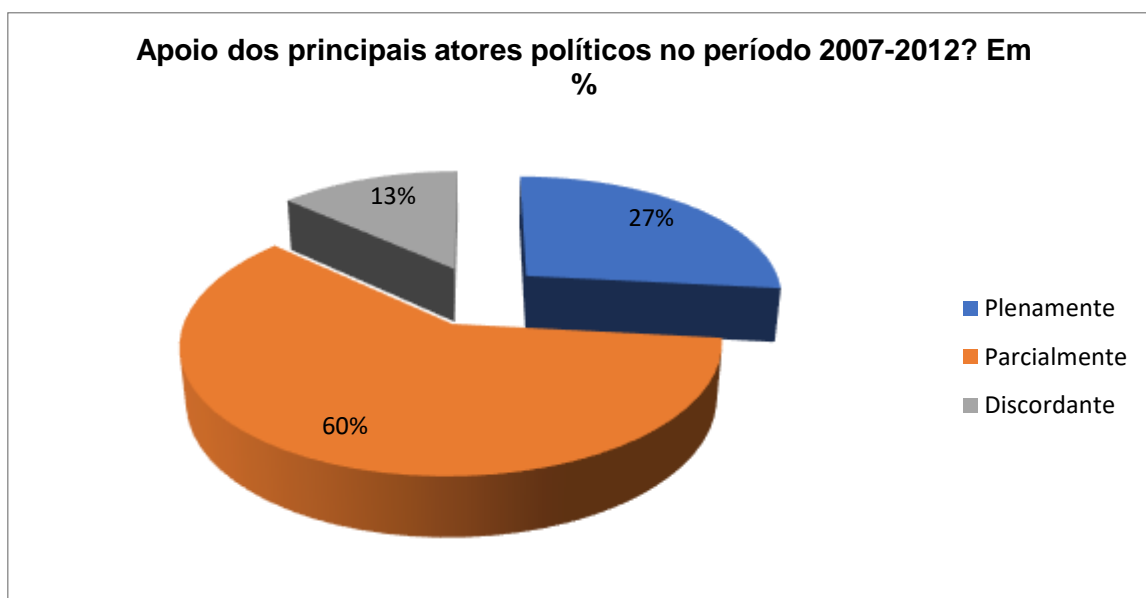
Gráfico 01: Em que grau o CSCS facilitou a articulação entre atores de diferentes setores e níveis?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Deste modo, os interlocutores ao serem perguntado se o CSCS facilitou a articulação entre as partes interessadas de diferentes setores e níveis? Eles concordaram que, em geral, em grau alto (33,3%), ou médio (66,7%).

Gráfico 2: A proposta do CSCS teve forte apoio dos principais atores políticos no período 2007-2012?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando perguntados se a proposta do CSCS teve o apoio político dos atores-chave

no período 2007-2012, 26,7% concordam “plenamente”, 60% “parcialmente”, enquanto 13,3 % não concordam.

Por exemplo, a maioria dos entrevistados enfatiza que a janela de oportunidade se fechou antes que o processo pudesse ser consolidado:

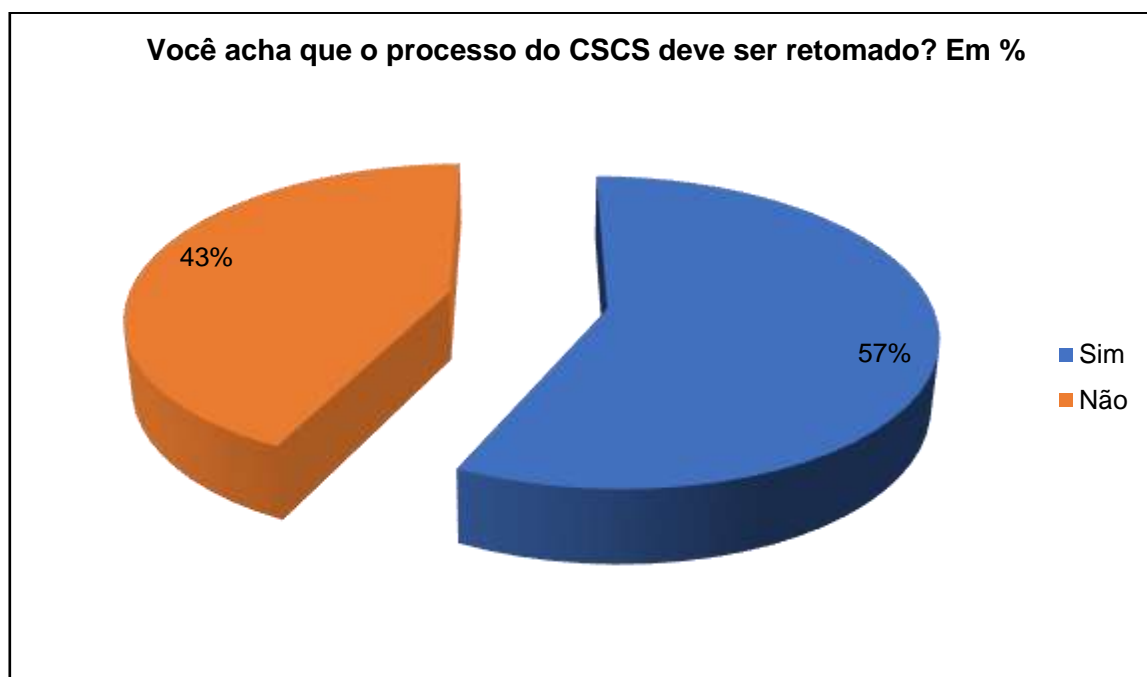
A estratégia em si foi inteligente, o que nos faltou foi o tempo para consolidar isso e criar uma massa crítica para influenciar os níveis superiores. Estabelecemos uma meta muito ambiciosa e negligenciamos a questão das vicissitudes políticas que poderiam interromper o processo. (Entrevistad@, 14).

Outros afirmam que, a partir de 2010, diversas atividades estratégicas realizadas pela CSCS no Paraguai (diálogos com o Presidente) e a destacada participação nas Cúpulas de Cochabamba (Bolívia) e “Rio+20” permitem vislumbrar o potencial de ressonância em macroescala:

A Cúpula dos Povos em Cochabamba foi provavelmente o momento de maior projeção política da CSCS. Conseguimos colocar o CSCS no centro da vida nacional, recebemos enorme apoio das mais altas autoridades do país e das grandes personalidades internacionais presentes na Cúpula. (Entrevistad@, 20)

Já na perspectiva da retomada do processo do CSCS, todos os entrevistados foram favoráveis à retomada do CSCS: 42,9% “sem muitas alterações”, 57,1% em formato diferente a partir da figura 3.

Gráfico 3: Você acha que o processo do CSCS deve ser retomado?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

No entanto, a reativação formal e plena da CSCS como plataforma de metagovernança biorregional requer de alguma forma equilibrar os dilemas e contradições

que afetaram sua falta de resiliência. Se seguirmos a metáfora do CSCS como um “software social” para coproduzir um senso de lugar, um senso de responsabilidade e um senso de pertencimento para ação coletiva em larga escala, existem algumas “falhas” consideráveis que precisam ser resolvidas para evitar “quedas do sistema operacional” no futuro. Pode-se destacar **3 principais dilemas** do CSCS como estratégia de governança policêntrica:

2.2 Os três principais dilemas

A: “Diplomacia vs paradiplomacia”: No plano da cooperação transfronteiriça, o maior desafio foi o componente diplomático da gestão da Bacia do Prata. Havia certa tensão entre os canais diplomáticos oficiais e os novos arranjos paradiplomáticos do CSCS baseados em aprendizagem social. “(Habia) dificuldade de alguns de entender a grande diferença da proposta do CSCS em relação ao CIC, o que várias vezes foi citado: para que outro se já existe o CIC?” (Entrevistad@, 1).

O *timing* e os procedimentos para a tomada de decisões variaram muito entre diplomatas, governos e sociedade civil, como citam entrevistad@s (14; 4): “o conflito entre Argentina e Uruguai: Muitas vezes as coisas melhoraram em um país, mas se complicou no outro”. Logo, “não ficou muito claro o papel político do Centro, em que medida deve ou não se posicionar sobre as diversas questões ambientais controversas que surgiram nos 5 países”.

Embora essa convivência já tenha se mostrado problemática durante o período inicial da estratégia regional de 2010-2012, o avanço subsequente dos governos conservadores em toda a região gradualmente interrompeu todo o processo de aprendizagem. No entanto, todos concordaram que para evitar bloqueios previsíveis e fortalecer a resiliência desses arranjos transfronteiriços complexos, os mecanismos paradiplomáticos (como redes de universidades, cidades, ONGs e movimentos) deveriam ser mais claramente definidos e institucionalizados.

B: “Centralismo vs Autonomia” (“centro” vs “rede”): Nos países, o CSCS sofria da “síndrome do colosso com pés de barro”. Durante os primeiros anos, a consolidação dos círculos CAP 1 e CAP 2 atraiu a maior parte das atenções. As perspectivas de longo prazo dos planejadores especializados colidiram com o impulso orientado para a ação nas bases (“aprender fazendo”). Assim, as redes de pontos focais territoriais (CAP 3) e comunidades locais de aprendizagem (CAP 4), que em teoria deveriam ter sido os pilares centrais da arquitetura de governança, não atingiram o nível de resiliência e interconexão para sobreviver aos tempos difíceis.

Os pontos focais CAP 3 foram considerados os mais precários, que precisam de muita assistência com o planejamento de eventos, captação de recursos, implementação de projetos e sistematização de saberes locais. Entretanto, muitos dos atores mais fortes do CAP 3 recusam-se a transferir o seu capital social e simbólico para as entidades centrais, sem um mecanismo de contrapartida claro e previsível. O papel proativo da Itaipu ajudou a superar muitos desses obstáculos financeiros, logísticos e políticos. Porém, não foram negociados com os governos programas nos países que dessem sustentação às ações. No longo prazo, no entanto, a dependência excessiva e duradoura da Itaipu impediu que o CSCS saísse da incubadora e alcançasse um grau maior de resiliência, como citam entrevistad@s (15; 20; 3; 1), que se consideram com trechos principais dos encontros.

- a) A prolongada centralização das decisões em Itaipu causou certo desequilíbrio. A própria secretaria executiva deveria ter sido mais descentralizada, co-gerida pelos 5 países. Às vezes, as decisões eram tomadas sem qualquer consulta. (Entrevistad@, 15);
- b) Os colegas do Brasil, pelo fato de Itaipu ser a maior doadora de recursos naquela época, às vezes se comportavam como se fossem donos do CSCS. (Entrevistad@, 20);
- c) O nosso país insistiu em descentralizar a estrutura, em funcionar como uma federação horizontal de 5 estruturas nacionais juridicamente autônomas, mas estreitamente alinhadas nas suas estratégias de formação. (Entrevistad@, 20);
- d) Imagino que isso requer um outro arranjo institucional dotado de uma instância coordenadora e articuladora associada a uma rede de alianças institucionais (parcerias permanentes e ocasionais). Talvez o CSCS necessite de uma espécie de Secretaria Executiva com uma equipe multidisciplinar de apoio (articulação, mobilização e educação), podendo instituir instâncias consultivas (conselhos) de avaliação e legitimação das atividades. A partir de uma estrutura nuclear que atua em rede, será possível elaborar e desenvolver projetos dialógicos e formativos por meio de uma rede interuniversitária da Bacia do Prata. É preciso sondar possibilidades até mesmo de algum tipo de acoplagem, por exemplo, junto ao CIC Plata, o Mercosul, a ONU. (Entrevistad@, 3);
- e) Talvez pudéssemos até falar sobre o nome: se “Centro” ou “Rede” refletiriam melhor a dinâmica dessa estratégia de aprendizagem social. (Entrevistad@, 1).

Os entrevistados apontaram, no entanto, que os problemas com a centralização do poder e certas atitudes personalistas e narcísicas não eram algo exclusivo da Itaipu e afetavam igualmente as esferas nacionais do CSCS.

Tal processo de construção não tem sido fácil. Individualismos, logomarcas, desconfianças, conflitos pessoais e interinstitucionais que vêm acontecendo [...] muitas coisas para superar [...] Às vezes viemos como os salvadores do mundo com nosso logo e nossa marca. [...] No entanto, todos nós temos coisas boas e ruins, coisas excelentes e medíocres. E quando falamos de uma construção coletiva em um território, vemos que antigamente as pessoas tinham as mesmas limitações e misérias de hoje. No entanto, isso não privou os povos de realizar suas revoluções. E nós aqui também podemos transformar nossa realidade na Bacia, além do fato de termos muitas deficiências e não podermos ser a representação do Espírito Santo na terra. (Entrevistad@, 16).

C. “Desenho vs emergência” (trazer soluções ou facilitar sua emergência). Fora da

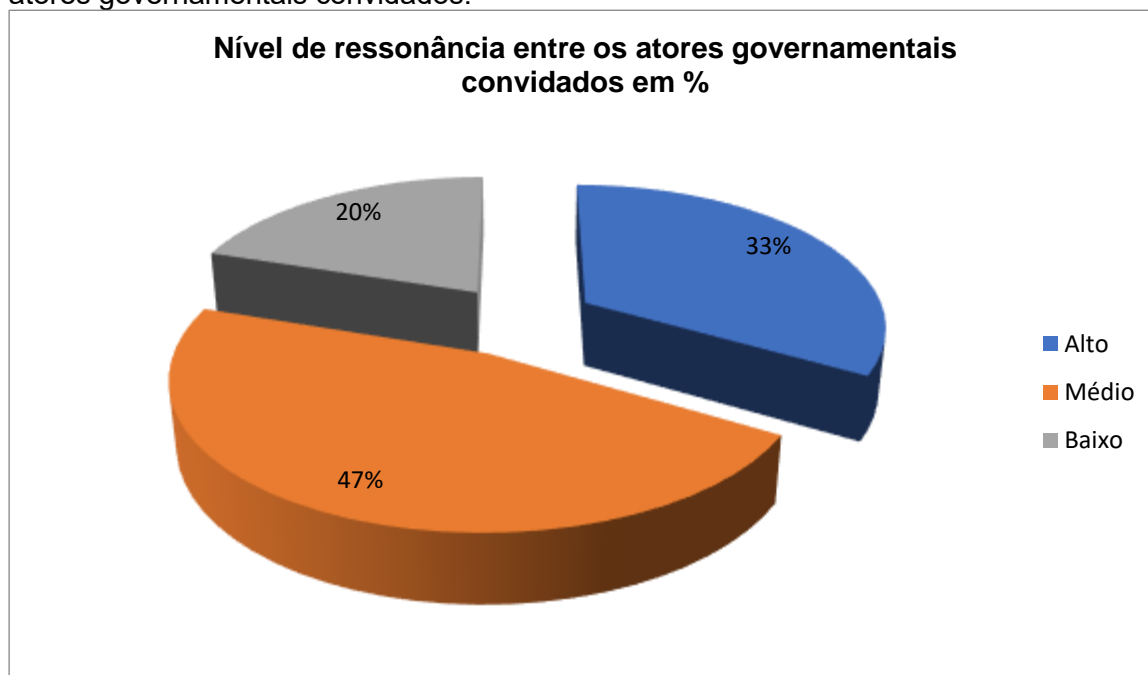
“bolha” do CSCS, a lógica interativa experimental da aprendizagem social colidiu com a linearidade e o reducionismo do processo administrativo tradicional que exigia uniformidade na aplicação e aderência estável a marcos legal, políticas e procedimentos específicos. Outro desafio foi encontrar o equilíbrio certo entre a responsabilização vertical das cadeias hierárquicas de comando e os mecanismos informais horizontais “peer-to-peer”. Embora na maioria das circunstâncias uma comunidade horizontal de prática pareça ser uma força motriz de compromisso significativo com a aprendizagem, em alguns casos, no entanto, poderia ter se tornado um vetor de mediocridade coletiva, e subversão contra transições sustentáveis. Para promover a capacidade de aprendizagem em nível de sistema, elas precisam ser colocadas em interação, por isto afirma entrevistad@ (16),

Em toda a área de abrangência do projeto existem exemplos inspiradores de integração biocultural, a maioria invisibilizada, e isso é essencial para o trabalho de visibilização do conhecimento local. As ONGs convencionais e as agências de desenvolvimento geralmente adotam uma atitude teleológica em relação aos lugares em que trabalham, aos quais aplicam um conjunto predeterminado de soluções. O conhecimento que eles obtêm sobre esses locais é útil apenas na medida em que pode facilitar a implantação adequada das metas predefinidas. O resultado é que os próprios lugares nunca podem ser geradores, nem podem interagir ou transformar a lógica subjacente do programa de ajuda ditado pelo processo formal. A experiência da performance criativa é limitada aos representantes desse processo, enquanto as comunidades locais raramente estão em condições de renegociar os parâmetros do paradigma que lhes é imposto. (Entrevistad@, 16)

2.3. Relevância de arranjo institucional do CSCS na perspectiva setorial

A. Setor governamental: O nível de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os atores governamentais convidados: foi considerado alto por 33,3%, médio por 46,7% e baixo por 20% dos entrevistados.

Gráfico 4: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os atores governamentais convidados.



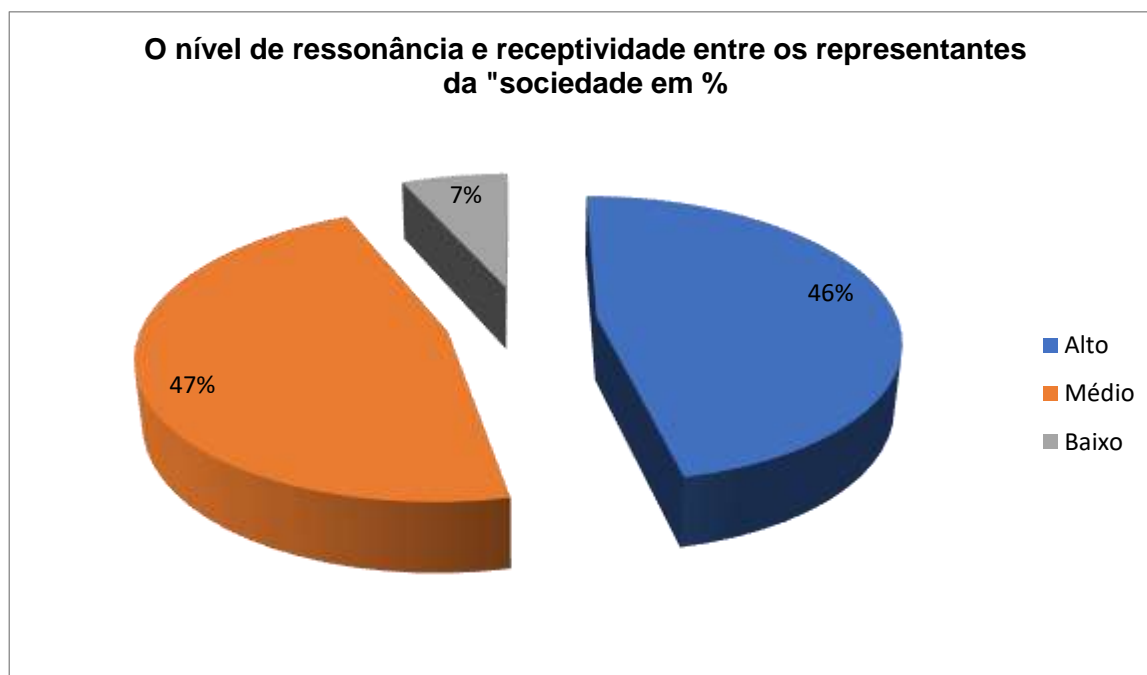
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Os entrevistados apontam problemas relacionados à nomeação para o CSCS de representantes com pouca estabilidade (alta rotatividade), sem uma relação clara com o assunto e sem poder de decisão vinculante, como relatam entrevistad@s (5; 9; 15).

- a) Os representantes dos governos não tinham de fato autoridade para propor novas ações. Estavam submetidos às políticas de seu país, que mudavam conforme o ministro era trocado. (Entrevistad@, 5).
- b) Foram designadas algumas pessoas que não se sentiram identificadas com o tema e as atividades a serem realizadas. (Entrevistad@, 9).
- c) Não foram previstas estratégias para que isso não caísse com a alternância de governos. Quando os problemas começaram nos países, o nível de apropriação da rede ainda não estava suficientemente consolidado. (Entrevistad@, 15).

Já visando os dados do gráfico 5, **B. Sociedade civil:** O nível de ressonância e receptividade entre os representantes da “sociedade civil” foi considerado alto por 46,7%, médio por 46,7%, e baixo por 6,7% dos entrevistados.

Gráfico 5: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os representantes da “sociedade civil” convidados.



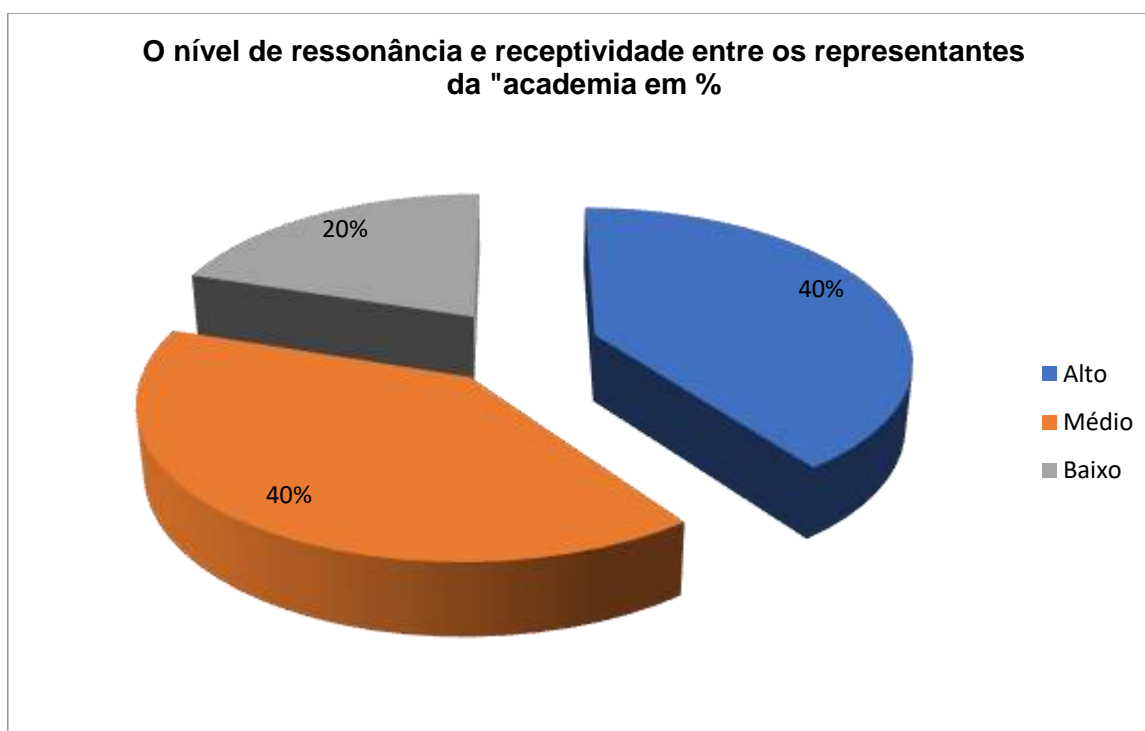
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Apesar da avaliação muito positiva da participação da sociedade civil na construção da CSCS, alguns entrevistados apontam vários problemas como a ambiguidade do próprio conceito de “sociedade civil”, a exclusão de alguns setores e a falta de capacidade de articulação, assim pensam entrevistad@s (3; 14; 15):

- a) *O tema do protagonismo da sociedade civil merece ser aprofundado, e mais poder para as ONGs não garante melhorias; muitas ONGs, apesar de seu discurso progressista, também fazem parte do problema (Entrevistad@, 3).*
- b) *Faltou também uma presença mais expressiva de movimentos sociais, camponeses, indígenas, quilombolas (Entrevistad@, 14).*
- c) *Embora as ONGs tenham continuado o caminho, em seus respectivos espaços, enriquecidos pela perspectiva proporcionada pelo CSCS, mas não tenham assumido a continuidade da própria rede, “não pegaram o bastão” (Entrevistad@, 15).*

Visualiza-se a partir do gráfico 6 **C. Academia:** que o nível de ressonância e receptividade entre os representantes da “academia” foi considerado alto por 40%, médio por 40%, e baixo por 20% dos entrevistados.

Gráfico 6: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os representantes da “academia” convidados.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Os entrevistados oferecem vários exemplos de processos acadêmicos inovadores inspirados no CSCS, como os Congressos de Saúde Socioambiental da Universidade de Rosário (Argentina) ou o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Unioeste (Brasil). No entanto, indicam que nesse sentido o potencial da academia não foi suficientemente explorado (nem mesmo mapeado) pelo CSCS, ideias como:

A dimensão acadêmica do Centro precisaria ser consolidada, mapeando e consolidando a rede de centros acadêmicos relacionados em um programa de pós-graduação inovador que acompanha os princípios do Centro e reúne instituições acadêmicas dos 5 países da Bacia. (Entrevistad@, 4).

O (Entrevistad@, 3) aponta que:

A formação de uma rede de instituições de ensino e pesquisa (universidades) nacionais e subnacionais da Bacia do Prata em torno do CSCS poderá trazer benefícios mútuos em escala exponencial, tanto para o próprio CSCS como para as universidades, que existem às centenas (porém desarticuladas entre si) no território platino.

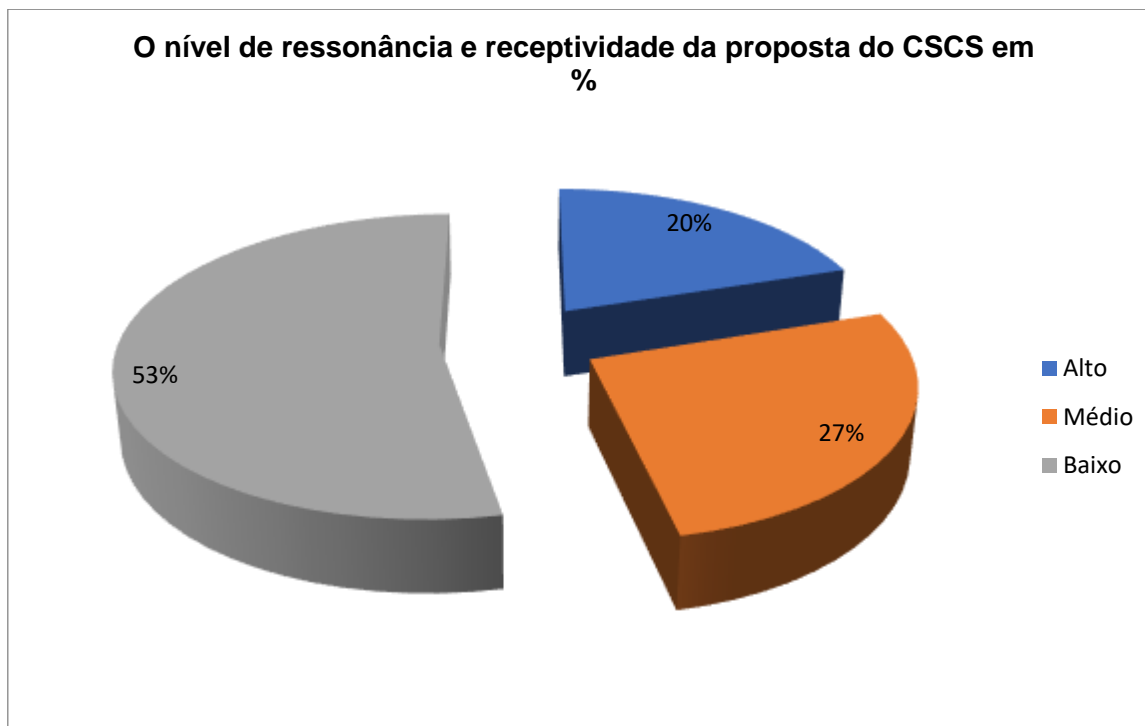
Mesmo assim,

Entre todos os setores, a academia parece ser o promotor mais adequado. A rede de universidades poderia oferecer um mecanismo de coordenação mais leve e autônomo, e menos dependente dos altos e baixos dos governos. Obviamente, isso também depende de quem seriam os pontos focais. (Entrevistad@, 3).

D. Meios de comunicação: o nível de ressonância e receptividade do gráfico 7 entre os representantes dos “meios de comunicação” foi considerado alto por 20%, médio por

26,7%, e baixo por 53,3% dos entrevistados.

Gráfico 7: O nível (percebido) de ressonância e receptividade da proposta do CSCS entre os representantes convidados dos “meios de comunicação”.



O resultado tão negativo reflete a falta de consideração adequada do potencial que o setor de mídia (e “cultura” em geral) representava para o CSCS. A preponderância do setor governamental e das ONGs praticamente deixou outros atores-chave fora do foco do CSCS.

Entre outras **omissões notáveis**, os entrevistados citaram:

- Organizações multilaterais:** Apesar da proximidade com as organizações como o PNUMA (entidade fundadora), a UNESCO e CIC-Plata (entidade fundadora), as parcerias não se tornaram operacionais.
- Setor “produtivo”** (alguns entrevistados criticaram a postura excessivamente ideológica do CSCS e pediram uma postura mais “pragmática” para poder dialogar também com esse tipo de ator).
- No entanto, na leitura dos entrevistados, a omissão mais grave foi a relativa ausência dos **povos indígenas** na construção do projeto, interligado com entrevistad@s (20; 3).

Apontamos a falta de representatividade real dos povos indígenas e dos movimentos sociais e territoriais em geral, no processo de construção da arquitetura institucional do Centro, nos espaços do CAP 1, CAP 2. Embora algumas pessoas tenham participado formalmente, mas pareciam mais convidados externos do que membros do Conselho de Administração. O processo decisório estava concentrado exclusivamente entre pessoas brancas, principalmente do setor governamental.

Tratava-se de corrigir isso um pouco ao nível do CAP 3, mas não foi suficiente. (Entrevistad@, 20).

É necessário entender que,

Esta é uma falha significativa que precisa ser corrigida e suprida com a eventual retomada do CSCS, por meio de uma maior valorização das cosmologias, cosmopercepções e representações sociais de origem afroameríndia. (Entrevistad@, 3).

Em suma, a eventual retomada do CSCS requer um processo de mapeamento de atores, de forma muito mais estratégica e numa perspectiva mais ampla e de longo prazo, por isto, apresenta-se a parte 2 na sequência.

3. PARTE 2. “MEIOS”: CSCS COMO PLATAFORMA DE CONVERGÊNCIA DE RECURSOS ECONÔMICOS, SÓCIO-ORGANIZACIONAIS E SIMBÓLICOS

3.1. Recursos logísticos, humanos e financeiros

Quando é perguntado se o CSCS tinha a base de recursos logísticos, humanos e financeiros necessários para operacionalizar a plataforma, 15,4% dos entrevistados concordam “plenamente”, e 84,6% “parcialmente”.

Gráfico 8: O CSCS tinha a base de recursos logísticos, humanos e financeiros necessários para operacionalizar a plataforma?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A base principal dos recursos financeiros do CSCS eram as contribuições anuais da Itaipu, feitas por meio da Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI). Este fundo foi dividido em 3 pilares:

1. Pilar 1 (25%) Diálogos-reuniões (internacionais);
2. Pilar 2 (35%): Processos de formação nos 5 países;
3. Pilar 3 (40%): Fortalecimento institucional: Secretaria Executiva (15%); reuniões do Conselho (15%); portal "Saber y Cuidar" (11%); comunicação e materiais (8%).

A evolução do apoio financeiro da Itaipu foi a seguinte:

- a) 2008/2009: US\$ 250.000;
- b) 2009/2010: US\$ 333.000;
- c) 2010/2011: US\$ 355.000;
- d) 2011/2012: US\$ 390.000; este valor obteve a contrapartida do governo paraguaio (Fundo para as Ações Estratégicas de Educação Ambiental) de US\$ 273.000, atingindo o total de US\$ 663.000.
- e) A proposta do Quadro Orçamental Plurianual 2012-2015 (que não veio mais a ser executada) atingiu o montante de US\$ 1.749.900, o que dá uma média de US\$ 437.000 / ano.

O apoio da Itaipu também incluiu contribuições em recursos humanos (salários e diárias de funcionários e consultores) e logística (custeio de eventos e visitas técnicas), que devem ser contabilizadas separadamente. A garantia do aporte financeiro de Itaipu aumentou consideravelmente a capacidade operacional do CSCS. A arquitetura flexível deste “fundo semente” permitiu que fossem feitas as adaptações necessárias, de forma ágil e de acordo com as circunstâncias. Em curto e em médio prazos, teria sido impossível substituir essa contribuição pelo apoio de um governo ou de uma organização multilateral.

Por outro lado, porém, muitos atores caíram na complacência e dependência excessiva dos recursos da Itaipu, e não se dedicaram à busca de recursos alternativos. Devido à não finalização do acordo (apenas o Uruguai o formalizou), até 2012 não havia sido gerado pelos países um mecanismo de financiamento claro e estável. Dentre as principais categorias de contribuições nacionais ad hoc pode-se citar: custeio de eventos; recursos humanos (sem remuneração adicional), despesas de viagens de funcionários

(governos) e publicações do CSCS. Sendo assim, “nunca se fez um cálculo do que significava toda a ‘expertise’ presente no grupo do CSCS, uma avaliação que poderia ter levado a pensar outras estratégias de atuação” (Entrevistad@, 1). Do mesmo modo “o maior investimento dos governos e demais atores dos 5 países teria ocorrido em apoio aos projetos específicos realizados pelos CAP 3 e 4 nos territórios” que ainda não haviam sido realizados na época (Entrevistad@, 4).

Independentemente da situação, persiste uma fragilidade estrutural e a crônica falta de priorização da educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) na região. Para dar um exemplo: Itaipu (margem brasileira) tinha um orçamento para a EDS em sua área de influência de 8,5 mil km² (Bacia do Paraná III) comparável ao orçamento da Diretoria do Ministério do Meio Ambiente (DEA-MMA) responsável por um território de 8,5 milhões de km². Os outros 4 países tinham recursos muito menores e muito pouca visibilidade da EDS como eixo transversal das políticas públicas. Das entrevistas emergiram **7 eixos de propostas** sobre a gestão dos recursos econômicos, acompanhadas dos trechos d@s entrevistad@s no contexto do CSCS:

A. Institucionalização do CSCS.

1. *A institucionalidade própria que facilitasse a recepção e o gerenciamento desses eventuais recursos para os fins do CSCS. (Entrevistad@, 3).*

B. Sistema integrado de planejamento e monitoramento.

A abordagem em rede exigia muita flexibilidade e versatilidade para aperfeiçoar o uso de recursos financeiros e logísticos escassos: fornecer a quantidade certa, na hora certa, para as pessoas certas.

1. *Um plano de trabalho detalhado, com metas, responsabilidades (inclusive financeiras) e datas, envolvendo todas as instituições partícipes (Entrevistad@, 7).*
2. *No caso do CSCS, significou combinar recursos e ativos financeiros e reunir habilidades técnicas entre departamentos, organizações e países: um verdadeiro pesadelo do ponto de vista do RRHH e das unidades financeiras sem uma experiência anterior de aprendizado social (Entrevistad@, 15).*

C. Orçamento (mais) participativo.

Quando o fluxo de aprendizagem social é dissociado do fluxo de recursos *learning vs budgeting*, isso pode desmotivar os participantes. Os parceiros de aprendizagem percebem que “o poder está em outro lugar” e se sentem instrumentalizados.

1. *O arranjo ad hoc construído a partir da Itaipu deve ser repensado em termos do processo decisório e da forma como os diferentes tipos de recursos são combinados e multiplicados (Entrevistad@, 3).*

D. Proporcionalidade das contribuições.

1. *A contribuição de recursos equivalentes aos tamanhos dos territórios e habitantes envolvidos na Bacia. (Entrevistad@, 6).*

E. Maior foco em ações nos territórios.

1. *Precisamos ir além do financiamento das reuniões. Buscar recursos para ações no território (Entrevistad@, 4).*

F. Diversificação das fontes de recursos:

1. *Os recursos oriundos de empresas estatais nacionais e subnacionais para a elaboração de uma carteira de projetos que, por sua vez, poderiam catalisar recursos de outras fontes, inclusive editais vinculados a uma eventual rede interuniversitária da Bacia do Prata (Entrevistad@, 3).*
2. *Devemos recuperar o potencial latente de organizações como a própria academia, o Grupo Montevideu (AUGM), aproveitar melhor o que já existe, conectar de forma inteligente os mecanismos e recursos existentes (Entrevistad@, 14).*

A ideia de diversificação tem unanimidade quanto às possíveis contribuições dos próprios governos, empresas públicas, academia. Vários entrevistados indicaram que o fato de Itaipu ter sido reconhecida em 2015 como a melhor prática global de gestão da água pela ONU poderia ajudar a alavancar recursos internacionais. Nesse sentido, uma plataforma semelhante ao “Fundo Amazônia” poderia ser contemplada para a Bacia do Prata. Alguns levantaram a inevitabilidade do diálogo com o setor produtivo regional, outros questionaram a ideia afirmando que a “vertiginosa sojização dos territórios” está nos antípodas dos objetivos do CSCS.

A maioria dos entrevistados rejeitou fortemente a possibilidade de aceitar financiamento de fontes como fundações das multinacionais (Avina, Syngenta, Nestlé, Coca Cola). Fato que caracteriza a sociedade civil como um movimento que concorda com as práticas dessas instituições e logo não aceita ter relação ou vínculo com recursos oriundos de mecanismo ou sistema do qual discordam.

G. Redução da necessidade de recursos externos (melhor aproveitamento dos recursos endógenos)

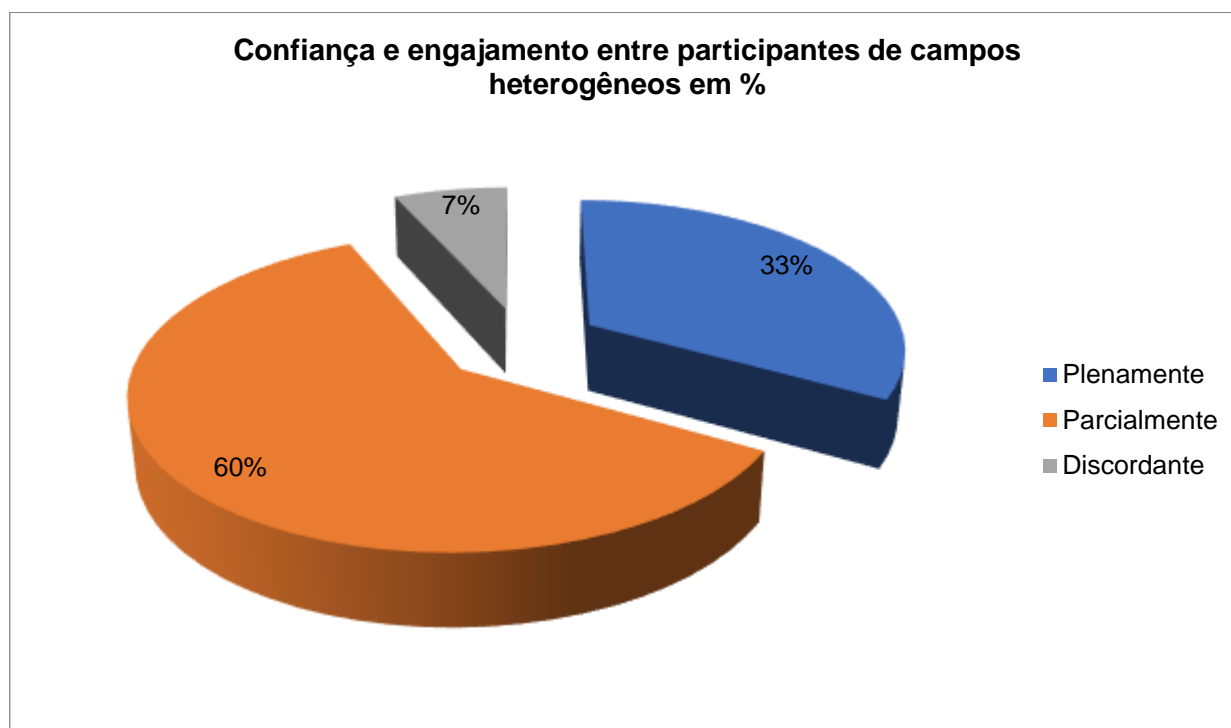
Por meio de arranjos logísticos alternativos com “maior horizontalidade e menos estruturas”, como acomodação solidária, maior simplicidade nos eventos e principalmente

intensificação do uso das TICs.

1. *A lógica (de aplicação de recursos) dos movimentos sociais difere da dos governos e diplomatas. Embora as acomodações luxuosas e o marketing projetassem uma imagem de solidez e “seriedade”, acho que as coisas poderiam ser feitas de forma mais simples, mais austera, menos camisetas, comida mais simples, um jeito menos consumista (Entrevistad@, 14).*
2. *Agora teríamos que aproveitar a modalidade virtual combinada com eventos presenciais. (Entrevistad@, 19).*
3. *Deve-se lembrar que no início do CSCS, ferramentas de internet como redes sociais e Wapp ainda não foram popularizadas: essas novas ferramentas de comunicação acelerariam muito esse processo, principalmente a formação em massa de pessoas, construção horizontal (e circulação) de conteúdo, etc. (Entrevistad@, 3).*

3.2. Recursos sócio-organizacionais

Gráfico 9: A plataforma do CSCS ajudou a “quebrar o gelo” e criar um ambiente de confiança e engajamento entre participantes de campos heterogêneos?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando perguntados se a plataforma CSCS ajudou a “quebrar o gelo” e criar um ambiente de confiança e engajamento entre participantes de campos heterogêneos, 33,3% dos entrevistados concorda “plenamente”, 60% “parcialmente”, e 6,7% não está de acordo. Pode-se inferir que o maior desafio da CSCS foi a construção de uma interface socio estatal transfronteiriça e multinível. As barreiras foram múltiplas:

A. Divergências filosóficas entre os "tecnocratas" (politização como problema) e os "participativos" (despolitização como problema):

1. *Na minha opinião, foram geradas duas instâncias, aquelas mais comprometidas política e filosoficamente que buscavam gerar ações mais transformadoras e outras mais conservadoras e tradicionais no discurso ambiental (Entrevistad@, 20).*

B. Divergências causadas por conflitos ambientais, particularmente o das "fábricas de papel" no Uruguai.

1. *Nem tudo foi resolvido com as autoridades uruguaias, as coisas ficaram um pouco tensas no começo (Entrevistad@, 14).*

C. Polêmica entre representantes de movimentos antibarragem e a Itaipu.

As organizações da sociedade civil que compõem o Centro mantêm nossa posição contra a construção de novas grandes barragens em nosso continente e no planeta. Vários de nós somos membros de redes e coalizões antibarragens e somos ativistas dessa causa: (declaração sobre o relacionamento entre as organizações da sociedade civil representadas no CSCS e a ITAIPU, abril de 2010). No entanto, os entrevistados afirmam que "dentro do CSCS tem sido possível lidar bem com essas contradições e a desconfiança se limitou a questões não estruturais específicas". Entre os mecanismos de construção de confiança mais citados estão:

A. Participação dos "amautas" (referentes da epistemologia do Sul com trajetória reconhecida internacionalmente).

1. *A participação dos "amautas" aumentou a credibilidade e legitimidade do processo e afetou positivamente a motivação dos participantes, o sentimento de participar de algo maior (Entrevistad@, 3).*
2. *Os convidados do CAP 3, tanto do governo quanto dos movimentos sociais, foram orientados pela lista dos que compunham o CAP 2, o que lhes deu tranquilidade e mais confiança para aceitar o convite. Tanto os atores da sociedade civil, muitas vezes muito críticos em relação ao governo, quanto os atores governamentais, vendo que havia um referente muito respeitável, estavam muito mais predispostos a se envolver, a transpor essas barreiras. Assim, criaram-se as condições para construirmos as coisas em conjunto, para sairmos dessa lógica meramente adversarial. (Entrevistad@, 15).*

B. "Tecnologia de relacionamento": o diálogo de saberes, a convivência horizontal, a linguagem simples e os laços de companheirismo.

1. *Também as metodologias dialógicas e formativas adotadas, vejo, contribuíram muito para um clima de descontração, confiança e comprometimento. O processo consolidou redes informais e transversais de amizade e companheirismo intersetorial e transfronteiriço que constituem um capital social que continua ativo e se multiplica (Entrevistad@, 3).*
2. *A metodologia das oficinas e viagens de compartilhamento. Isso não se consegue com a virtualidade, pois longas conversas no café ou no assento de um ônibus são insubstituíveis por espaços formais (Entrevistad@, 15).*
3. *A linguagem adotada nos diálogos do CSCS foi muito mais do povo, livre de tecnicismos*

excessivos, para dar conteúdo humano e comunitário a esses problemas (Entrevistad@, 18).

4. *As diferenças idiomáticas entre os idiomas predominantes (português e espanhol), todavia, eram desafios também passíveis de superação. Devido às similitudes e ao esforço de compreensão mútua e à abertura e disposição permanente para o aprendizado, essas questões não chegaram a comprometer a qualidade dos encontros, em certos casos até qualificaram e fortaleceram as interações (Entrevistad@, 3).*
5. *O mais importante de tudo foi a abordagem horizontal que o CSCS veio criar. Foi algo profundamente democrático o fato de os governos, mesmo pessoas da primeira linha de decisão, e as organizações se sentarem no mesmo nível, que todos nós entendêssemos que não havia diferença. Quebrar o protocolo artificial foi uma coisa muito grande que só experimentei no contexto do CSCS (Entrevistad@, 14).*
6. *O CSCS tem sido uma experiência única dessas características que efetivamente conseguiu dar o passo de uma lógica da razão instrumental para uma lógica do “coração”, do sentimento. Isso ganha ainda mais valor se levamos em conta que a maioria dos participantes veio dos mundos da burocracia e da academia governados pelo saber único positivista. E, no entanto, pouco a pouco essas reuniões de tomadores de decisão, de técnicos, de pensadores foram se transformando em reuniões de “sentidores”(Entrevistad@, 20).*
7. *Custa mais para estabelecer essas dinâmicas com profissionais das áreas de engenharia, direito e diplomacia. Foi complicado, gerou resistência, medo de perder o prestígio. Alguns não quiseram participar da dinâmica de integração. Por exemplo, as razões para realizar uma cerimônia espiritual em um Estado laico foram questionadas. No entanto, com o passar do tempo muitos desses atores tornaram-se mais sensíveis, abandonando sua postura defensiva. É impossível mergulhar em algo assim e sair seco (Entrevistad@, 18).*

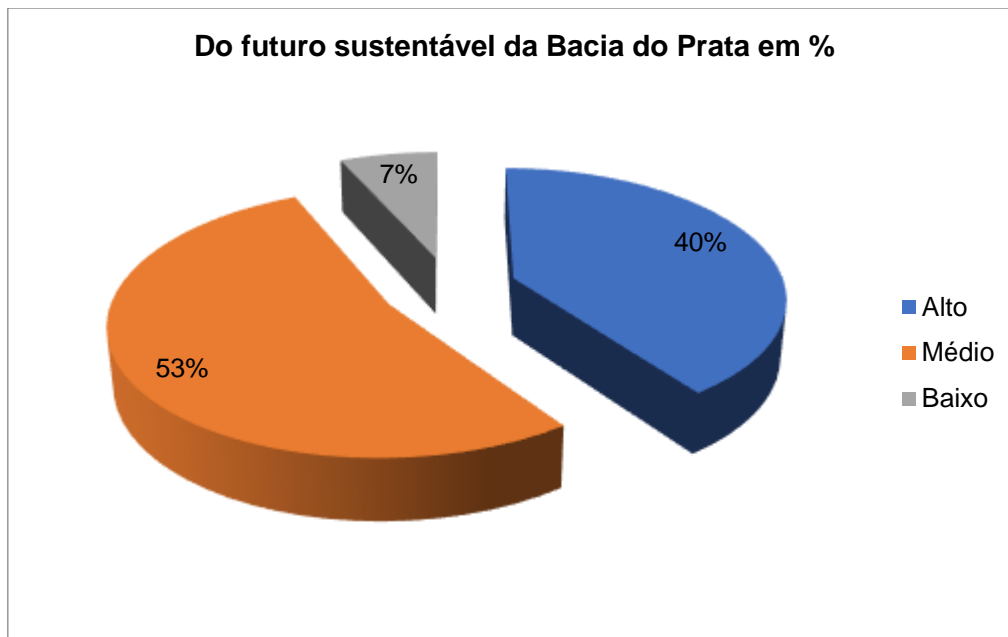
C. “O Inédito Viável”. A “nova integração latino-americana” e o exemplo animador das transformações alcançadas na área de influência de Itaipu, na Tríplice Fronteira, como cita, por exemplo, (Entrevistad@, 16).

Tivemos longas discussões sobre como estava sendo proposto um Centro de Saberes financiado por uma instituição como a Itaipu. Fizemos uma análise aprofundada e vimos que o governo brasileiro realmente tinha vontade de transformar essa megaempresa pública em um espaço diferenciado com visão socioambiental e participativa. Vimos nele a oportunidade de fortalecer as redes cidadãs em toda a região. [...] Para nós que atuamos no campo das artes e do meio ambiente, sempre foi essencial trabalhar com o setor público, injetando nossas ideias de transformação nos governos locais, provinciais, nacionais, nas universidades, em todos os espaços que têm a ver com o que entendemos como democracia participativa. É lógico que esses espaços devem ser ocupados para promover outras formas de ler a realidade e agir no território. Desafiar a visão tecnocrática e abrir caminho para uma visão emergente (Entrevistad@, 16).

3.3. Recursos simbólicos

O grau de contribuição do CSCS para o desenvolvimento de uma visão compartilhada (em termos de convergência de objetivos e narrativas) do futuro sustentável da Bacia do Prata, foi considerado alto por 40%, médio por 53,3% e baixo por 6,7% dos entrevistados, dados apresentados na figura 10.

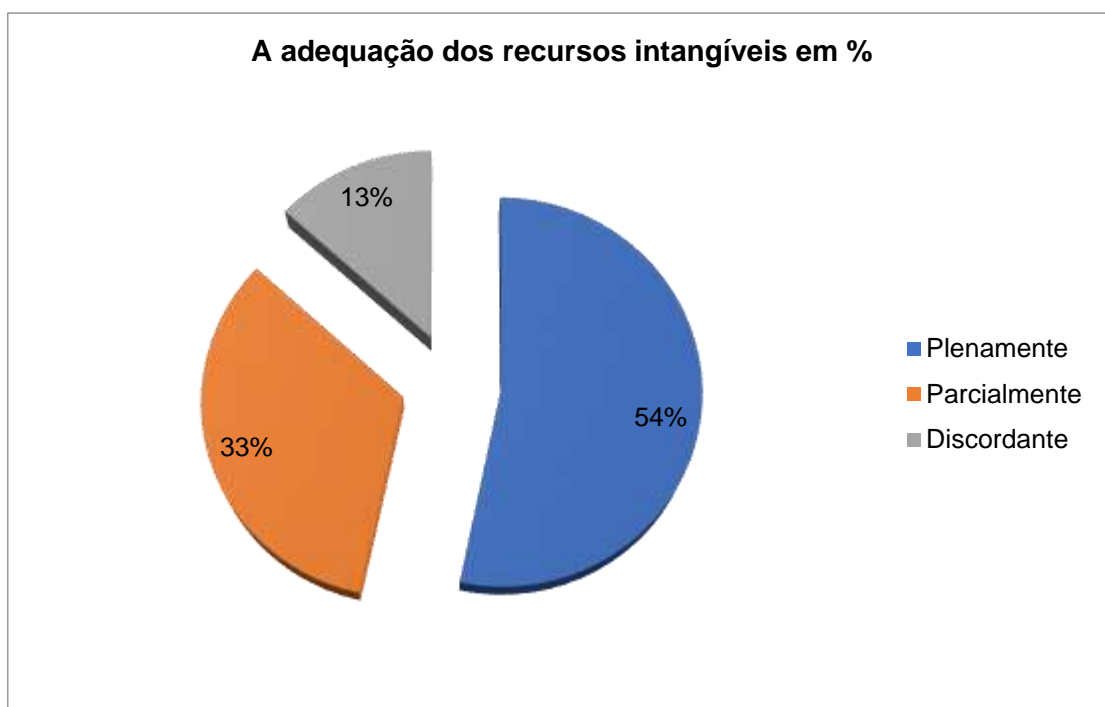
Gráfico 10: O grau de contribuição do CSCS para o desenvolvimento de uma visão compartilhada (em termos de convergência de objetivos e narrativas) do futuro sustentável da Bacia do Prata.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando perguntados se no processo de implantação do CSCS os recursos intangíveis (culturais e simbólicos) foram adequadamente considerados, 53,3% dos entrevistados concordam “plenamente”, 33,3% “parcialmente”, e 13,3% não está de acordo, como pode ser visto na figura 11.

Gráfico 11: No processo de implantação do CSCS os recursos intangíveis (culturais e simbólicos) foram adequadamente considerados?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Nesse sentido, pode-se falar da emergência de uma metanarrativa ou de um proto-paradigma em termos de **ontologia, epistemologia e metodologia relacional**.

A. Ontologia relacional (construção do sentimento de pertencimento, reconhecendo-se como parte do território platino):

É muito interessante que haja uma discussão em termos de estruturas rizomáticas e biorregionais em uma bacia cujo próprio nome deriva de uma visão extrativista. “A Bacia do Prata” encerra séculos inteiros de exploração colonialista pelas rotas da prata até a Bolívia. [...] O que se pretende a curto prazo é promover as comunidades experimentais como uma espécie de cabeça-de-ponte. Essas redes coletivas invisíveis estão se fortalecendo aos poucos para que a base da saúde do sistema seja recuperada (Entrevistad@, 18).

Todos os partícipes compartilhavam uma visão sistêmica da Bacia. Assim, eram uníssonas as vozes em defesa da conservação da água, recuperação de áreas degradadas, preservação do aquífero e sobre a necessidade de engajar as comunidades e os gestores públicos neste processo. Também foi clara para todos a importância dos conhecimentos tradicionais, ao lado do conhecimento científico, para conservação dos ecossistemas da Bacia (Entrevistad@, 5).

Não se tratava apenas de trocar conhecimento. Foram os próprios lugares, bacias, territórios onde estávamos, que intermediaram esses encontros. Estar em Cuiabá, nas Cataratas, no divisor de águas [...] Foi essa imersão, uma experiência que, mais do que qualquer outra coisa, nos fez sentir parte do território comum da Bacia do Prata. O território deixou de ser algo abstrato, transformou-se em paisagens, corpos, rostos (Entrevistad@, 15).

B. Epistemologia relacional (“Epistemologia do Sul”, uma ecologia de saberes e narrativas para além do “pensamento abissal”):

1. *Era algo que permitia, de fato, dar um enquadramento, um significado maior a tudo que estava sendo feito. Ao mesmo tempo, deu-nos algumas experiências territoriais concretas que até hoje continuam a ser pontos de referência, modelos que nos orientam (Entrevistad@, 18).*
2. *A abordagem territorial desempenhou um papel importante para repensar nossa identidade, diluindo parcialmente as diferenças nacionais, setoriais e partidárias. Obviamente, contribuiu para isso a convergência dos governos com uma visão de integração regional diferente dos anteriores (Entrevistad@, 3).*
3. *Cada país trouxe algo diferente e complementar a este mosaico platino. O mate, o terere e o chimarrão, os cantores, os poetas, os pensadores, a herança guarani refletida até nos topônimos de nossas cidades, países, rios (Entrevistad@, 18).*
4. *A participação no CSCS nos permitiu ampliar o horizonte de nossos estudos de pós-graduação e da nossa Universidade para uma visão mais regional, da Bacia do Prata, abrindo-nos ao mundo de língua espanhola (Entrevistad@, 4).*
5. *Foi um salto cognitivo. O Uruguai é um país muito menor que o Brasil. Nesse sentido, tivemos que dar um salto de “pensar pequeno” sobre nosso mundo e começar a redimensioná-lo, conectá-lo ao macro. Ver os resultados dos projetos concretos no Brasil estimulou muito essa mudança de escala (Entrevistad@, 18).*
6. *Uma proposta como essa não é de solução meramente técnica e só de “boa vontade”. Ela mexe com paradigmas, com valores, com visões de mundo, com uma outra “geografia*

mental” a respeito do território que se abrange e “um outro jeito de ser” nas relações interpessoais e grupais. E isto não se improvisa. É um trabalho em si. E não é só intelectual (Entrevistad@, 1).

D. “Visão transgressora da Bolívia”

Na conjuntura bolivariana,

1. *Cabe destacar que naquele momento a Bolívia estava em uma dinâmica mais “revolucionária” do que outros países da Bacia. Paralelamente ao surgimento do CSCS, tivemos uma Constituinte que se pronunciou em termos de refundação e descolonização do Estado. Isso foi muito além das políticas públicas de inclusão social e desenvolvimento sustentável. O próprio conceito de “desenvolvimento”, por mais “sustentável” que seja, não parecia adequado para muitos de nós. O que se buscava não era reformar o velho paradigma, mas lançar as bases para um novo, o do Bem Viver. Nesse sentido, nós, como representantes da Bolívia, transferimos para o CSCS este debate sobre a necessidade de traçar metas fora dos discursos da “Modernidade” e do “desenvolvimento”, em termos de Bem Viver para os povos da Bacia (Entrevistad@, 20).*
2. *A segunda contribuição “transgressora” da Bolívia para o CSCS (intimamente relacionada à primeira) foi chamar a atenção para a importância dos povos nativos para a tarefa que o CSCS se propôs: tanto filosoficamente quanto institucionalmente. A Bolívia é o país onde os povos indígenas têm um peso político e cultural proporcionalmente muito maior do que em outros países da Bacia. Enquanto isso, a hegemonia da abordagem ocidental era vista até na forma como os eventos eram organizados, desde o protocolo até a alimentação. Em muitos aspectos do próprio pensamento ambiental latino-americano (base programática do CSCS) predominou a matriz (neo) marxista europeia, com relativa ausência de vozes indígenas. Essa foi uma afirmação explícita durante nossas reuniões na Bolívia. Os indígenas criticaram essa hegemonia dos conceitos ocidentais, criticaram o conceito de sustentabilidade à luz do Bem Viver (Entrevistad@, 20).*
3. *Até os próprios “amautas” se sentiram desafiados. Essa mensagem de que o Ocidente deve procurar aprender e não vir impor sua linguagem e suas propostas em bloco foi transgressora, tocou a sensibilidade de muitos. Essa transição discursiva não foi problemática apenas para o CSCS e para os demais países. Na própria Bolívia não foi concluída. Muitas das propostas de refundação apresentadas na Constituinte foram implementadas superficialmente. A convivência entre a coalizão discursiva do Bem Viver e a ala marxista/desenvolvimentista do governo não foi fácil. O discurso do “desenvolvimento” acabou se impondo e o discurso do Bem Viver começou a ficar vazio, instrumentalizado, distorcido, perdendo sua materialidade. Apesar de, à época, o governo dispor de espaço suficiente para manobras políticas para promover mudanças mais profundas ao nível da matriz produtiva, não houve avanços (Entrevistad@, 20).*

O discurso do Bem viver adequa-se perfeitamente para uma sociedade de natureza orgânica e matrística. Notou-se nas críticas apresentadas pelos sujeitos de pesquisa dessa Tese que o modelo positivista ocidental enfrenta dificuldades pessoais e institucionais para fazer a revolução necessária visando a criação de um novo modo de tratar Gaia e seus habitantes. Aprendizagem Social implica compromisso permanente do cuidado amoroso de si, do outro e da terra. (GALBRAITH, 1996; MORIN, 2002a; 2002b; 2003; FREIRE, 1997, 2000, 2001; MATURANA, 1997, 1998).

4. PARTE 3. “IMPACTOS”: CSCS COMO PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM SOCIAL (INDIVIDUAL, ORGANIZACIONAL E INTERORGANIZACIONAL)

Aprendizagem individual

Para todos os entrevistados (em nível pessoal) o CSCS foi uma experiência transformadora: 67% “concordaram plenamente” e 33% “parcialmente”.

Gráfico 12: CSCS foi uma experiência transformadora em nível pessoal?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Em termos de “aprender” (reconfigurar a “imaginação política”):

1. *O CSCS ajudou a rever as ideias que a gente tinha, ressignificar a forma de ser/estar no mundo (Entrevistad@, 3).*
2. *Pessoalmente, isso nos permitiu vivenciar e desenvolver vínculos com pessoas que íamos conhecendo, transformando-nos mutuamente nesses diálogos. A própria imersão no programa CAB (da Itaipu) foi um antes e depois. Tudo isso abriu novos horizontes para nós (Entrevistad@, 14).*
3. *Quando o representante dos povos nativos da Argentina nos contou sobre o significado do canto dos pássaros nas árvores de manhã e à tarde, eu até hoje, quando escuto os pássaros, lembro-me de suas palavras (Entrevistad@, 9).*
4. *Essa articulação toda foi um grande aprendizado para mim que me fez enxergar e imaginar outras formas de abordar os processos de mudança (Entrevistad@, 20).*
5. *Para mim foi quase como fazer um doutorado extra (Entrevistad@, 4).*

Em termos de “desaprender” (“descolonização mental”):

1. *O processo nos fez olhar no espelho, rever nossos conceitos básicos, perceber de onde falamos nosso discurso situado, nossas mentes “colonizadas”, nossos egos, nossa incapacidade de empatizar, ouvir o outro, nossos pequenos abusos de poder que cometemos inconscientemente. Até os referentes do pensamento ambiental latino-americano perceberam a necessidade de rever criticamente seus próprios conceitos, suas próprias certezas, se descolonizar (Entrevistad@, 20).*
2. *Na parte de diálogos foi uma experiência inovadora e única, porém, muito ideologizada por um setor, faltou equilíbrio (Entrevistad@, 8).*

Aprendizagem organizacional:

Da mesma forma para todos os entrevistados o CSCS foi uma experiência transformadora em nível organizacional: 46,7% “concordaram plenamente” e 53,3% “parcialmente”.

Gráfico 13: CSCS foi uma experiência transformadora em nível organizacional?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Setor governamental:

1. *Marcado pelo experimentalismo e pela ousadia (epistemológica, conceitual e metodológica), o CSCS tinha um caráter inusitado, a meu ver fundamental para a elaboração de políticas públicas potencialmente transformadoras, contribuindo para influenciar e inspirar outras iniciativas de formação no decorrer daquele período. Ora, irradiar este processo de formação nas instituições onde a gente trabalha (como o nosso Ministério) não tem sido fácil, devido às mudanças políticas e pessoais, com a inerente falta de estabilidade e recursos. Reinventar as organizações significaria desaprender certos padrões de discurso e ação e substituí-los por outro tipo de discurso-prática-ritual, com uma mística colaborativa, com uma racionalidade diferente (Entrevistad@, 3).*
2. *Naquela época havia uma grande abertura discursiva na Bolívia, e isso facilitou muito para nós termos espaços de diálogo horizontal e transversal nas instituições. Essa macrodinâmica estava em plena sintonia com as abordagens do CSCS e foi fácil para*

nós tecer essa rede de CAP 1-2-3. No governo, o processo do CSCS foi assumido com muita força pelo Ministério, que por sua vez o irradiou para outras instituições governamentais (Entrevistad@, 20).

3. O CSCS integrou os funcionários do Ministério que trabalham com essas questões em vários espaços como água e educação. Mas como houve várias trocas de ministro nesse período, tivemos que conversar novamente com cada um deles para convencê-lo da importância desse processo. Isso foi um pouco cansativo (Entrevistad@, 15).
4. No Uruguai, éramos um grupo pequeno, mas constante e irradiador. O processo teve forte impacto no nível discursivo do Ministério, do CIC e de toda a rede nacional de educadores ambientais. Assim, conceitos como “processos de formação contínua”, “CAPs”, “água eixo integrador”, “cidadãos da bacia”, etc. foram assimilados como próprios. No nível técnico, operacionalizamos esses conceitos em documentos, planos, políticas [...] A própria abordagem do CSCS foi instalada como uma espécie de “software”. Cabe destacar mais uma vez a estabilidade no emprego como fator chave para o sucesso dessa aprendizagem coletiva. No Uruguai, independentemente do signo político do governo, as mesmas pessoas continuam desempenhando o papel de pontos focais, não é necessário começar da estaca zero. Não somos terceirizados que vêm e vão, somos funcionários do Estado e pensamos nisso como uma política de Estado (Entrevistad@, 18).

Academia:

1. A experiência do CSCS teve forte impacto na cultura de formação, pesquisa e extensão do nosso Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Unioeste (Entrevistad@, 4).
2. Em nossos locais de trabalho, o CSCS nos encorajou a dar um passo adiante, adotar novas práticas organizacionais. Na Faculdade de Medicina da Universidade de Rosário começamos a tratar a sala de aula como parte do território. Articulamos o ensino com a intervenção no território, numa visão transversal da saúde ambiental que une a medicina com o social e o ambiental. Abraçamos outras formas de avaliar os alunos. Propusemos projetos interativos e transformadores nas comunidades em termos de promoção da saúde e soberania alimentar. Articulamos a teoria com a prática e construímos o conhecimento em diálogo de ida e volta com o território. O contato com o CSCS e o CAB foi transformador porque ajudou a quebrar as barreiras entre mim, minha organização e o território. Infinitas possibilidades se abriram, configurações de relações com diversos atores que não haviam sido pensadas antes (Entrevistad@, 14).
3. Na academia, um dos exemplos mais claros dessas sinergias foi o nosso Mestrado em Ecologia e Conservação na Universidad Mayor de San Andrés, verdadeiro berço de muitos dos quadros mais estratégicos que estiveram envolvidos na construção do CSCS. Mas também tivemos reações negativas. A abordagem que o “Ocidente” tem que aprender com os povos, e que além da objetividade, deve-se levar em conta o mundo mais subjetivo dos sentimentos e emoções [...] Essa visão que equiparou o conhecimento indígena ao conhecimento gerado a partir da matriz positivista parecia uma ameaça para muitos. Em alguns casos, o problema se devia ao ciúme profissional, em outros era algo que simplesmente não se enquadrava no procedimento científico regido por indicadores internacionais e avaliado sob a ótica das revistas indexadas (Entrevistad@, 20).

Sociedade civil:

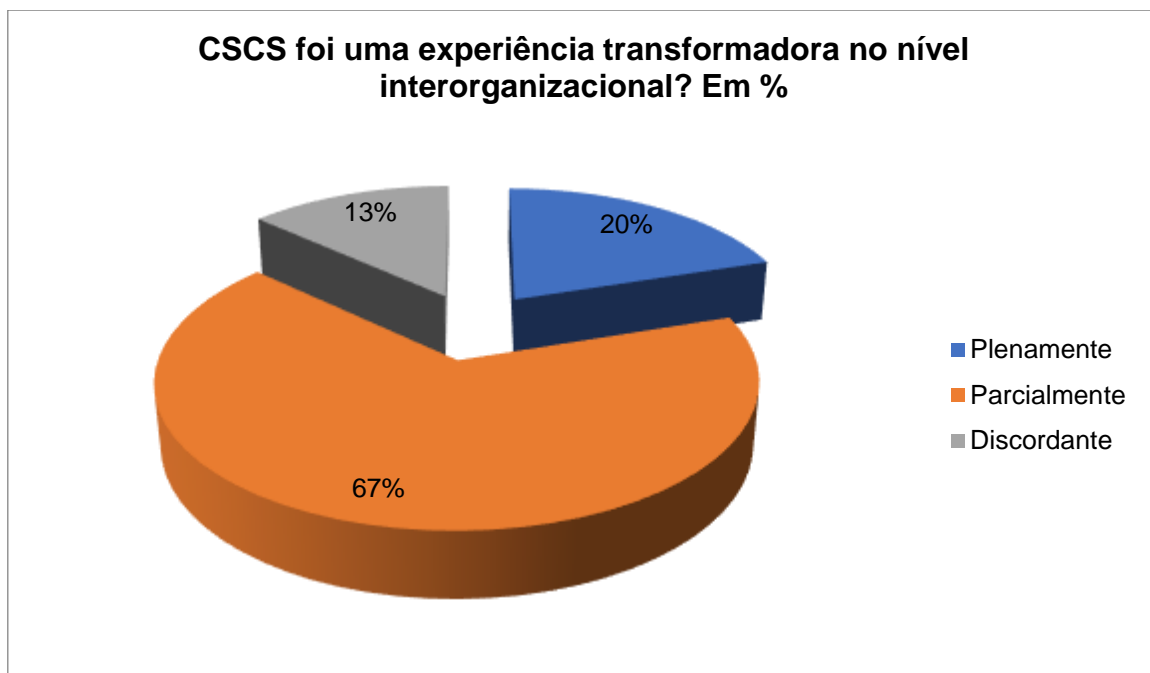
A maioria dos representantes de ONGs afirmou que a abordagem do CSCS não era nova para as próprias organizações. O que é realmente inovador é a realização dessas dinâmicas de aprendizagem em sinergia com o setor governamental (interface socioestatal). Ao mesmo tempo, apontam que a dimensão organizacional da aprendizagem

não foi suficientemente posta em prática, devendo ser consideravelmente reforçada.

1. *Encontro de experiências e trocas dentro do grupo, embora muito se tenha falado e pouco feito em campo. Isso é um pecado do ambientalismo em geral e mais ainda quando o vínculo é político. Descer e gerar processos transformadores é muito difícil para os atores que priorizam a dimensão política e discursiva. Quase todo o trabalho se esgota ali e há pouco poder transformador (Entrevistad@, 16).*
2. *Se a ideia, a proposta foi transformadora, as condições criadas, os encaminhamentos dados, muitas vezes não facilitaram. Não tivemos tempo e condições suficientes de implementar um processo que interagisse com as demais propostas trazidas para esta iniciativa, particularmente no que se referia às questões de pesquisa e de intervenção socioambiental na região, assim como as várias formas e graus de formação que se faziam necessárias para chegar aos vários atores sociais que se previa atingir (Entrevistad@, 1).*
3. *No caso argentino, muitas ONGs e personalidades resistiram muito a aderir a esse processo “socioambiental”, já que sua conformação conceitual era antes de tudo “anti-barragens” e os passos que foram dados em Itaipu com o Programa (Cultivando) “Água Boa”, eles mostraram tudo que tinha que ser feito e que era possível! Muitos colegas choraram ao ver tudo o que foi feito em “Água Boa”! E isso, sem dúvida, produziu algumas mudanças! (Entrevistad@, 17).*

4.1. Aprendizagem interorganizacional e biorregional

Gráfico 14: CSCS foi uma experiência transformadora em nível interorganizacional?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quando questionados se o CSCS foi uma experiência transformadora no nível interorganizacional: 20% “concordaram plenamente”, 66,7% “parcialmente”, e 13,3% “não concordou”.

1. *O CSCS possibilitou que grandes empresas como a Itaipu interajam e até dialoguem com setores com posições antagônicas às grandes infraestruturas. Houve uma*

- possibilidade de dialogar e estabelecer pontos de vista, sem necessariamente concordar com tudo. Foi algo inédito nesse sentido (Entrevistad@, 8).
2. No âmbito do Ministério, as interações ocorridas a partir do CSCS favoreceram, por exemplo, processos de cooperação bilaterais (Brasil/ Argentina – Brasil/Paraguai), bem como contribuíram com a formulação de ações no contexto do CIC-Plata, em especial no componente de Educação Ambiental, Comunicação e Participação Social do Programa Marco. No contexto subnacional também contribuiu com interações inter federativas especialmente nos processos formativos. Pode-se falar de um sentimento de pertencimento a um movimento, baseado em amizades e espírito colaborativo, talvez faltasse a parte das redes sociais para que isso ocorresse com maior intensidade na época (Entrevistad@, 3).
 3. Essas articulações ganharam vida própria para além dos limites temporários do CSCS e se consolidaram em ações conjuntas entre setores dentro e fora do país. Foram gerados compromissos e alianças pós-CSCS que facilitaram o trabalho conjunto no âmbito de outros projetos institucionais. Por exemplo, para articular ações no âmbito do CIC-Plata ou projetos entre áreas do mesmo Ministério. Estabeleceu-se uma área de trabalho comum e diálogo franco com os pares governamentais das áreas de meio ambiente, educação e água dos países membros. Foi uma oportunidade de articular ações no território com as instituições e organizações ambientais participantes, fortalecendo as ações que já vinham sendo realizadas e articulando novas propostas de acordo com um projeto comum definido coletivamente (Entrevistad@, 15).
 4. A interação e os vínculos construídos são um dos melhores legados da experiência do CSCS. Essas ramificações (desdobramentos) ainda não foram analisadas e compreendidas (Entrevistad@, 3).
 5. O CSCS definitivamente nos inspirou a adotar novas estratégias de relacionamento institucional, novas formas de atuação no território, para nos sentirmos parte da Tríplice Fronteira e da Bacia do Prata. Nos fez acreditar que é possível promover uma transição (no nosso caso no campo da agroecologia) por meio de uma rede plural de diversos atores. Considero que foi um grande laboratório dessa visão transversal e transdisciplinar e um exercício de como aplicá-la à nossa cultura institucional e prática acadêmica (Entrevistad@, 4).
 6. O CSCS apontava na direção de outro tipo de integração entre os povos, não apenas instrumental economicista. Uma integração baseada na construção de vínculos qualitativos entre os líderes de pensamento e a ação socioambiental em diferentes níveis. Mas nisso, por exemplo, o Brasil veio com um processo mais avançado de políticas públicas de educação ambiental, e com forte impulso para expandir essa mesma dinâmica em outros países. Nesse sentido, uma parte importante da aprendizagem consistiu na construção de um ambiente mais horizontal. Que um país maior e mais forte como o Brasil não imponha o caminho aos outros, mas que as coisas surjam de um diálogo horizontal entre irmãos da Bacia (Entrevistad@, 20).
 7. Foi uma verdadeira conquista reunir tamanha diversidade de atores e sustentar essa relação por muito tempo em um clima e na lógica horizontal de estar todos no mesmo nível; compartilhar os diálogos durante as viagens e almoços com os referentes do pensamento ambiental como Leonardo Boff, Enrique Leff ou Carlos Galano; criar um espaço que pense os processos de formação em termos da biorregião platina (Entrevistad@, 14).
 8. O CSCS começou a tecer uma rede muito grande de interações, que ainda hoje persiste de uma espécie de diálogo de saberes e ignorâncias, para além dos limites dos Estados nacionais, além dos silos de disciplinas acadêmicas, e os movimentos socioambientais além de suas causas particulares. Esses diálogos de saberes e ignorâncias colocaram em contato autoridades, personalidades do pensamento [...] Acadêmicos, ONGs e movimentos socioambientais, para repensar a região e os processos que nela ocorrem. Infelizmente, o processo desacelerou por falta de reflexão sobre os passos a seguir de acordo com os resultados que estavam sendo obtidos (Entrevistad@, 17).

Notou-se na fala de todos os protagonistas e sujeitos dessa pesquisa os termos

colonialismo e descolonialismo. O verbo colonizar tem implicações profundas no imaginário latino-americano. O verbo descolonizar indica a possibilidade real de se criar um novo mundo possível, factível e sustentável. Mudar o paradigma positivista institucional para um novo paradigma do cuidado é o grande desafio que se apresenta para os atores sociais no processo de Aprendizagem Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades sentidas, todos os interlocutores concordaram que, em nível geral, o CSCS continua a ser uma estratégia viável de transição para a “sustentabilidade eco cultural”. A abordagem biorregional desempenhou um papel importante no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identidade territorial (“visão compartilhada do futuro do território”), diluindo parcialmente as divergências nacionais, setoriais e partidárias. Neste sentido, a “nova cultura da água” como metáfora subjacente e “tema gerador” criou um *feedback* eco cultural muito positivo e duradouro.

Todos os entrevistados afirmaram que, no nível da “aprendizagem individual”, a sua participação no CSCS foi uma “experiência transformadora e inédita” que ajudou a “revisar as próprias ideias”, “reler o mundo”, “facilitar novos imaginários”, “ressignificar o modo de ser/estar no mundo”. No que se refere à “aprendizagem organizacional”, os interlocutores citaram inúmeras “experiências bem-sucedidas” de aplicação dessa abordagem aos seus respectivos cenários institucionais para “descolonizá-los”: “desaprender” certos padrões de discurso e ação e substituí-los por outros tipos de “discursos-práticas-rituais”, uma “mística colaborativa”, uma “racionalidade diferente, racionalidade plena”. No entanto, a maioria esclareceu que o “sucesso” dessas iniciativas não foi além da fase do projeto piloto e não teve tempo suficiente para levá-lo a um nível sistêmico.

Finalmente, no nível da “aprendizagem interorganizacional/territorial”, os entrevistados falaram de “pertencer a um movimento, baseado nas amizades e num espírito colaborativo que conseguiu criar um ambiente de confiança e compromisso entre atores heterogêneos”. Como exemplo ilustrativo, citam que as reuniões com as principais lideranças do movimento contra as barragens que foram realizadas dentro de uma barragem (Itaipu) e até mesmo facilitadas por seus funcionários. Para os entrevistados, as redes informais e transversais de amizade e “camaradagem intersetorial e transfronteiriça” que emergiram do CSCS constituíram um “capital social ainda ativo e que se multiplica espontaneamente”.

No entanto, a reativação formal e plena do CSCS como plataforma de

metagovernança biorregional requer de alguma forma “equilibrar os graves dilemas e contradições que afetaram sua resiliência”.

REFERÊNCIAS

GLASSER, H. **Minding the gap: the role of social learning in linking our stated desire for a more sustainable world to our everyday actions and policies.** Em: A. E. J. Wals , T. van der Leij (eds). Social learning towards a sustainable world. Principles, perspectives, and praxis, 35-62. Wageningen: WUR, 2009.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 22, p. 201-209, 2006.

KEMMIS, S., MCTAGGART, R., NIXON, R. **The Action Research Planner Doing Critical Participatory Action Research.** Singapore: Springer Science+Business Media, 2014.

SHORE, C., WRIGHT, S. **Anthropology of policy: Perspectives on governance and power.** London: Routledge, 2003.

WOODHILL, J. **Sustainability, Social Learning, and the Democratic Imperative: Lessons from the Australian Landcare Movement.** Em: C. Leeuwis, R. Pyburn (eds), Wheelbarrows Full of Frogs: Social Learning in Rural Resource Management, 317-331. Assen: Koninklijke van Gorcum, 2002.

CONCLUSÃO GERAL

A experiência do CSCS pode ser considerada um ensaio avançado de transição para um novo paradigma (“*paradigm blueprint*”) em termos de vislumbrar coletivamente uma nova abordagem ontológica, epistemológica e metodológica da governança biorregional policêntrica. O grau de ousadia e imaginação política desta iniciativa foi muito além das propostas desenvolvidas em outras partes do mundo, incluindo a Diretiva Quadro da Água da União Europeia. “Além”, principalmente no sentido de enriquecer a visão ecossistêmica mais positivista e tecnocrática com uma abordagem transcultural, transmoderna e relacional da “cultura da água”, das “epistemologias do Sul” e do aprendizado social freiriano. Tudo isto permite potencialmente mobilizar os recursos intangíveis dos territórios de forma mais eficaz.

Este ensaio não se tornou plenamente operacionalizado e institucionalizado como uma “nova arquitetura de prática” (“paradigma operativo”) em termos de:

- a) arranjo institucional (governança policêntrica horizontal);
- b) arranjo econômico (articulação e compartilhamento transversal e sinérgico de recursos);
- c) arranjo cultural e discursivo (cultura de aprendizagem baseada na complexidade

e no diálogo de saberes).

No entanto, como aponta Schon, essa sincronia entre mudança conceitual e mudança operacional é algo comum e não deve ser qualificada como fracasso (CARSON, et al., 2010; SCHON, 2010). Independentemente da conjuntura favorável e do desempenho da Itaipu como “aceleradora de partículas” na região da Bacia do Prata, era difícil esperar a institucionalização de uma proposta tão complexa em uma “janela de oportunidade” inferior a 4 anos.

Essa “janela” que havia facilitado uma abordagem tão ampla gradualmente começou a se fechar. A suspensão do Paraguai no Mercosul tornou-se um obstáculo intransponível para a continuidade do processo. A retomada foi ainda mais complicada com o golpe parlamentar no Brasil, que até então era o principal promotor de políticas públicas baseadas na aprendizagem social. Nesta nova conjuntura, a rede do CSCS sofreu uma implosão virtual e atualmente, o formato potencial futuro da plataforma está sendo rearticulado como parte desta investigação colaborativa.

Apesar das dificuldades sentidas, todos os interlocutores concordaram que, em nível geral, o CSCS continua a ser uma estratégia viável de transição para a “sustentabilidade eco cultural”. A abordagem biorregional desempenhou um papel importante no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identidade territorial (“visão compartilhada do futuro do território”), diluindo parcialmente as divergências nacionais, setoriais e partidárias. Neste sentido, a “nova cultura da água” como metáfora subjacente e “tema gerador” criou um feedback eco cultural muito positivo e duradouro.

Todos os entrevistados afirmaram que, no nível da **aprendizagem individual**, a sua participação no CSCS foi uma **experiência transformadora e inédita** que ajudou a **revisar as próprias ideias, reler o mundo, facilitar novos imaginários, ressignificar o modo de ser/estar no mundo**. No que se refere à **aprendizagem organizacional**, os interlocutores citaram inúmeras **experiências bem-sucedidas** de aplicação dessa abordagem aos seus respectivos cenários institucionais para **descolonizá-los: desaprender** certos padrões de discurso e ação e substituí-los por outros tipos de **discursos-práticas-rituais**, uma **mística colaborativa**, uma **racionalidade diferente**. No entanto, a maioria esclareceu que o **êxito** dessas iniciativas não foi além da fase do projeto piloto e não teve tempo suficiente para levá-lo a um nível sistêmico.

Finalmente, no nível da **aprendizagem interorganizacional/territorial**, os entrevistados falaram de **pertencer a um movimento, baseado nas amizades e num espírito colaborativo que conseguiu criar um ambiente de confiança e compromisso entre atores heterogêneos**. Como exemplo ilustrativo, citam que as reuniões com as

principais lideranças do movimento contra as barragens foram realizadas dentro de uma barragem (Itaipu) e até mesmo facilitadas por seus funcionários. Para os entrevistados, as redes informais e transversais de amizade e **camaradagem intersetorial e transfronteiriça** que emergiram do CSCS constituíram um **capital social ainda ativo e que se multiplica espontaneamente**.

No entanto, a reativação formal e plena do CSCS como plataforma de metagovernança biorregional requer de alguma forma “equilibrar os graves dilemas e contradições que afetaram sua resiliência”. Se seguirmos a metáfora do CSCS como um **software social** para coproduzir um senso de pertencimento e responsabilidade para ação coletiva em larga escala, existem **falhas** consideráveis que precisam ser resolvidas para evitar **travamentos do sistema operacional** no futuro. Em definitivo, a aprendizagem social vai além das **soluções** coletivas para os problemas **externos** (água, energia etc.). A água é apenas um **tema gerador** que conduz transversalmente ao todo.

Isso requer que se olhe simultaneamente:

- a) **para dentro** (com foco na capacidade de aprendizagem subjacente de nossas respectivas organizações);
- b) **para fora** (com foco na capacidade de aprendizagem dos territórios, reconfigurando as relações com outras **organizações de aprendizagem**, mediando entre diferentes “visões de mundo, linguagens, expectativas, e medidas de sucesso”).

Se tal reconfiguração cognitiva não for possível, a convergência em alguns tecnicismos menores, em longo prazo, não ajudará muito. A **meta-aprendizagem** exige **aprender sobre a aprendizagem**, questionar os pressupostos por trás das práticas estabelecidas. No caso do CSCS, isso só foi plenamente alcançado dentro do **espaço protegido** (mediado pela Itaipu), cujos participantes foram liberados das restrições e pressões de tempo e contexto.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. **A sociedade justa: uma perspectiva humana**. Rio de Janeiro:

Campus, 1996.

MATURANA, R. Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MATURANA R., Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias, habitat, vida, costumes, organização**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2002a.

MORIN, Edgar. **Amor, poesia, sabedoria**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.

APÉNDICE 1

Prezad@ Participante,

Você está sendo convidad@ a participar da pesquisa sobre a experiência do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata (CSCS) desenvolvida por Jair Kotz, doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), sob a orientação do professor Wilson Zonin.

O objetivo desta pesquisa é avaliar a experiência CSCS, respondendo à seguinte pergunta: **Até que ponto, a plataforma CSCS foi (ainda é) uma estratégia viável para promover a transição para a "sustentabilidade ecocultural," na biorregião da Bacia do Prata?**

Note-se que o período mais intenso de atuação do CSCS (2007-2012) foi muito curto para avaliá-lo em termos de cumprimento de objetivos de longo prazo (a transição para a "sustentabilidade ecocultural"). Tendo isso em conta, pedimos que compartilhe conosco as suas observações sobre o processo de incubação desta plataforma (2007-2012).

O questionário contém dois tipos de perguntas:

- Em caso de perguntas abertas, solicitamos um breve comentário personalizado.
- No caso de perguntas fechadas, você escolhe a resposta em uma escala de 1 a 3 que melhor reflete seu nível de concordância com a frase dada.

Consentimento a ser citado/a:

As informações fornecidas durante a entrevista serão tratadas de acordo com o nível de confidencialidade selecionado por você (marque a resposta):

- Aceito que minhas palavras possam ser citadas diretamente:

Sim / Não

- Aceito ser citado se meu nome não for publicado e for usado um pseudônimo:

Sim / Não

- Concordo que pesquisadores possam publicar documentos que contenham minhas citações: Sim / Não

Seção A - A CSCS como estratégia de aprendizagem e ação individual e coletiva

Do ponto de vista pessoal, você considera que a plataforma CSCS foi uma experiência transformadora?

1. Não concordo
2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Explique-nos por quê?

Do ponto de vista da organização que você representava na época, você considera que a plataforma CSCS foi uma experiência transformadora?

1. Não concordo
2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Explique-nos, como isso se refletiu na sua organização?

A participação no CSCS mudou a forma como sua organização interage com outros atores?

1. Não concordo
2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Explique-nos, como isso se refletiu nas relações interorganizacionais?

Em que medida a plataforma CSCS facilitou a articulação entre atores de diferentes setores e níveis?

1. Baixo
- 2 médios
3. Alta

Você pode dar exemplos de articulações bem-sucedidas?
Quais foram os principais obstáculos no processo de articulação?

A plataforma CSCS ajudou a "quebrar o gelo" e a criar um ambiente de confiança e compromisso entre os participantes de origens heterogêneas?

1. Não concordo
 2. Concordo parcialmente
 3. Concordo plenamente
- Você pode dar exemplos?

Em que medida a plataforma CSCS ajudou a desenvolver uma visão compartilhada em termos de convergência de objetivos e narrativas sobre o futuro sustentável da Bacia do Prata?

1. Baixo
- 2 médios
3. Alta

Você pode dar exemplos de convergências bem-sucedidas?

Você pode dar exemplos das maiores divergências?

Seção B - Recursos para a implementação do CSCS

A CSCS tinha a base necessária de recursos logísticos, humanos e financeiros para operacionalizar a plataforma no seu país?

1. Não concordo

2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Quais foram as principais fontes de recursos logísticos, humanos e financeiros para a CSCS em seu país?

Quais foram as principais dificuldades relacionadas à mobilização desses recursos?

O que deve ser mudado neste aspecto?

De onde idealmente deveriam vir os recursos logísticos, humanos e financeiros para iniciativas deste tipo?

No processo de implantação do CSCS os recursos intangíveis (culturais e simbólicos) foram considerados adequadamente?

1. Não concordo
2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Do seu ponto de vista, qual a importância dos recursos intangíveis nesse tipo de processo no contexto do seu país?

Seção C - CSCS no contexto nacional

A proposta do CSCS teve o forte apoio dos principais atores políticos no período 2007-2012?

1. Não concordo
2. Concordo parcialmente
3. Concordo plenamente

Que nível de ressonância e receptividade a proposta do CSCS alcançou entre os atores governamentais convidados (no seu país)?

1. Baixo
- 2 médios
3. Alta

Que nível de ressonância e receptividade a proposta do CSCS alcançou entre os atores da sociedade civil convidados em seu país?

1. Baixo
- 2 médios
3. Alta

Que nível de ressonância e receptividade a proposta do CSCS alcançou entre os atores convidados da academia (no seu país)?

1. Baixo

2 médios

3. Alta

Que nível de ressonância e receptividade a proposta do CSCS alcançou entre os atores da mídia convidados (no seu país)?

1. Baixo
2. Médio
3. Alta

Que ajustes devem ser feitos para melhorar a ressonância e a receptividade desse tipo de proposta no contexto de seu país?

Seção D - Percepção "Macro"

Em resumo, quais aspectos do CSCS você considera valiosos e relevantes?

Em resumo, quais aspectos do CSCS você considera ineficazes ou irrelevantes?

Você acha que o processo de CSCS deve ser retomado?

1. Não
2. Sim, mas em um formato diferente
3. Definitivamente sim (sem muitas mudanças)

Caso você tenha selecionado a resposta 2 (Sim, mas em um formato diferente), explique-nos quais devem ser as principais mudanças em relação ao formato anterior?

APÉNDICE 2

**ACTA DE LA SEGUNDA REUNIÓN DEL CENTRO DE SABERES Y CUIDADOS SOCIOAMBIENTALES DE LA CUENCA DEL PLATA
19, 20 Y 21 DE JUNIO DE 2007- PTI MARGEN IZQUIERDA – versión 27.06.07**

A los días 19, 20 y 21 de junio de 2007, se reunieron en las instalaciones del Parque Tecnológico de la Itaipu Binacional-PTI, los/las integrantes de la Comisión de Gestión y del Consejo Directivo del Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata para la segunda reunión, la inauguración oficial del Centro, las conversaciones sobre el proceso formativo, el portal de internet, entre otros asuntos.

Estuvieron presentes por las instituciones integrantes del Consejo Directivo y de la Comisión de Gestión:

Enrique Leff, del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible - Mexico
Nelton Friedrich, Director Brasileño de Coordinación y Medio Ambiente de Itaipu Binacional - Brasil

Jair Kotz, Gestor de Médio Ambiente de Itaipu Binacional – Brasil

Marcelo Alves de Sousa, Secretário Ejecutivo del Centro - Brasil

Marcos Sorrentino, representante del Ministério del Medio Ambiente de Brasil - Brasil

Rachel Trajber, representante del Ministério de la Educación de Brasil - Brasil

Ramón Vargas, Consultor Científico del Centro – Argentina

Moema Viezzer, Consultora – Brasil

Elba Stancich, de la ONG Taller Ecologista – Argentina

Sandro M. Martinez Porro, de la Fundación Parque Tecnológico de la Itaipu – Brasil

Silvana Vitorassi, de Itaipu Binacional – Brasil

Elisabeth Carlucci Sbardelini, Consultora – Brasil

Roseli Bernardete Dahlem, del Programa de Formación de Educadores Ambientales - Brasil

Oscar Rivas, de la ONG Sobrevivência – Amigos de la Tierra – Paraguay

Manuela Fernandez, de la Secretaria de Médio Ambiente y Desarrollo Sustentable – Argentina

Maria del Luján Jara, de la Dirección del Médio Ambiente – Uruguay

Isabel Gamarra de Fox, de la Secretaría del Medio Ambiente – Paraguay

Marlene Curtis, de Itaipu Binacional – Brasil

Ada Rivas Escobar, de Itaipu Binacional – Paraguay

Ibis Marta M. Sanchez, de Itaipu Binacional – Paraguay

Julio Martin Vidal, de Itaipu Binacional – Paraguay

Maria Elena Ecobar, de Itaipu Binacional - Paraguay

Roberto Salviani, representante de la Universidad Federal de Rio de Janeiro – Brasil

Día martes, 19 de junio de 2007

Jair Kotz, abrió la reunión informando que el CIC no podría participar porque el Comité aun está sin Secretario General. El Comité solicitó que hagamos la reunión sin su participación. El Gestor informó también que no fue posible organizar el viaje para la representante de Bolivia, ya que recibimos el nombre de su representante solamente el 18 de junio, un día antes del evento y los vuelos desde La Paz pasan por Santa Cruz y Sao Paulo y llevan cerca de 12 horas para llegar en Foz. Todos confirmaron la necesidad de contar con la participación formal de Bolivia. El Gestor informó de la necesidad de se avanzar en relación a la formación de la personalidad jurídica del Centro, pero la ausencia de CIC no ha permitido que avancemos en este tema. Se informó que la página de internet del Centro será presentada el día 20

y que se cree conveniente su diseño como Portal, pues ello permitirá mejorar la utilización de recursos informáticos tanto para la capacitación como para las videoconferencias, intranet etc.

Ramón Vargas, presentó la propuesta des Curso de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata, dando énfasis en las características socioambientales de cada país. La población objetivo propuesta es que el 50% de los participantes sean de la sociedad y de las comunidades tradicionales y 50% del gobierno, con cerca de 12 participantes por país y la posibilidad de aumentar este número. La propuesta sugiere que el programa tenga como ejes orientadores el siguiente: El agua como tema generador, la cuenca como territorio operacional, el pensamiento y la ética ambiental como marco conceptual de la acción, la educación ambiental como movilizador social y la construcción colectiva de acciones y de organización. El curso propuesto deberá estar en los 5 países miembros de la cuenca, con al menos un módulo en cada país. El programa de formación será compuesto de seis módulos, cada uno con un título principal: Módulo 1: La Cuenca, con informaciones generales sobre la cuenca; Módulo 2: Saberes Socioambientais, con un piso común sobre los saberes socioambientales; Módulo 3: Agua y Sociedad, Módulo 4: Ética del Cuidado Y Ciudadanía Ambiental, Módulo 5: Economía Ecológica y Sustentabilidad, con una visión económica de ecología, los impactos en la calidad del agua y los recursos naturales asociados; Módulo 6: Acción Socioambiental, con énfasis en las acciones a realizarse en la Cuenca. La propuesta presentada sugiere que los coordinadores y los tutores sean representativos de los 5 países. Se propone que los participantes del Curso hagan estudios sobre los problemas ambientales en sus países, individualmente o en grupos. El Curso contará con actividades presénciales, videoconferencias y trabajos individuales y de grupo. El material bibliográfico que se propone de los distintos autores se encuentra en distintas bibliotecas virtuales de las instituciones participantes, cómo los trabajos de Enrique Leff, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Water Penque, Rayen Quiroga, Antonio Elizalde y otros. Se solicitó sugerencias de otros autores de los países miembros de la cuenca. Todos los autores sugeridos tiene sus trabajos disponibles en la internet, en la biblioteca virtual del PNUMA y informó también de la necesidad de incluir temas importantes de las comunidades tradicionales, que están disponibles en sitios de la internet.

Jair Kotz informó sobre los estudios y tecnologías disponibilizados por PTI y solicitó a Sandro Martinez que exponga sobre las facilidades del PTI.

Sandro Martinez ha sugerido que se utilice las tecnologías disponibles en la Fundación Parque Tecnológico de la Itaipu, cómo las salas de vídeo conferencias e que las discusiones sean hechas via el portal del Centro e informó de la necesidad se recibir nuevas informaciones y tecnologías de los países miembros. En síntesis se pueden realizar con los recursos existentes: videoconferencias, presentar los trabajos en formato de videos; los trabajos pueden estar disponibles antes de cada módulo; el Portal permite la interconectividad; también existe la posibilidad de fonoconferencias. La idea del PTI es que este cuente con un grupo de especialistas en tecnologías educativas utilizando los recursos informáticos y la educación a distancia.

Jair Kotz ha sugerido que pensemos en el público final para saber exactamente cual es la tecnología necesaria.

Ramón Vargas Ante una pregunta se aclara que la propuesta propone 2 días para encuentros presénciales y que en cada módulo, a partir del segundo, cada país presenta su visión sobre las cuestiones ambientales, en el primero día; y que se hagan presentaciones sobre temas específicos, en grupo o individuales, en el segundo día. Se propone que la jornada presencial de dos días tenga 8 horas de duración por día.

Jair Kotz ha sugerido que los encuentros tengan una semana de duración para aprovechar más los encuentros y para compensar los esfuerzos de la gente que viene de tan lejos.

Elisabeth Sbardelini ha sugerido que los contenidos del proceso formativo sean incluidos el marco conceptual del Pensamiento Sistémico o del Novo Pensamiento y la Educación Ambiental tan presentes en la propia concepción del Centro.

Marcos Sorrentino sugiere que los objetivos del programa estén más claros para después se analice la metodología a aplicar. Enfatizó que el curso es más un paso para la mejoría socioambiental en la Cuenca del Plata, y contribuir para el empoderamiento de programas nacionales de educación ambiental considerando las diferencias de cada país, con el objetivo de se hacer alianzas para romper fronteras. Marcos ha sugerido pensar en las 5 dimensiones de la propuesta de Ramón Vargas y que la carga horaria deberá ser de 60 horas por módulo (20 horas presenciales y 40 horas en actividades), siendo 22 horas de vivencias de los problemas y 38 horas trabajando de forma virtual. El sugiere 60 personas por país, con 2 encuentros presenciales para todas las 300 personas (60 por país x 5 países) uno al inicio y otro al final. Marcos considera necesario de 6 a 10 tutores en cada país (un tutor para cada 10 personas). Los tutores de cada país tienen que hacer un diagnóstico de su país y cambiar informaciones con los tutores de los otros países. Según Marcos hay la necesidad de tener una certificación (PNUMA, Universidades). El ha sugerido también la necesidad de tener un coordinador por módulo (cada país coordina un módulo en todos los otros países) y ha sugerido que el representante de las Naciones Unidas, Enrique Leff, ayude a Bolivia con su módulo.

Manuela Fernandez manifestó su acuerdo con las sugerencias de Marcos Sorrentino Sorrentino y manifiesta la necesidad de avanzar en la definición de aspectos operativos y cuantitativos para evaluar en el plenario la viabilidad de la implementación del proceso de formación en la Cuenca. Asimismo, y a modo de pregunta sugiere, con relación a los destinatarios de la propuesta de formación, que sean excluidas las universidades del 50% correspondiente a organizaciones no gubernamentales, por cuanto ya se encuentran incorporadas en el otro 50% (organizaciones gubernamentales).

Isabel de Fox ha evidenciado las debilidades de los gobiernos, en el ámbito nacional, provincial y de las municipalidades de Paraguay en capacitación de personal, sobretodo de profesores y de la necesidades de se trabajar más con la comunidad do que con el medio académico.

Oscar Rivas manifestó la necesidad de se pensar más sobre lo que esperamos de los objetivos del programa de formación, sobre lo que esperamos para después del programa de formación y sobre quién estará interesado en el programa. Según Oscar, hay que definir los sujetos del programa.

Rachel Trajber informó que es interesante considerar que los sujetos participen de la construcción del portal de internet, que los objetivos del programa sean claros y que después de esta clarificación se piense en el programa. Según ella hay que pensar en las cuestiones presenciales y a la distancia. La cuestión presencial puede ser solamente con los tutores. Es importante la certificación de una institución formal de enseñanza y/o de un ministerio. Ella propone se piense en la pedagogía de los cuidados y de los saberes y no en un curso de cuidados y saberes y que esa pedagogía considere el ambiente donde las comunidades viven (las nacientes, los ríos y las cuencas).

Ramón Vargas informó que el ha pensado en un curso porque esto está de acuerdo con la primera acta y que en la segunda acta hay la referencia a un seminario. El sugiere juntar los tutores escogidos en los países para detallar los módulos, respetando los 5 ejes (1. el agua como tema generador, 2. la Cuenca como territorio operacional, 3. El pensamiento y la ética ambiental como marco conceptual de la acción, 4. La educación ambiental como moviliza-dora social, 5. La construcción colectiva de acciones y organización).

Rachel Trajber sugiere la construcción de varios menús de cursos específicos para los programas a distancia.

Enrique Leff se pone a la disposición para dar su contribución para el desarrollo del proceso.

Moema Viezzer sugiere que se detalle más los actores sociales que deberán ser involucrados y que haga más participación de los medios de comunicación de todos los países; que se defina mejor los objetivos; que la participación presencial sea mayor y que sean incluidos temas-clave tal como: “Investigación-Acción Participativa aplicada a las cuestiones sócioambientales” “Métodos y técnicas de gestión para casos de conflicto ambiental” y “Relaciones de Equidad”. Ella sugiere que sean diagnosticados las acciones de educación ambiental que ya existen en los países de la Cuenca y que sea creado un banco de datos audiovisuales de la Cuenca del Plata para disponibilizar y compartir. Pide capacitar en las Tecnologías de la Información (TICs).

Oscar Rivas sugiere que cada tema tenga una semana de participación presencial, que los módulos presenciales sean itinerantes, mezclando todos los participantes para que lleguemos a un denominador común y se haga primero un curso de formación para los tutores y después para los alumnos.

Enrique Leff sugiere que es esencial que los tutores tengan participación presencial, mientras los profesores pueden dar clases utilizando las vídeo conferencias.

Ramón Vargas pregunta qué tipo de formación los tutores tienen de tener y cuál son los criterios utilizados para seleccionar los tutores.

Elba Stancich pregunta cómo se aplicará la práctica de los saberes y cuidados en el ámbito del programa de formación, cuál será el proceso selectivo para los interesados y que se incluya el programa temas sobre modelos y prácticas sobre transporte y energía junto con los temas ambiente y educación.

Ada Escobar está de acuerdo con Elba con relación a cómo se realizará el proceso selectivo de los interesados. Apoya también a Moema en cuanto a trabajar más con los medios masivos de comunicación y agrega que hay una Red de Comunicadores Ambientales del America Latina y el Caribe, y en Paraguay hay representante de esa Red. También apoya a Oscar Rivas en cuanto a buscar un denominador común. En este sentido, sugiere que el programa de formación incluya el tema Percepción Ambiental, que permita desconstruir y volver a construir los conceptos ambientales para lograr así un lenguaje común, comenzando primero con los tutores y después con los alumnos.

Silvana Vitorassi sugiere que se utilice el modelo del programa FEA (Formación de Educadores Ambientales) para alcanzar los objetivos considerando las diferencias regionales y los diferentes participantes (empresarios, indígenas etc) y valorizando y considerando las diferencias de cada país.

Moema Viezzer sugiere que el Centro se llame Centro de Nuevos Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata. Ella llama la atención sobre la necesidad de incluir las universidades para que ellas comprendan la idea del Centro. La idea es de juntar nuestras ignorancias para se crear los nuevos saberes. Hay que incluir los intendentes (alcaldes, prefectos) y concejales en el contexto del saber académico.

Jair Kotz informa que el espíritu del Centro deberá llevar en cuenta no solamente el saber pero también hacer con que los saberes lleguen a la comunidad y que sean reproducidos.

Oscar Rivas propone que sea incluida una estrategia de comunicación para aumentar los actores y trabajar las relaciones de igualdades, equidades y justicia social.

Enrique Leff propone que el Centro tiene una visión vanguardista en el sentido del nuevo saber para orientar nuevas formas de participación y de gestión colectiva. A partir del no saber y de la ignorancia hay que incluir el saber tradicional y las buenas prácticas para llegar a la ética, a la razón y a la interdisciplinariedad para que lleguemos a las nuevas acciones y prácticas innovadoras. A partir de este punto inducir al manejo común de la cuenca para lograr acuerdos entre los grupos sociales y analizar las distintas visiones de los indígenas, de los empresarios, de los políticos y de la sociedad. Hay que pensar en una manera de convertir las ideas del programa de formación en acciones.

Día miércoles, 20 de junio de 2007

Silvana Vitorassi presentó el programa de Formación de Educadores Ambientales – FEA con debates y cambio de informaciones sobre el programa.

Marcos Sorrentino há hecho consideraciones sobre la sintonía del FEA con el Centro de Saberes y Cuidados Sociambientales de la Cuenca del Plata y de la necesidad de incluir los actores de las políticas públicas, todos los que fueran marginalizados en el proceso, desde los sectores populares que están en la margen de las políticas públicas hasta los agentes de políticas públicas propiamente dichos. Habló también de la necesidad de transformar las escuelas en colaboradoras en lo que se refiere a la educación popular. Según Marcos, hay 3 problemas: institución de la sustentabilidad, énfasis en la visibilidad del proceso y la sistematización. Hay aún un cuarto problema que es la calificación sistemática del proceso y del propio educador ambiental. Hay también la necesidad de establecer un compromiso permanente en la formación de los educadores ambientales. Hay que se construir un Centro aliado a los desafíos de comprometer el proceso de educación en los 5 países y fortalecer y aumentar los encuentros de los grupos de gestión y de dirección. Marcos ha sugerido que la Fundación Parque Tecnológico de la Itaipu invita todos los colaboradores para instalar salas de vídeo conferencias para simbolizar y facilitar el compromiso del Centro con los colaboradores. Según Marcos, la UNESCO y el PNUMA tienen hecho muchos esfuerzos para juntar especialistas internacionales para acciones locales. El Centro podrá emponderar estas acciones de educación ambiental local.

Enrique Leff elogió la metodología del FEA con el compromiso de formar ciudadanía. Según el, lo que pasa en el campo de la educación ambiental es que ellas están concentradas en la formación de especialistas. Esta educación debe estar concentrada también en las comunidades más pequeñas, considerando los problemas locales y los impactos en las políticas públicas de las municipalidades. El movimiento social de educación en América Latina es ejemplo para el mundo pero hay que aumentar la gestión participativa de los recursos naturales, sobretodo la agua. El insiste en la idea de formación de formadores por el Centro, con participación de todos los países miembros.

Elisabeth Sbardelini consideró que el Programa de Formación de Educadores Ambientales sea considerado una matriz y una experiencia de referencia para la realidad y para el momento histórico brasileño; cada país podrá construir su propio diseño, orientado naturalmente por la plataforma conceptual de valores del propio Centro.

Isabel de Fox apoya Leff y considera que Brasil está adelantado en lo que se refiere a la inclusión social y a la formación de educadores ambientales. El Paraguay, según Isabel, está se esforzando para tratar el tema ambiental junto con la Secretaria del Ambiente y el Ministerio de Educación del país, como en el Brasil. El Centro tiene el compromiso de ofrecer disponibilidad física para dar seguimiento a los compromisos del programa de formación.

Jair Kotz informó sobre las conversaciones entre el Brasil y el Paraguay para constituir grupos de trabajo en agroenergía, desarrollo territorial y saneamiento animal, incluyendo la educación ambiental.

Isabel de Fox informó que la responsabilidad sobre el ordenamiento del ambiente en Paraguay está con la Secretaria del Ambiente.

Maria del Lujan Jara habló de la necesidad de una comunicación más fluida. Los temas del Centro deben ser formalizados junto al CIC y a los Ministerios del Medio Ambiente de los países por razones de burocracia en los distintos países para que los países tengan el compromiso de continuidad del proceso. Ella quiere llevar el proyecto detallado del FEA para el Uruguay.

Ella ha hecho aporte en el primer día, apoyando la participación de los gobiernos locales en el proceso. Además manifestó que estaban sorprendidos por una larga pausa en la comunicación que hubo en este tiempo, en la cual los Ministerios no recibieron comunicación alguna de la marcha del proceso. También dije que si hubiesen tenido el proyecto del curso con anticipación habrían traído algunas otras propuestas. Reafirmó el concepto de que

tenemos que respetar la diversidad de los países y los propios tiempos de cada uno de ellos. En cuanto a que los puntos focales tienen mucho trabajo, lo que reafirmó es que además de este proceso que están apoyando, el del Centro de Saberes, los puntos focales tienen múltiples tareas de responsabilidad en sus organismos y por tanto no estamos full time para esto, lo que atenta con Intra la brevedad en las definiciones en la interna. También agregue en algún momento que no todos los países (Uruguay entre ellos) pueden asegurar que contarán con una Sala de Audio en forma inmediata.

Jair Kotz informa que con la constitución de la secretaria ejecutiva del Centro las formalizaciones y la continuidad de los procesos serán más fluidos.

Enrique Leff, en este sentido, informó que el Centro fue constituido en noviembre de 2006. Ahora debemos analizar lo que falta para las consultas oficiales para concretizar el Centro.

Manuela Fernandez informa que el Punto Focal de Argentina comunicó y puso a consideración de las autoridades toda la información producida en el 2006 sobre la creación del Centro. Al respecto y debido a la ausencia de toda comunicación en el periodo noviembre 2006 - junio 2007, manifiesta la necesidad de dar cuenta de la vigencia de la iniciativa a las autoridades de su país y recomienda definir mejor los objetivos, los destinatarios y el proceso gradual de formación, de selección y participación (formador de formadores, tutores y alumnos).

Jair Kotz sugiere que hay que incluir el tema de la economía ecológica en el programa. Hay también que tener cursos temáticos, de verano y de invierno, incluyendo temas sobre los conocimientos tradicionales. Hay que tener publicaciones, buenas prácticas y concluir los temas referentes a las firmas ministeriales en los documentos para concluir el proceso formal con el Centro. Si fuera necesario tenemos de ir hasta los países para ayudar a concluir los acuerdos.

Isabel de Fox confirma el apoyo de la secretaria del Ambiente de Paraguay en lo que concierne al Centro.

Jair Kotz informa que hay que discutir las estrategias para el convencimiento de los ministerios junto al CIC para concluir la formalización del Centro en todos los países. Hay que pedir apoyo al CIC ya que el Comité es el órgano de conexión con los países en lo que concierne a la cuenca. Según él, hay que hacer esfuerzos en los Ministerios del Ambiente de los países para que ayuden a incluir los Ministerios de Educación en el proceso del Centro.

Maria del Lujan Jara informa de la necesidad de fortalecer las relaciones junto a los Ministerios de Relaciones Exteriores. El PNUMA tiene mucha fuerza de persuasión junto a los Ministerios y podrá ayudar en este sentido. Ella también cuestiona las fechas propuestas, recuerda que los puntos focales tienen mucho trabajo y pregunta si será posible lograr todo que se proponen hasta al fin del año. Que hay cosas que dependen del grupo del Proceso Formativo, con el cual no ocurrieron diálogos sobre el cronograma.

Jair Kotz informó que la fecha propuesta para noviembre fue pensada para que los participantes del Centro puedan participar del Encuentro de Cultivando Agua Buena. Este tema será trabajado con más detalles por el grupo del Proceso Formativo.

Manuela Fernandez sugiere que la Comisión de Gestión y el Consejo Directivo del Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata, conjuntamente con el PNUMA, eleven notas al CIC y a los Ministerios/Secretarías de Ambiente de los países miembros, comunicando e informando el estado de avance del mismo.

Marcos Sorrentino informa que todavía él no ha dialogado con la Ministra del Medio Ambiente de Brasil sobre el Centro porque aún estamos en el proceso de discusión. Hay que materializar el Centro y insistir en el tema de las salas de video conferencias para facilitar los encuentros. El Centro tiene 3 actores: la sociedad, el Ministerio del Medio Ambiente y el Ministerio de la Educación. Se tendrá que incidir en los Ministerios de Relaciones Exteriores para concretizarse en los 5 países. Los Ministerios de Relaciones Exteriores pueden cooperar para acompañar y facilitar este proceso.

Enrique Leff informó que la Bolivia está muy interesada en formalizar su participación en el Centro.

Moema Viezzer sugiere que los Ministerios del Medio Ambiente, de Educación y de Relaciones Exteriores formalizem la participación en el Centro. Debemos también incluir las ONGs de manera formal.

Jair Kotz informó que el Centro tiene personalidad jurídica internacional, con apoyo del PNUMA. Informó también que el CIC está con dificultades porque los países no aportan los recursos financieros. El Centro tiene que tener compromisos reales de los gobiernos. El acuerdo ya existente permite la operacionalización.

Moema Viezzer sugiere que hagamos un seminario sobre nuevas metodologías y prácticas de gestión de cuencas con otras regiones del planeta.

Isabel de Fox sugiere que sea incluido en las actividades estratégicas el tema “gestión ambiental” y aumentar el acervo de las bibliotecas de los 5 países.

La página de internet del Centro fue presentada, recibió sugerencias y un grupo de discusiones fue constituido, con Marcelo, Elba, Oscar Maria Elena y Rachel. Este grupo ha hecho las siguientes consideraciones recogiendo el debate realizado.

A) Estructura de alimentación centralizada

1 [nombre.org](#)

1.2 Links para lenguas Español, Português, English

1.3 Presentación con link para histórico (con acuerdos, fotos, pactos)

1.4 Objetivos

1.5 contactos con links para secretaria ejecutiva, para o consejo gestor y para comité directivo y la dirección del Centro.

1.6. La Cuenca del Plata (link con informaciones técnicas, fotos de la cuenca, legislación, proyectos en ejecución)

1.8 Sistema de prevención y alerta de los ríos Paraguay, Uruguay y Parana

1.9 Contador

1.10 Buscador

1.11 Logomarca dos idealizadores (PNUMA, CIC, FPTI e IB)

1.12 Banderas de los 5 países con links para los aparceros nacionales (ejemplo, en la bandera de Brasil habrá links para MMA, MEC, ONG brasileñas)

- Contenidos de la estructura

El deberá ser más corto y con denominación .org para quedar internacional

Ponemos 3 ventanas verticales en movimiento (noticias, agenda y buenas practicas)

Criterios para el contenido (definir categoría de copyright)

B) Estructura dinámica (alimentación colectiva)

1. Colectivos Educadores (sujetos, actores)

PAPs

Tutores / Centros Satélites

Enseñanza formal (niveles y modalidades)

Comunidades

Gestores municipales

Consejos de Cuencas

2. Pedagogía de las aguas (módulos de formación, presenciales y a distancia)

Cuenca del Plata: nuestro territorio

Educación Ambiental / Acción Socioambiental

Saberes socioambientales

Gestión

Saneamiento

Sociedad

Economía e Comercio

Ética e Ciudadanía

Biodiversidad

3. Menús de PAPs

Ejemplo de PAP1

Documentos planetarios. Links para Carta de la Tierra, Agenda 21 etc

Entrevistas, midiateca, videoteca, fotos, sonidos

Chats con tutores

Cursos

Publicaciones (del Centro, etc)

Links sugeridos (radio agua, revista polis, redes etc) Metodologías apropiadas

Proyectos y Acciones

1.13 Buenas prácticas en desarrollo sostenible y temas críticos o “ejerciendo la sustentabilidad”

Midiateca virtual

Publicaciones documentos, pactos

Cursos presenciales / EaD..

4. Fondos de Fomento a proyectos (internacionales, nacionales, regionales, autoridades locales, empresariales)

Colaboraciones estratégicas

Certificaciones

C) Estructura comunicacional y de interactividad

Chats

Foros

Blogs

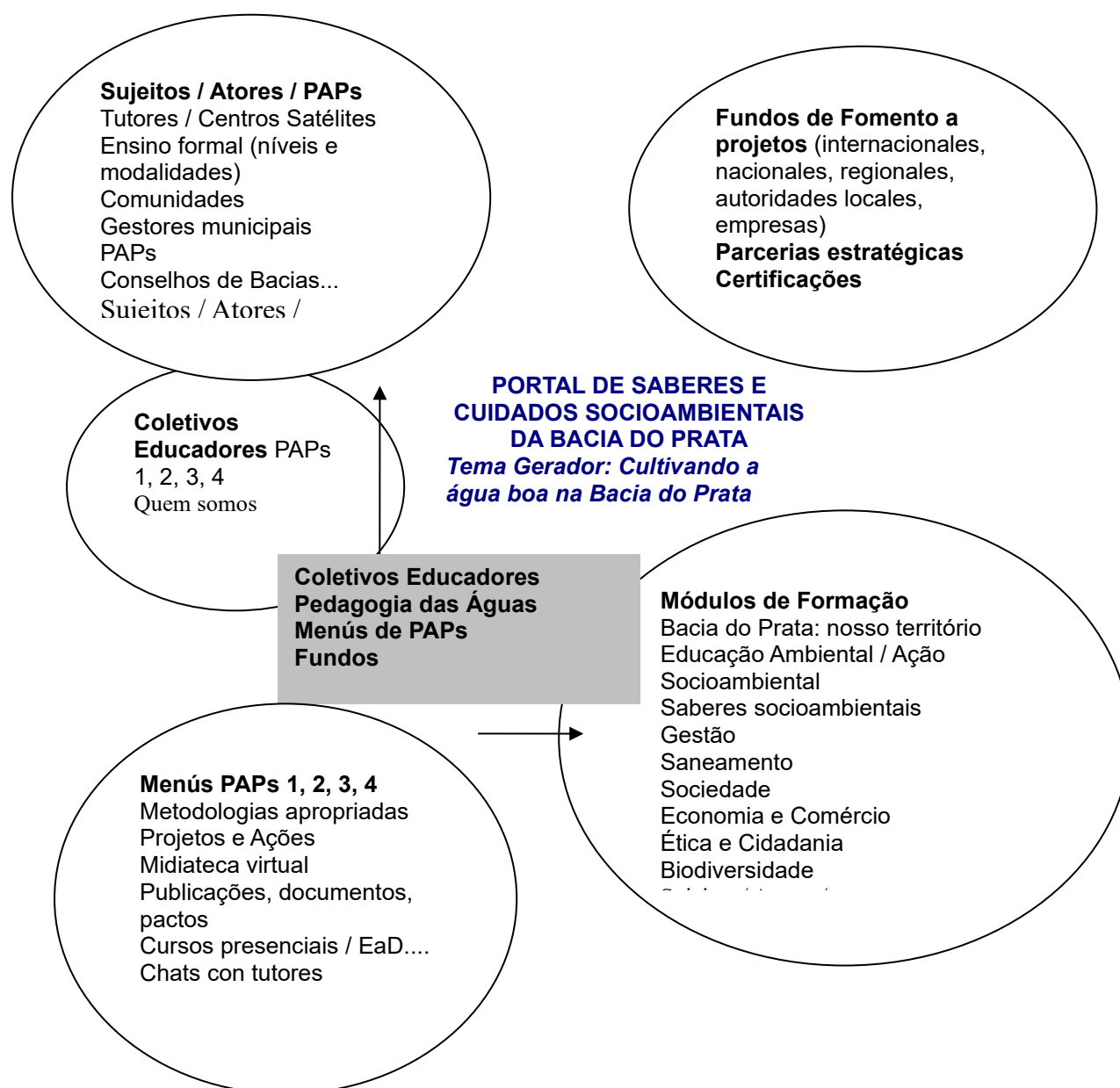
Entrevistas on line

Etc.

D) Estructura administrativa y de gestión (interna de acceso limitado)

Documentos en construcción

Memoria de reuniones



Nelton Friederich expresa que el Portal debe ser la cara y el alma del Centro, tanto en forma como en contenido. Debe traducir inmediatamente la personalidad y el contenido del Centro. La supervisión es fundamental para garantizar una coherencia en el contenido.

Oscar Rivas Puntualiza: 1) debe ser sexi; 2) debe estar presente la sociedad civil; 3) Debe reflejar la ciudadanía de la Cuenca; 4) el nombre es muy importante; 5) debe ser una construcción colectiva; 6) tiene que ser convidativa; 7) tiene que tener mecanismos de intranet; 8) contener la posibilidad de blog, para expresar opiniones y producir debates abiertos; 9) involucrar a los medios; 10) ser interactivo; 11) reflejar los roles de los aparceros; 12) debe contener mapas interactivos.

Manuela Fernández propuso efectuar una presentación de página web inicial breve, suscita, rica en imágenes sobre la cuenca a modo de diagnóstico visual y testimonial de actores clave que manifiesten: ¿Cuáles son las Condiciones Socioambientales de la Cuenca del Plata? ¿Qué Objetivos tiene el Centro de Saberes y Cuidados ...? y ¿Qué actividades

se propone y acuerda realizar? Por ejemplo, comenzar con un mapa de la cuenca con links territoriales desde donde se pueda acceder a imágenes sobre la diversidad socioambiental, mostrar la criticidad ambiental de la misma y la necesidad de actuar. Luego continuar con la presentación con los contenidos propuestos por Raquel para el Portal, en cuanto a sujetos/actores/fondos/colectivos/menú de pedagogías de los saberes y cuidados del agua/actividades de formación y materiales

También se recibieron otras sugerencias que han sido recogidas en el trabajo de grupo.

Proceso formativo

El grupo de discusión del proceso formativo (Moema, Elisabeth, Silvana, Marcos Sorrentino, Oscar, Manuela, Isabel e Maria Jara) presentó las siguientes propuestas:]

Objetivo General:

Contribuir para que los objetivos generales y específicos del Centro sean alcanzados por medio de procesos formativos que contemplen los principios y valores de los documentos planetarios, particularmente la Carta de la Tierra y el Tratado de Educación Ambiental para Sociedades Sostentables y Responsabilidad Global.

Objetivos específicos:

1. Propiciar el delineamiento participativo de un Programa de Educación Ambiental de la Cuenca del Plata en concordancia con el Programa de la Red de Formación Ambiental del PNUMA
2. Contribuir al fortalecimiento de programas y sistemas nacionales de Educación Ambiental, partiendo de los principios del Centro;
3. Contribuir a la formación continua de educadores y educadoras socioambientales de todos los sectores a diversas escalas de los países de la Cuenca del Plata;
4. Desarrollar métodos y prácticas educativas socioambientales innovadoras y producir/compartir/diseminar materiales que puedan subsidiar procesos educativos para los Actores Sociales de la Cuenca del Plata.

Sujetos participantes

Gestores y Líderes socioambientales que serán formados para actuar como formadores de nuevos educadores y educadoras socioambientales.

Estos sujetos serán representativos de diversos Actores Sociales. Por ejemplo: Organismos del poder público (ejecutivo, legislativo, judicial), desde el nivel nacional al local. Organizaciones de la Sociedad (organizaciones profesionales, cooperativas, sindicatos, movimientos sociales, ONGs, otros). Grupos de poder económico (Bancos, Industrias, Industrias agropecuarias, Comercio). Instituciones del Saber institucionalizado (desde las escuelas de educación básica hasta universidades y centros de investigaciones). Medios de comunicación (escrita, audio, visual y electrónica).

El perfil de los sujetos participantes contemplará siempre la equidad de género, raza/etnia, generaciones, área rural/urbana.

La continuación se detallan los temas de lo que falta trabajar:

- Hasta julio, por blog o por e-mail
- Julio (el 19 y el 20/07 o el 24 y el 25) – encuentro presencial
- Agosto - trabajo a distancia
- Septiembre – trabajo presencial

Referencia: Elisabeth Sbardelini

1. Productos

1. La acción concreta del formando durante y después el proceso educativo
2. Materiales innovadores producidos y utilizados
3. Proceso educativo sistematizado y disponibilizado a los participantes

Indicadores

- 1
- 2
- 3

Instrumentos de construcción colectiva

1. Agenda básica
2. Hoja de ruta
3. Contenidos prioritarios comunes y optativos

4. Diseñadores de módulos

Perfil, formación, cantidad, costos

5. Tutores: Perfil, formación, cantidad, costos

- 3.1 Ejes transversales metodológicos
- 3.2 Diálogos con la realidad local
- 3.3 Diálogos referenciales bibliográficos
- 3.4 Diálogos con el tutor y los educandos/as
- 3.5 Sistematización de los conocimientos construidos, relatando las acciones y reflexiones desarrolladas durante el modulo y apuntando la continuidad de la intervención.
- 3.6 La problemática de la equidad de género (en la cosmovisión, las practicas educativas, el lenguaje, otros). Presentación de alternativas de métodos y técnicas para el trabajo del modulo especifico
- 3.7 Estimulo a la participación y el control social
- 3.8 Estimulo para desarrollar la educación ambiental permanente, continua, articulada y con la totalidad de los habitantes de la base territorial donde la persona actúa.

Pregunta: I. Quién podrá dar la formación socioambiental a los webdesidners? Cuándo y cómo?

Propuesta: El grupo del proceso formativo necesita de una próxima reunión presencial para concluir este proceso.

Data sugerida: 19 e 20 de Julio o 25 e 26 de Julio

Oscar Rivas y Elba Stancich, expresaron que se sienten representativos de la sociedad civil pero no están participando en esta reunión en calidad de representantes.

Jair Kotz enceró la reunión presentando los documentos finales sobre la estrategia para la estructuración política del Centro, para el Comité de Gestión y para el Plan de Trabajo, que fueron aprobados. Presentó también a Marcelo Alves de Sousa como el Secretario Ejecutivo del Centro. Concluimos que vamos a pedir al PTI detalles sobre las salas de vídeo conferencia para sugerir que ellas sean instaladas en los Ministerios del Medio Ambiente de todos los países miembros de la Cuenca.

APÉNDICE 3



**CENTRO DE SABERES Y CUIDADOS
SOCIOAMBIENTALES
DE LA CUENCA DEL PLATA**

PLAN DE ACCIÓN

2011/2012

BORRADOR

1. PRESENTACIÓN Y JUSTIFICATIVA

LA ITAIPU Binacional, empresa constituida por el Brasil y Paraguay, en el contexto de su nueva misión desarrolla, desde el 2003, un programa de gestión socioambiental y responsabilidad social denominado Cultivando Agua Buena, en el Área de Influencia y otras áreas de interés para la Entidad.

El programa fue concebido en coincidencia con las políticas públicas de los Gobiernos, además de conceptos y valores de Documentos Planetarios, tales como: Carta de la Tierra, Agenda 21, Metas del Milenio, Protocolo de Kyoto y Tratado de Educación Ambiental para sociedades sustentables y responsabilidad Global.

En este sentido en especial, se presentó la posibilidad de cooperación con el PNUMA, más específicamente con la Red Latino Americana y Caribeña de Educación Ambiental. Para proveer una articulación más regional de educación en los moldes del Programa Cultivando Agua Buena, delimitándose como territorio a Cuenca del Plata.

Las articulaciones en el contexto de la Cuenca del Plata son de alto interés para la ITAIPU Binacional, una vez que, el propio CIC - Comité Intergubernamental Coordinador de la Cuenca del Plata, tenga su origen como resultado de un acuerdo tripartito

En este sentido, después de los Diálogos de la Cuenca del Plata, evento preparatorio para el IV Fórum Mundial del AGUA – Méjico - DC 2006, se realizó un entendimiento entre el PNUMA y la ITAIPU/FPTI. El encuentro de especialistas en Educación ambiental de la Cuenca del Plata en Foz do Iguazu, en agosto de 2006, concluyéndose en la creación del Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata, en sociedad con el Programa de la Naciones Unidas para el Medio Ambiente/PNUMA, ITAIPU Binacional y la Fundación Parque Tecnológico Itaipu/FPTI (Br), contando con representación de los Ministerios/Secretarías del Medio ambiente de la Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y del Uruguay, además de las sociedades civiles, universidades e representaciones indígenas de los cinco países.

La FPTI, acorde a la Misión de Itaipu Binacional, en lo que concierne a la promoción del “desarrollo Tecnológico Sustentable en el Brasil y Paraguay”, se estableció como mecanismo operacional de las actividades del Centro de Saberes, conforme establecido en el acuerdo, ya que el mismo no posee personería jurídica propia.

Así, la sede del Centro de Saberes está estratégicamente localizada en la Fundación Parque Tecnológico Itaipu - MI, espacio de encuentro de los diversos saberes académicos, científicos, populares, de diferentes generaciones y, especialmente, de las varias culturas de la región trinacional de Iguazu, del Mercosur y de la América Latina.

En este contexto, la fundación Parque Tecnológico Itaipu, que tiene misión “comprender y transformar la realidad de la región trinacional de Iguazu (Argentina, Brasil y Paraguay), articulando y fomentando acciones referentes al desarrollo económico, científico y tecnológico” participa del acuerdo de cooperación técnica, científica y de cooperación, haciendo la gestión de recursos necesarios, disponibilizando del espacio y de la infraestructura y fortaleciéndose institucionalmente en su propósito de integración regional, y para tal fin se constituyó un programa específico en su Plan Operacional;

La Itaipu Binacional en cuanto a miembro del comité gestor del centro, desempeña el papel de acompañar, evaluar cualitativa y cuantitativamente los resultados alcanzados por las acciones del Centro. Bien como fiscalizar la aplicación de los recursos destinados para el alcance de los objetivos propuestos por el Centro, a través de sus representantes en el Consejo Directivo y Comité Gestor del Centro.

II. CONTENIDO Y CARACTERISTICAS DE ACTUACION DEL CENTRO DE SABERES

El Centro de Saberes y cuidados Socioambientales da Cuenca del Plata se rigen por los siguientes Ejes temáticos:

1. El agua como tema integrador
2. La Cuenca del Plata como territorio operacional
3. El pensamiento ambiental como marco conceptual de acción) la educación ambiental como mobilizador social.
4. La construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización

Sus áreas de actuación son: Acción Socioambiental Regional, Educación Socioambiental Regional y fortalecimiento Institucional.

En ese contexto, el Centro de Saberes implementó y está desarrollando un amplio y ambicioso Proceso de Formación Socioambiental, por medio de la metodología de Círculos de Aprendizaje Permanente/CAP, pretendiendo capacitar, hasta el final del 2010, 5.000 actores socioambientales de los cinco países para los saberes y cuidados sustentables de la Cuenca del Plata.

El año de 2010 se caracterizó por dos motivos fundamentales:

- 1- Fortalecimiento de las relaciones institucionales del Centro de Saberes con Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay, en misiones institucionales del Centro en esos cinco países.
- 2- Implementación de los Procesos CAPS 3 protagonizados por los países en sus territorios conforme sigue:

Argentina: Los procesos CAP3 del Centro de Saberes está implementando con el grupo de 35 integrantes.

En el 2010 continuaron los procesos de formación con módulos de Educación presencial y se iniciaron las mapeamientos para conformación de los Círculos de aprendizaje 4.

Bolivia: el proceso formativo está internalizado en el Viceministerio de Biodiversidad, Recursos Forestales y Medio Ambiente y en el Vice – Ministerio de Educación Alternativa.

El lanzamiento del Proceso CAP3, aconteció en Cochabamba, en abril de 2010, durante la Cumbre Mundial de los Pueblos sobre el Cambio Climático y los derechos de la madre Tierra con participación de integrantes de Bolivia y de toda la Cuenca y continuará con la mapeamiento de potenciales CAP4.

Brasil: los círculos de Aprendizaje 3 están constituidos por 30 integrantes con alcance territorial, contemplando las sub cuencas de los ríos Paraguay, Paraná y Uruguay, abarcando los 7 Estados de la Federación, que hacen parte del sistema de la Cuenca del Plata. El Proceso formativo está avanzando de manera regional y están siendo mapeadas las comunidades de aprendizaje, que constituirán los CAP4.

Paraguay: los círculos de Aprendizaje Permanente 3 tuvieron su inicio en marzo de 2010 en Asunción, y continuaron realizando actividades buscando trabajar con el programa de acción simultánea para los CAP4, en 2010 y 2011.

Uruguay: Con el apoyo decisivo del Ministerio de Ordenamiento Territorial, Vivienda y Medio Ambiente, finalmente fué posible realizar el lanzamiento del Proceso Formativo CAP3 en octubre, en Montevideo, hasta el final de año este nuevo grupo estará planificando de manera más detalladas sus metas y acciones en el país.

Es importante señalar, que con apenas cuatro años de funcionamiento (noviembre de 2006 - noviembre 2010) constatamos que el Centro de Saberes, se encuentra con nuevos paradigmas, visto que ya se formalizó en tres países (Paraguay, Bolivia y Brasil) y tiene sus procesos formadores protagonizados en todos ellos, hechos importantes a ser resaltados, pues es algo difícil de lograr en procesos internacionales de esa naturaleza.

Se justifica, la necesidad de la transferencia del recurso solicitado para la ejecución del plan de trabajo del Centro de Saberes para el 2011 y 2012.

III. RESUMEN DEL PROYECTO

Contribuir con acciones de educación socioambiental regional para responder al desafío global de los cambios climáticos, promoviendo la difusión de conocimientos, integrando los diversos actores sociales de la Cuenca del Plata, sistematizando y difundiendo buenas prácticas y replicando las metodologías y resultados del Programa Cultivando Agua Buena de la Itaipu Binacional.

2. Articulación e institucionalidad del Centro.

El Centro de Saberes, a pesar de ser resultante de un Acuerdo de Cooperación y para efectos operacionales un Programa del FPTI, con apenas cuatro años de edad (noviembre de 2006 - noviembre 2010), ya alcanza un nivel de referencia visto que ya se obtuvo adhesión formal de cuatro países (Paraguay, Bolivia, Brasil y Uruguay, en proceso de adhesión la Argentina) hecho importante a ser resaltado, pues es algo inusual en procesos internacionales de esa naturaleza.

Sus Procesos Formativos ya comienzan a ser implementados, inclusive como políticas públicas nacionales en países que integran la Cuenca del Plata y sus diálogos internacionales y eventos por ellos apoyados reunirán representantes de cerca de 25 países de todo el continente americano.

Se trata, así de un programa estratégicamente importante para consolidar las misiones de la Itaipu Binacional y de las Fundaciones Parque Tecnológico Itaipu – Brasil y Paraguay, en el territorio de la Cuenca del Plata y del Mercosur.

3. Informaciones estructurales del Proyecto de capacitación del Centro.

La estructura del proyecto tiene base metodológica en los círculos de Aprendizaje Permanente, como sigue:

CAP 1 - constituido por el Consejo Directivo, por el Comité Gestor, Asesoría Técnica y Secretaría Ejecutiva.

CAP 2 - constituido por los gestores y técnicos representantes de los gobiernos, de la sociedad civil, de la comunicación y de las universidades (35 participantes, siendo 7 por país).

CAP 3- constituido por formadores socioambientales de instituciones gubernamentales, de la sociedad civil, universidades y comunicadores (150 participantes, siendo 30 por país).

CAP 4- constituido por comunidades de aprendizaje con saberes, acciones y productos de comunicación socioambiental (4.500 personas, siendo 900 por país).

IV. NOMBRE DEL PROYECTO

Diálogos de Saberes y cuidados socioambientales para la sustentabilidad de la Cuenca del Plata.

5. Justificativa del Proyecto

La FPTI - Paraguay hace a sus responsabilidades asignadas en el término de Cooperación, su misión, que es inherente a la misión de la Itaipu Binacional, cabe desarrollar y gestionar las actividades del

Centro de Saberes, a través de un programa específicamente creado para tal fin, colocando a disposición toda la infraestructura del FPTI - Py, así como elaborar los proyectos para solicitar y canalizar los recursos oriundos de la ITAIPU necesarios para la operación básica del Centro.

El proyecto se justifica también por la urgente necesidad de que sea accesible la información y el conocimiento socioambiental a los habitantes de la Cuenca del Plata, a los tomadores de decisiones, gobiernos, medios de comunicación, empresas y organizaciones sociales, además de usar las informaciones como indicativos de un nuevo futuro en la región, a partir de deliberaciones públicas y participativas sobre los cambios climáticos en la Cuenca del Plata.

Se trata del ejercicio de la ciudadanía en su plenitud ya que el agua es vida y es preciso el compromiso de todos en la lucha por la concienciación sobre el uso y derecho al agua, de ética del ciudadano, de los cambios de paradigmas y de la educación para la sustentabilidad, desarrollando la cultura de la paz, ya que se anuncian conflictos en función de la escasez o de la dominación económica sobre los recursos hídricos. Existe también otro valor fundamental: estamos definitivamente construyendo el nuevo concepto, que es la cualidad y no la cantidad. Del cuidado y no de la conquista. Y eso significa, por lo tanto, hasta una nueva manera de ser, de sentir y de vivir.

6. Clasificación del proyecto:

En cuanto al objetivo Estratégico,

- Ser soporte para la construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización socioambiental en la Cuenca del Plata;
- Identificar y establecer mecanismos de articulación, cooperación y facilidades de sinergia entre gobiernos y diferentes actores sociales;
- Constituirse como un espacio promotor de encuentros, diálogos, investigaciones y estudios de los saberes socioambientales, de la formación e información socioambiental, por medio de la educación presencial, a distancia y difusa;
- Constituirse como referencia sobre temas socioambientales para el Comité Intergubernamental Coordinador de los países de la Cuenca del Plata y de otras instituciones intergubernamentales;
- Concretizar el observatorio socioambiental de la Cuenca del Plata.;
- Estimular y facilitar el intercambio de conocimientos, experiencias y prácticas referentes al uso y manejo sustentable del agua y de otros recursos de la Cuenca del Plata;
- Constituirse como un centro de apoyo para una red de Educación Ambiental en la Cuenca del Plata.

En cuanto al resultado específico

Formar cerca de cinco mil educadores/as socioambientales en la Cuenca del Plata hasta 2011/2012.

7. Parecer del Gestor de Proyecto

No es reciente la preocupación de Gobiernos, empresas y de diversos segmentos de la sociedad con los efectos nocivos de las herencias residuales, resultados del uso de las innovaciones tecnológicas, principalmente por la industria, cuyos impactos son cada vez más percibidos en el medio ambiente y, consecuentemente, en la vida de la población.

El Centro se sirve de las ciencias y de las innovaciones para mejorar la calidad de vida de la región de la Cuenca del Plata y minimizar los efectos de los cambios climáticos en la región.

Así se vuelve evidente la importancia de invertir en educación socioambiental en la Cuenca del Plata, cuentan

do con la participación y apoyo de los cinco países de la región, y sobre todo, de la Itaipu Binacional que cuenta como su principal insumo generador de energía proveniente de un complejo sistema hídrico, que envuelve a la Cuenca del Plata.

8. Sustentabilidad del Proyecto

Por un lado, el Centro de Saberes y Cuidados Socioambientales de la Cuenca del Plata, por medio de su Secretaría Ejecutiva y de su Comité Gestor, está articulando con otras instituciones en el sentido de captar socios y financiamientos, tanto nacionales, como internacionales.

Vale resaltar, todavía que la medida en que los cinco países de la Cuenca del Plata firmen el acuerdo de Cooperación Técnica, Científica y Financiera, el Centro de Saberes contará con participación oficial y patrocinio de algunas actividades, principalmente junto a las acciones nacionales.

Por otro lado, la Cooperación Técnica que instituyó el Centro de Saberes y cuidados socioambientales de la Cuenca del Plata, prevé que el mismo tendrá en el futuro personalidad jurídica propia, en este sentido, están siendo realizadas gestiones para los trámites necesarios para constitución de la referida personalidad jurídica propia, y consecuentemente, un catastro como entidad social, sin fines de lucro.

V. INFORMACIONES ESTRUCTURALES DEL PROYECTO

a) Objetivos

Acción 1: Acción Socioambiental Regional

Dar visibilidad a la interdependencia de los procesos e interacciones socioambientales que ocurren en el territorio de la Cuenca del Plata, sus tendencias y consecuencias, volviéndose accesibles para el conjunto más amplio posible de sus actores sociales, mediante un proceso de cultura democrática de agua y del ambiente.

Acción 2: Educación Socioambiental Regional en la Cuenca del Plata.

Desarrollar un programa de Educación Socioambiental en la Cuenca del Plata, en estrecha ligación con la acción Socioambiental Regional, teniendo como foco generador el agua en sus múltiples usos, valorización y producción de los diferentes saberes; la movilización y organización ciudadana e investigación acción- participante.

Acción 3: Fortalecimiento institucional

Consolidar institucionalmente el Centro, garantizando la excelencia en las relaciones estratégicas entre los 5 países de la Cuenca del Plata, conducidas por el Consejo Director y Comité Gestor, desarrollando un efectivo plan de comunicación regional e internacional.

4. Metas 2011/2012

- Consolidar el portal Saber y Cuidar.
- Implementar piloto de Educación a distancia.
- Fortalecer los diálogos de saberes y cuidados.
- Consolidar los procesos de formación CAP3 en los cinco países (150 participantes).
- Lanzar el proceso de formación CAP4 (4500 participantes) en los cinco países.
- Promover círculos de diálogos y prácticas de cuidados para la sustentabilidad de la Cuenca del Plata con comunidades de aprendizaje en la Cuenca del Plata; y encuentros internacionales, irradiando la acción del centro para nuevos actores sociales.

- Sistematizar los procesos Formativos de los círculos de aprendizaje permanente en la Cuenca del Plata.
- Lanzar colecta sobre los saberes y prácticas de cuidados sustentables en la Cuenca.

Acción 4: Implementación de Acciones Estratégicas de Educación Ambiental en Paraguay

Implementar, consolidar y fortalecer el Capitulo Paraguay del Centro de Saberes, considerando el Bicentenario y la Elaboración del Plan Nacional de Educación Ambiental.

VI- PLAN DE APLICACIÓN DE RECURSOS

Programa 1: Acción Socioambiental Regional en la Cuenca del Plata

Objetivo: dar visibilidad a las interdependencias de los procesos e interacciones socioambientales que ocurren en el territorio de la Cuenca del Plata, sus tendencias y consecuencias, volviéndose accesibles para el conjunto más amplio posible de sus actores sociales, mediante un proceso de cultura democrática del agua y del ambiente, bien como de enfrentamiento de los cambios climáticos y calentamiento global.

1.1.- Promoción de círculos de diálogos y prácticas sustentables dirigidos a comunidades de Cuenca del Plata; encuentros internacionales, sobre los grandes paradigmas del centro para formadores de opinión viviendo o no en la Cuenca.

Subtotal 1: US\$ 95.000,00

Programa 2: Educación Socioambiental Regional en la Cuenca del Plata

Objetivo: desarrollar un programa de educación socioambiental en la Cuenca del Plata, en estrecha relación con la Acción Socioambiental Regional, teniendo como foco generador el agua en sus múltiples usos, el calentamiento global y los cambios climáticos; la valorización y producción de los diferentes saberes, la movilización y organización ciudadana e investigación – acción - participación.

2.1. Procesos formadores de los CAPS3 y 4 en los cinco países

Apoyar en los cinco países, los procesos CAP3 y 4 para realización de encuentros, cursos y círculos de diálogos, envolviendo cerca de 5.000 participantes del territorio platense.

Subtotal 2: US\$ 125.000,00

Programa 3: Fortalecimiento institucional

Objetivo: consolidar el centro de saberes como referencia socioambiental en la valorización de los saberes y cuidados sustentables en la Cuenca del Plata, bien como fortalecerlos en los cinco países, que de ellos hacen parte.

Subtotal 3: US\$ 170.000,00

Programa 4: Implementación de Acciones Estratégicas de Educación Ambiental en Paraguay

Objetivo: Consolidar el Capitulo Paraguay del Centro de Saberes, considerando la especial conmemoración del Bicentenario y la Elaboración mancomunada del Plan Nacional de Educación Ambiental, ambos hechos históricos y relevantes para todo el país que tiene 100 % de

su territorio en la Cuenca del Plata.

Subtotal 4: US\$ 273.000,00

Total General (en Gs).....Gs. 3.275.220.000

Total General (en US\$)..... US\$ 663.000

Cronograma de desembolso 2011-2012

Resaltamos que las acciones del centro de saberes y cuidados socioambientales de la Cuenca del Plata son derivados de deliberaciones y encaminadas al Consejo Director con representantes de los Gobiernos civiles de los cinco países quedando las evaluaciones y las aprobaciones a cargo del Comité Gestor.

2011

Ene	Feb	Mar	Abr	May	Jun	Jul	Ago	Set	Oct	Nov	Dic
		100.000		100.000		100.000		100.000		100.000	

2012

Ene	Feb	Mar	Abr	May	Jun	Jul
		63.000		100.000		

Recurso Financieros 2011/2012

Valor total 2011/2012 = US\$ 663.000

RECURSOS HUMANOS

El Centro de saberes y cuidados socioambientales de la Cuenca del Plata deberá contar con colaboradores

Con el siguiente perfil:

- 01 Secretario Ejecutivo
- 01 Secretario Administrativo bilingüe
- 01 Consultor en educación para la sustentabilidad y procesos institucionales participativas
- 01 Profesional de Comunicación

ORGANIZACIÓN DEL PROYECTO DE RESPONSABILIDAD

El centro de saberes y cuidados socioambientales de la Cuenca del Plata cuenta con el siguiente organigrama:

Comité Gestor compuesto por los siguientes representantes:

Itaipu Binacional Paraguay: Pedro Mancuello y Alfredo Ledesma

Itaipu Binacional Brasil: Nelton Miguel Friedrich y Jair Kotz

Fundación Parque Tecnológico Itaipu – Py: Rocío Robledo y

Fundación Parque Tecnológico Itaipu - Br: Juan Carlos Sotuyo y Sandro PNUMA: Isabel Martinez.

Consejo Directivo, compuesto por los siguientes representantes:

Itaipu Binacional Paraguay

Itaipu Binacional Brasil

Fundación Parque Tecnológico Itaipu – BR

Fundación Parque Tecnológico Itaipu – PY
PNUMA

Argentina: Gobierno y sociedad civil

Bolivia: Gobierno y sociedad civil

Paraguay: Gobierno y sociedad civil

Uruguay: Gobierno

Secretaría Ejecutiva

Asesoría Técnica

Círculo de Aprendizaje Permanente 2 (7 representantes por país)

Círculo de Aprendizaje Permanente 3 (30 representantes por país)

Matriz de designación de responsabilidad y actividades marco y principales indicadores de responsabilidad:

Descripción de las etapas/responsabilidad	<i>Institución o personas</i>		
	Consejo Directivo, con representación de los cinco países, de la Itaipu Binacional (Br y Py, del FPTI (Br y Py) y del PNUMA)	Comité Gestor, con representación de la Itaipu Binacional (Br y Py) y de FPTI (Br y Py)	Secretaría Ejecutiva y Asesoría Técnica
<p>PROGRAMA 1: Acción Socioambiental Regional en la Cuenca del Plata.</p> <p>Dar visibilidad a la interdependencia de los procesos e interacción socioambiental que ocurren en el territorio de la Cuenca del Plata, sus tendencias y consecuencias, volviéndolos accesibles para el conjunto más amplio posible de sus actores sociales, mediante un proceso de cultura democrática del agua y del ambiente.</p>	Aprobación	Planeamiento, acompañamiento y monitoreamiento	Ejecución e información
<p>Programa 2: Educación Socioambiental Regional en la Cuenca del Plata</p> <p>Desarrollo de un Programa de Medio Ambiente Educación en la Cuenca del Plata, en el desarrollo de un programa de educación en estrecha colaboración con la acción regional del medio ambiente, centrado en el agua generador de en sus diferentes usos, la recuperación y producción de conocimientos diferentes, la movilización y organización ciudadana centrada en participación – investigación - acción.</p>	Aprobación	Planeamiento, acompañamiento y monitoreamiento	Ejecución e información
Programa 3: Fortalecimiento Institucional	Aprobación	Planeamiento, acompañamiento y	Ejecución e información

<p>Consolidar institucionalmente el Centro, garantizar la excelencia en las relaciones estratégicas entre los cinco países de la Cuenca del Plata, llevado a cabo por Consejo Directivo y el Comité Gestor, el desarrollo de un plan de comunicación eficaz para el fortalecimiento regional e internacional.</p>		monitoreamiento	
<p>Programa 4: Implementación de Acciones Estratégicas de Educación Ambiental en Paraguay</p> <p>Consolidar el Capítulo Paraguay del Centro de Saberes, considerando la especial conmemoración del Bicentenario y la Elaboración mancomunada del Plan Nacional de Educación Ambiental, ambos hechos históricos y relevantes para todo el país que tiene 100 % de su territorio en la Cuenca del Plata.</p>	<i>Aprobación</i>	Planeamiento, acompañamiento y monitoreamiento	Ejecución e información

VIII. PLAN DE COMUNICACIÓN

El Centro de Saberes tiene la siguiente estrategia de comunicación y difusión:

- La producción de material publicitario (cuadernos, carpetas, DVD).
- La publicación de materiales en los medios impresos regionales.
- Presentación del Centro en las reuniones, conferencias, foros nacionales e internacionales.

Un portal - www.saberycuidar.org.br con la historia y las acciones del Centro del Conocimiento.

ANEXO DOCUMENTOS DO CSCS

Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera (Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)

Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera entre el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, a través de su Oficina Regional para América Latina y el Caribe (en adelante PNUMA/ORPALC), la Fundación Parque Tecnológico Itaipú-Brasil (en adelante FPTI), el Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (en adelante CIC) e Itaipú Binacional (en adelante IB):

CONSIDERANDO:

1. Que los Ministerios de Medio Ambiente de los países integrantes de la Cuenca del Plata, el PNUMA/ORPALC, el CIC y el IB han establecido entre los temas prioritarios el agua y la gestión participativa de los recursos hidrológicos, y que han realizado distintas experiencias de cooperación bilateral y multilateral en materia de educación y gestión ambiental que sientan las bases para fortalecer un proceso cooperativo en esta materia en la Cuenca del Plata.
2. Que la IB fue creada y es controlada, en igualdad de **derechos y obligaciones**, por los Gobiernos de Brasil y Paraguay, a través del Tratado del 26 de Abril de 1973.
3. Que los **Gobiernos de los Países integrantes de la Cuenca del Plata** han expresado la necesidad de establecer una amplia cooperación mutua para el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata mediante el Tratado de la Cuenca del Plata (1969) y su Comité Intergubernamental (CIC).
4. Que los Gobiernos de los Países del Mercosur han firmado a su vez un Convenio Marco sobre Medio Ambiente del Mercosur (2001) en el que se resalta la necesidad de promover una efectiva **participación de la sociedad civil** en las cuestiones ambientales, el desarrollo sustentable y la educación ambiental, tanto formal como no formal, que fomenten hábitos de conducta e integren valores orientados a alcanzar el desarrollo sustentable.
5. Que la **Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe** del PNUMA fue creada desde 1982 con el propósito de establecer un amplio proceso de cooperación intergubernamental en materia de educación, capacitación y formación para fortalecer las capacidades de gestión ambiental de los países de la región y que entre sus prioridades se encuentra la de orientar esfuerzos hacia el manejo ecosistémico de los recursos naturales, incluyendo el agua y los recursos hídricos de la región.
6. Que los Gobiernos de la Región están integrados a la Red de Formación Ambiental del PNUMA a través de los **Puntos Focales Nacionales** designados formalmente por los **Ministerios de Medio Ambiente** de los países de la región.



CIC
Comité Intergubernamental Coordinador
de los países de la Cuenca del Plata

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

7. Que los Círculos de Diálogo realizados en el **Primer Encuentro de Especialistas en Educación Ambiental de la Cuenca del Plata** (29,30 y 31 de agosto de 2006) tomaron como ejes principales de sus reflexiones y propuestas los siguientes:

- a) El agua como tema integrador;
- b) La cuenca como territorio operacional;
- c) El pensamiento ambiental como marco conceptual de la acción;
- d) La educación ambiental como movilizador social; y
- e) La construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización.

8. Que en las **conclusiones** de este Primer Encuentro de Especialistas en Educación Ambiental de la Cuenca del Plata se establecen tres caminos para posibilitar la reflexión, la organización y la acción para la gestión integrada y participativa de la Cuenca del Plata:

- a) La creación de un Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales para la Cuenca del Plata,
- b) La puesta en marcha de un Programa de Acción Ambiental para la Cuenca del Plata; y
- c) La formación de una Red y la ejecución de un Programa de Educación Ambiental para la Cuenca del Plata.

9. Que cada uno de estos caminos tiene definidos, en una primera aproximación, sus objetivos y metas, plasmados en la **Memoria del Encuentro** y en el **Pacto de los Diálogos de los Especialistas en Educación Ambiental de la Cuenca del Plata**, el cual propone un conjunto de metas inmediatas, así como la constitución de un **Comité Provisorio** para generar los acuerdos institucionales a ser presentados a los Gobiernos y las Organizaciones no Gubernamentales de los Países de la Cuenca del Plata, para establecer el Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata en el más corto plazo, así como para producir los documentos de constitución, de gobierno, de administración y operación del mismo.

10. Que la voluntad expresada por las instituciones que forman parte de este Acuerdo, así como de los participantes del Pacto es la de desarrollar un proceso dinámico que sea producto y productor de distintos niveles de cooperación interinstitucional, que este se inicie de inmediato y que se consolide en el tiempo con el desarrollo del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata y la permanencia de un Programa Regional de Acción, una Red y un Programa de Educación Ambiental.

11. Que Itaipú Binacional (IB) ha propuesto a la Fundación Parque Tecnológico de Itaipú (FPTI), como la instancia idónea para desarrollar estas iniciativas en el corto plazo, ya que posee la capacidad institucional, de gestión y de infraestructura que permite el inicio inmediato de las actividades del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata.



**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

12. Tomando en cuenta los acuerdos de cooperación existentes entre el PNUMA/ORPALC y los Gobiernos de los países integrantes de la Cuenca del Plata, y la amplia experiencia de trabajo de la Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe del PNUMA, sumado a las relaciones existentes entre Itaipú Binacional y la Fundación del Parque Tecnológico de Itaipú, así como también los entendimientos previos entre PNUMA e Itaipú Binacional que dieron origen a esta iniciativa.

13. Que la forma más conveniente para sustentar este proceso es la de concretar un **Acuerdo de Cooperación** que refleje las responsabilidades de las partes y sucesivos niveles de acuerdos que se incorporen como anexos al presente Acuerdo de Cooperación, y que se concreten en tareas y acciones inmediatas que posibiliten la programación anual y plurianual de las actividades del Centro.

LAS PARTES ACUERDAN LO SIGUIENTE:

**Artículo 1
Objetivos del Acuerdo**

Son objetivos del presente acuerdo:

1. La creación e implantación de un Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata;
2. La puesta en marcha de un Programa de Acción Ambiental de la Cuenca del Plata;
3. La formación de una Red Socio-ambiental y la ejecución de un Programa de Educación Ambiental de la Cuenca del Plata.

**Artículo 2
Creación del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales
de la Cuenca del Plata**

1. Se acuerda la creación del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata (en adelante el **Centro**), el cual estará integrado en esta primera instancia por los firmantes de este Acuerdo de Cooperación.
2. En un primer momento, los Ministerios de Medio Ambiente de los países de la Cuenca del Plata se integran al Centro a través de los Puntos Focales Nacionales de la Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe del PNUMA.
3. Los Ministerios de Medio Ambiente de los países integrantes de la Cuenca del Plata y el Comité Intergubernamental de Cuenca del Plata (CIC) habrán de integrarse en forma plena al proyecto del Centro mediante un documento específico.
4. Los idiomas oficiales del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata son el portugués y el español.



CIC
Comité Intergubernamental Coordinador
de los países de la Cuenca del Plata

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

**Artículo 3
Objetivos del Centro**

Se acuerda tomar como base conceptual, estratégica y operativa del **Centro** los principios y objetivos acordados en el **Pacto de los Diálogos de los Especialistas en Educación Ambiental de la Cuenca del Plata**:

1. Ser soporte de la construcción colectiva de conocimientos, acciones y organización socio-ambiental en la Cuenca del Plata;
2. Identificar y establecer mecanismos de articulación, cooperación y facilitación de sinergias entre gobiernos y diferentes actores sociales;
3. Constituirse en un espacio promotor de encuentro, diálogo, investigación y estudios de los saberes socio-ambientales;
4. Constituirse en un espacio promotor de formación e información socioambiental, a través de la educación presencial y a distancia.
5. Constituirse en referencia de temas socio-ambientales para el Comité Intergubernamental de Coordinación de la Cuenca del Plata y de otras instituciones intergubernamentales;
6. Dar operatividad a un Observatorio Socio-ambiental de la Cuenca del Plata;
7. Estimular y facilitar el intercambio de conocimientos, experiencias y prácticas de uso y manejo sustentable del agua y de otros recursos naturales en la cuenca;
8. Constituirse en un centro de apoyo a una Red de Educación Ambiental en la Cuenca del Plata.

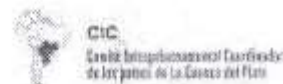
**Artículo 4
Instancias de diálogos y toma de decisiones**

Instancia de **diálogos**:

1. Los Diálogos de la Cuenca del Plata: son espacios para Encuentros y Círculos de Diálogos entre organizaciones gubernamentales y organizaciones de la sociedad civil, sobre los Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata, orientados hacia la construcción colectiva de conocimientos, organización, acción y gestión, consensuando las directrices generales que fundamentaran las decisiones del Consejo Directivo y las acciones del Comité de Gestión;

Instancia de **dirección y toma de decisiones**:

2. El Consejo Directivo del Centro de Saberes y Cuidados Socio ambientales, recoge las principales directrices y orientaciones de los Encuentros y Círculos de Diálogos, generando las decisiones y acordando los planes de trabajo y las acciones a desarrollar por parte del Comité de Gestión; y



**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

Instancia de **gestión**:

3. El Comité de Gestión del Centro de Saberes y Cuidados Socio ambientales de la Cuenca del Plata que operativiza y ejecuta el conjunto de decisiones acordadas entre las partes.

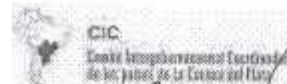
**Artículo 5
De Los Diálogos de la Cuenca del Plata**

Las partes acuerdan que los Diálogos de la Cuenca del Plata, y los Encuentros y Círculos de Diálogo, habrán de constituir la instancia principal de construcción de acuerdos entre las instituciones gubernamentales y la sociedad civil para el desarrollo de las actividades del Centro:

1. Los Diálogos de la Cuenca del Plata serán realizados bianualmente, organizados por el Comité de Gestión, en asociación con las instituciones integrantes del Consejo Directivo.
2. Los espacios de Diálogo y Encuentros podrán también conducirse a través de redes y foros virtuales, incorporando los avances de la tecnología para hacer fluir las informaciones; realizar consultas y lograr los consensos necesarios.
3. Serán invitados a participar de los Diálogos y Encuentros principalmente las instituciones gubernamentales que son Autoridades de Agua, Ambiente y Educación Ambiental del área de la Cuenca o que incidan sobre ella; así como las Organizaciones de la Sociedad Civil cuyas actividades tengan incidencia en el territorio de la Cuenca y aquellas que actúen prioritariamente en temas de agua, ambiente, ciudadanía y educación ambiental. También participarán las Instituciones Académicas y personalidades cuyas investigaciones y producción intelectual sean relevantes para el conjunto de la Cuenca del Plata.

**Artículo 6
Del Consejo Directivo**

1. El **Consejo Directivo** del Centro de Saberes y Cuidados Socio-ambientales de la Cuenca del Plata estará constituido por un representante de cada una de las partes involucradas, así como por los representantes de los gobiernos y de la sociedad civil de la Cuenca del Plata:
 - a) un representante del Ministerio de Medio Ambiente del Gobierno de la **República Argentina**, a través del Punto Focal de la Red de Formación Ambiental de Argentina;
 - b) un representante del Ministerio de Medio Ambiente del Gobierno de la **República de Bolivia**, a través del Punto Focal de la Red de Formación Ambiental de Bolivia;





 3

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

- c) un representante del Ministerio de Medio Ambiente del Gobierno **de la República Federativa de Brasil**, a través del Punto Focal de la Red de Formación Ambiental de Brasil;
- d) un representante del Ministerio de Medio Ambiente del Gobierno **de la República del Paraguay**, a través del Punto Focal de la Red de Formación Ambiental de Paraguay;
- e) un representante del Ministerio de Medio Ambiente del Gobierno **de la República Oriental del Uruguay**, a través del Punto Focal de la Red de Formación Ambiental de Uruguay.
- f) un representante del **PNUMA/ORPALC**, a través del Coordinador de la Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe;
- g) un representante indicado por el Director General Paraguayo de **IB**;
- h) un representante indicado por el Director General Brasileño de **IB**; y
- i) un representante de la **FPTI**, designado por su Director Superintendente.
- j) un representante del **CIC**.
- k) un representante de la sociedad civil de cada uno de los 5 países miembro, elegidos por consenso y a través de los procedimientos adoptados por cada uno de los países.
- l) un representante de las Universidades de la Cuenca del Plata, que en un primer momento será designado por la Asociación de Universidades del Grupo Montevideo, en tanto se constituya la Asociación de Universidades de la Cuenca del Plata.

**Artículo 7
Del Funcionamiento del Consejo Directivo del Centro**

1. El **Consejo Directivo** tendrá las siguientes tareas inmediatas:
 - a) Definir las directrices, las estrategias operativas y las actividades del **Centro**;
 - b) Indicar y recomendar trabajos y actividades de corto y medio plazo para un Plan de trabajo del **Centro**;
 - c) Acompañar la ejecución de actividades del **Centro** conforme al Plan aprobado del Centro;
 - d) Recomendar al **Centro** instituciones y organizaciones regionales y locales que puedan contribuir con la misión del mismo.
2. El **Consejo Directivo**, en su primera reunión, designará a su Coordinador.



CIC
Centro Inter-gubernamental Coordinado
de los Países de la Cuenca del Plata

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

3. El **Consejo Directivo** se reunirá en sesión ordinaria, por lo menos dos veces al año y en sesión extraordinaria convocada por el Coordinador, convocado por el Comité de Gestión o por petición de la mayoría simple de sus componentes. Las dinámicas de interacción también incluyen foros electrónicos, conferencias telefónicas y otras formas de diálogo, construcción de consenso y toma de decisiones.
4. Cada una de las instituciones integrantes del **Consejo Directivo** asumen las obligaciones presupuestarias para financiar los gastos referentes a su participación.

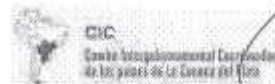
**Artículo 8
Del Comité de Gestión**

1. El **Comité de Gestión** es el grupo de trabajo responsable de realizar las gestiones para el cumplimiento de las decisiones adoptadas por el **Consejo Directivo** para el logro de los objetivos del **Centro**. Estará integrado por:
 - Un representante de **PNUMA/ORPALC**
 - Un representante de la **FPTI**
 - Un representante brasileño de **ITAIPU BINACIONAL**
 - Un representante paraguayo de **ITAIPU BINACIONAL**
 - Un representante del **CIC**
2. En la medida que los Ministerios de Medio Ambiente de los países de la Cuenca del Plata y el CIC se sumen al presente Acuerdo, se incorporarán al **Comité de Gestión** de pleno derecho en la forma establecida en el Artículo 2, inciso 3.
3. En tanto se incorporen los Ministerios de Medio Ambiente de los países de la Cuenca, sus Puntos Focales Nacionales de la Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe del PNUMA, se integran al Comité de Gestión.

**Artículo 9
Objetivos Inmediatos del Comité de Gestión**

El Comité de Gestión tiene los siguientes objetivos inmediatos:

1. Establecer las bases para la consolidación de la estructura institucional, legal, financiera y operativa del Centro de Saberes y Cuidados Socio ambientales de la Cuenca del Plata.
2. Preparar los documentos y acuerdos que resulten de las negociaciones entre los Ministerios de Ambiente de los Países integrantes de la Cuenca del Plata y las instituciones intergubernamentales que integren esta iniciativa.
3. Definir, aprobar y dar operatividad al programa de trabajo del **Centro** respecto al Programa Regional de Educación Ambiental y el Programa Regional de Acciones Ambientales.
4. Promover la organización de una Asociación de Universidades de la Cuenca del Plata.



M

[Signature]

(1)

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

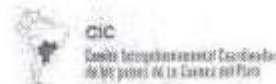
**Artículo 10
Del funcionamiento del Comité de Gestión**

1. El **Comité de Gestión** en su primera reunión a realizar antes de los sesenta días de la firma del presente Acuerdo, designará al Secretario(a) Ejecutivo(a) del Centro y el plazo de su mandato.
2. Cada una de las partes firmantes del presente **Acuerdo** asumen las obligaciones presupuestarias para financiar los gastos de participación de sus miembros en el Comité.
3. El **Comité** establecerá sus propias dinámicas y formas de consensos para el logro efectivo de sus objetivos inmediatos.

**Artículo 11
De la Secretaría Ejecutiva**

La conducción operativa del **Centro** estará a cargo de una **Secretaría Ejecutiva**.

1. El **Centro** contará con un Secretario(a) Ejecutivo(a) y el personal necesario para su buen funcionamiento;
2. El Secretario(a) Ejecutivo(a) será nombrado(a) por el Comité de Gestión;
3. La Secretaría Ejecutiva podrá ejercer sus funciones con la constitución de comisiones de trabajo compuestas por:
 - a) Personal contratado por el **PNUMA/ORPALC** designado temporalmente al **Centro**.
 - b) Funcionarios públicos designados por los Gobiernos de los países integrantes de la Cuenca del Plata, de conformidad con la reglamentación vigente y aplicable;
 - c) Investigadores y/o profesionales de instituciones de la Sociedad Civil invitados por indicación del Comité de Gestión.
 - d) Personal de **IB** designados al **Centro** por los Directores Generales de la **IB**, en forma conjunta.
 - e) Personal del **CIC** designados al **Centro** por su Secretaría General.
 - f) Personal de **FPTI** o contratados específicamente para cumplir tareas en el **Centro**.



**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

**Artículo 12
Finanzas**

1. Corresponde al **Comité de Gestión** proponer el modelo de gestión, las bases financieras, los recursos materiales y humanos para que el Centro comience a operar en el PTI, en el plazo más corto posible para cumplir sus objetivos inmediatos (Artículo 7).
2. El presupuesto para las actividades del **Centro**, y su costos operacionales serán cubiertos por las Instituciones firmantes del presente acuerdo, así como, por los países de la Cuenca del Plata y o de otras Instituciones intergubernamentales o no gubernamentales, tanto nacionales como internacionales, de acuerdo con los planes de trabajo y instrumentos jurídicos y legales necesarios.
3. Las actividades del **Centro** podrán recibir donaciones y legados, previamente aprobados por el **Comité de Gestión**, los cuales no podrán comprometer ni su misión social ni sus objetivos de trabajo.

**Artículo 13
Contribución del PNUMA/ORPALC**

El **PNUMA/ORPALC** se compromete, en la medida de sus posibilidades presupuestarias y de recursos humanos y materiales, a:

1. Aportar recursos financieros en función de las contribuciones de los países de la Cuenca del Plata al Fondo Fiduciario de la Red de Formación Ambiental, el cual será destinado al funcionamiento y actividades del propio **Centro**, así como a las funciones y actividades desarrolladas en la propia sede del **PNUMA/ORPALC**;
2. Cooperar ampliamente en la forma de asistencia técnica al desarrollo de proyectos y actividades concretas, en conformidad con los fines y objetivos estratégicos de la organización, que no se refieren a apoyo económico con fines administrativos o institucionales;
3. Ofrecer apoyo técnico para la creación y al funcionamiento del **Centro**, apoyando la formulación de sus programas a corto, medio y largo plazo;
4. Promover la capacitación de los funcionarios y miembros del **Centro**, y facilitar su participación en las reuniones y actividades del **Centro**;
5. Facilitar al **Centro** sus publicaciones y otros materiales de interés, así como difundir las actividades del **Centro** en su página de Internet y por otros medios que tenga a su disposición;
6. Gestionar ante las entidades financieras, gubernamentales y no gubernamentales de carácter internacional, así como entre sus Estados miembros, su asistencia técnica y financiera a los proyectos y actividades propuestas por el Centro.



CIC
Comité Intergubernamental Cooperación
de los países de La Cuenca del Plata

**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

**Artículo 14
Contribución de IB**

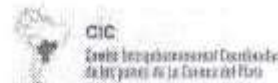
La **IB** se compromete, en la medida de sus posibilidades presupuestarias y de recursos humanos y materiales en la siguiente manera:

1. La **IB** se compromete, en la medida de sus posibilidades presupuestarias y de recursos humanos y materiales, a aportar su contribución, en conformidad con su normativa vigente, para que las actividades del **Centro** reciban recursos financieros, materiales y humanos suficientes para su funcionamiento. Podrá igualmente designar temporalmente funcionarios de su propia planta de personal para apoyar al **Centro**. En ambos casos, las contribuciones financieras de **IB** deberán ser formalizadas mediante instrumentos específicos, de conformidad con las normas, el marco legal, los estatutos y los reglamentos aplicables.
2. La **IB** se responsabiliza por los costos necesarios a su representación en el **Comité de Gestión**, comprometiéndose a viabilizar la participación de Organizaciones no Gubernamentales que representen a la Sociedad Civil, a un representante de las universidades de la cuenca, apoyo administrativo bilingüe (portugués-español) y el soporte jurídico necesario para el **Centro**.

**Artículo 15
Contribución de FPTI**

La **FPTI** se compromete, en la medida de sus posibilidades presupuestarias y de recursos humanos y materiales, a aportar su contribución en la siguiente forma:

1. La **FPTI** tomará todas las medidas de conformidad con su normatividad vigente, para que el **Centro** reciba recursos financieros, materiales y humanos suficientes para su funcionamiento. Podrá, igualmente, designar temporalmente funcionarios de su propia planta de personal o de ser necesario contratarlos, para apoyar al **Centro**.
2. La **FPTI** pondrá a disposición su capacidad institucional, de gestión e infraestructura a fin de hacer operativas las decisiones del **Comité de Gestión** y los requerimientos de la Secretaría Ejecutiva, dentro de los planes, programas y actividades acordadas.
3. La **FPTI** podrá recibir aportes y donaciones de las partes o de otras fuentes con destino a las actividades del **Centro**, que se ejecuten dentro del **Acuerdo** aceptando mandatos (mandato fiduciario) con destinos específicos y la obligación de rendición de cuentas a los donantes y al propio Comité de Gestión.
4. La **FPTI** pondrá a disposición del **Centro** un espacio virtual para trabajos colaborativos en red y un espacio físico para las actividades de la secretaría ejecutiva y apoyo administrativo, así como, los espacios colectivos del PTI – Parque Tecnológico Itaipu, Brasil.



**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

**Artículo 16
Contribución del CIC**

El **CIC** se compromete, en la medida de sus posibilidades presupuestarias y de recursos humanos a:

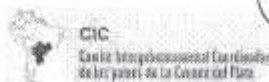
1. Promover, coordinar y seguir, de acuerdo con su misión la marcha de las acciones multinacionales que tengan por objeto las actividades del **Centro**;
2. Divulgar y promover el diálogo del **Centro** con las Cancillerías de cada país;
3. Estimular a los gobiernos de los países de la Cuenca del Plata a aportar recursos financieros y técnicos para el desarrollo de las actividades del **Centro**;
4. Disponibilizar informaciones acerca de la Cuenca del Plata de utilidad para las acciones del **Centro**;
5. Cooperar ampliamente en la forma de asistencia técnica al desarrollo de proyectos y actividades concretas, en conformidad con los fines y objetivos estratégicos del **CIC**;
6. Asegurar los costos de su participación en las actividades del **Comité de Gestión**.

**Artículo 17
Vigencia**

1. El presente **Acuerdo** estará vigente hasta la formalización del modelo jurídico del **Centro**, estimado en un año a partir de la fecha de su firma y podrá ser renovado mediante la celebración de anexos.
2. El presente **Acuerdo** podrá ser revisado, si conviene a las partes firmantes. Las modificaciones que sean aprobadas deberán entrar en vigor a la firma de los Anexos respectivos, por las partes del Convenio.
3. Mediante Anexos se aprobarán los proyectos (PMI) anuales y plurianuales que estructuran las actividades del **Centro**.

**Artículo 18
Denuncia**

1. La denuncia será efectiva a los 60 días de la fecha en que una de las partes contratantes reciba la notificación emitida por la otra parte.
2. Cada una de las partes tendrá derecho a denunciar unilateralmente el presente **Acuerdo**, previa notificación escrita a la otra parte con seis (6) meses de antelación, transcurridos los cuales el **Acuerdo** quedará sin efecto.



**Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)**

**Artículo 19
Disposiciones finales**


1. El Comité Provisorio creado durante el Encuentro de Especialistas en EA de la Cuenca del Plata en agosto de 2006, a partir de la firma de este Acuerdo, pasan a integrar las representaciones del Consejo Directivo en la forma establecida en el Artículo 9. Transmitiendo para su ejecución al Comité de Gestión creado por este Acuerdo, la estrategia y plan de acción para el 2007 aprobado en el **Encuentro**, mismo que podrá ser revisado por el propio Consejo Directivo.
2. Las instituciones firmantes de este Acuerdo tienen un plazo de 30 días para nombrar su representante en el Comité de Gestión, el cual, a su vez, tendrá un mes para designar al Secretario/a Ejecutivo/a del Centro e iniciar sus actividades.
3. Las formas organizativas que se han adoptado estarán vigentes mientras dure el Acuerdo de Cooperación, cuya vigencia se establece en el Artículo 17. Cumplido los objetivos del mismo se dará paso a las nuevas estructuras legales que se acuerden entre las partes.
4. Toda controversia que surja entre las partes concerniente a la interpretación y aplicación de este Acuerdo, deberá ser resuelta mediante negociaciones directas entre las partes.

PARA DAR TÉRMINO, los representantes que suscriben el presente instrumento, debidamente autorizados para hacerlo, firman los ejemplares originales del presente **Acuerdo**, a los 30 días del mes de noviembre del 2006, en Foz de Iguazú, Brasil.



Acuerdo de Cooperación Técnica, Científica e Financiera
(Itaipu Binacional, PNUMA/ORPALC, FPTI, CIC)

Por el Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente **PNUMA/ORPALC**



Ricardo Sánchez Sosa
Director Regional



Por Itaipú Binacional/ PARAGUAY


Víctor Luis Bernal Garay
Director General de Paraguay

Por Itaipú Binacional/ BRASIL



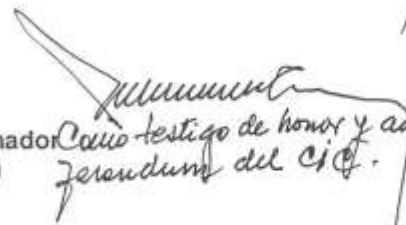
Jorge Miguel Samek
Director General de Brasil

Por la Fundación Parque Tecnológico Itaipú

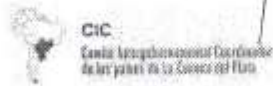


Juan Carlos Sotuyo
Director Superintendente

Por el Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC)


*Caso testigo de honor y ad-ve.
Referendum del CIC.*

Hélio de Macedo-Soares
Secretario General



②